

EROTILDE GORETI PEZATTI

**A ORDEM DE PALAVRAS EM PORTUGUÊS: ASPECTOS
TIPOLÓGICOS E FUNCIONAIS**

Tese apresentada como requisito para obtenção
do título de Doutor em Letras no Programa de
Pós-Graduação em Linguística e Língua Portu-
guesa, da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP,
Câmpus de Araraquara.

Orientador:
Prof. Dr. Telmo Correia Arrais

ARARAQUARA
1992

EROTILDE GORETI PEZATTI

(31)

A ORDEM DE PALAVRAS EM PORTUGUÊS: ASPECTOS
TIPOLÓGICOS E FUNCIONAIS

0300074328



Tese apresentada como requisito para obtenção
do título de Doutor em Letras no Programa de
Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portu-
guesa, da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP,
Câmpus de Araraquara.

Orientador:

Prof. Dr. Telmo Correia Arrais

RETOMBADO

71 1468

T-135
ARARAQUARA
1992



A meus filhos,

Caio,

Ligia e

Hugo

e, a Catarina,

minha mãe.

INDICE

Introdução	1
Capítulo 1 - Fundamentação teórica	12
PARTI I - ASPECTOS TIPOLOGICO-DESCRIPTIVOS.....	47
Capítulo 2 - A questão da tipologia	48
Capítulo 3 - Ordem e natureza dos constituintes sentenciais..	74
Capítulo 4 - O caráter nominativo e o ergativo do português..	117
PARTI II - ASPECTOS FUNCIONAIS	133
Capítulo 5 - A ordem dos constituintes e a relação tópico/ comentário.....	134
Capítulo 6 - A ordem dos constituintes e a relação figura/ fundo.....	160
Considerações finais	199
Referências Bibliográficas	208
Anexos.....	221

INTRODUÇÃO

1. Natureza e delimitação do problema

A classificação do português como língua SVO tem como base a tipologia de ordem básica de Greenberg (1963), que, ao tomar como ponto de referência a ordem do verbo (V), do sujeito (S) e do objeto (O), pressupõe uma classificação baseada em orações com verbos de dois argumentos, deixando obscura a ordem de estruturas de um único argumento. A classificação de Greenberg não esclarece se as seqüências SV e VS estariam implícitas nas três estruturas básicas depreendidas - VSO, SVO e SOV. Seguidores seus como Pullum (1977), Pak (1973) e Ross (1970, apud Pak, 1973) também não fazem referência aos verbos intransitivos, o que parece implicar que verbos de um argumento têm o mesmo comportamento dos verbos de dois lugares.

Ao classificar o português como uma língua consistentemente VO, também Lehmann (1978) toma por base os verbos transitivos. Mesmo Dryer (1991), ao separar as línguas em dois tipos, línguas com verbo inicial, em que tanto o sujeito quanto o objeto seguem o verbo, e línguas com verbo final, em que sujeito e objeto precedem o verbo, o faz tomando como ponto de referência o verbo de dois lugares.

Os estudos de alteração de ordem de palavras do português do Brasil têm-se concentrado, de modo geral, nas estruturas

com verbos de dois argumentos. Consideram a sequência SVU como a ordem básica, não-marcada, com base em frequência de ocorrência, conforme é possível constatar em Pádua (1960), que aborda a ordem do português arcaico; em Lopes (1981), que trata da inversão sujeito-predicado na percepção de sentenças; em Braga (1984, 1986a e 1986b e 1987) e em Bentivoglio e Braga (1988), que tomam como escopo a ordem OSV ou OV ao tratar das construções de tópicos. Também Decat (1989) conclui, em abordagem diacrônica, que o português é uma língua SVO em virtude da reanálise de estruturas TVO (tópico-verbo-objeto), em que as construções de tópico preenchem a posição de sujeito nulo.

Os estudos sobre a sequência VS, por outro lado, tratam-na como uma ordem excepcional, pouco frequente, por isso marcada. Tem sido abordada sob diferentes perspectivas, cada qual apresentando uma explicação própria para o fenômeno. Na perspectiva da Gramática Relacional, Souza e Silva (1981) postula a hipótese do objeto inacusativo para demonstrar que, tanto na estrutura superficial quanto na profunda, o SN posposto exerce a função de objeto direto. Esse posicionamento não difere muito do assumido por Tarallo e Kato (1989) que afirmam, dentro dos parâmetros da teoria da regência e vinculação, que, *se há algum tipo de inversão com verbos ergativos, não seria a de posposição do sujeito, mas sim do alocamento do argumento interno do verbo (objeto) à posição de seu argumento externo (sujeito), ocupado inicialmente por uma categoria vazia.*

No quadro da teoria gerativa padrão, versão ampliada e revista, há os trabalhos de Eliseu (1984) e de Nascimento (1984). Restringindo todas as questões relativas à inversão do sujeito a

um só fenômeno, o das orações existenciais ou apresentativas, Nascimento propõe, inversamente a Tarallo e Kato, uma explicação com base na regra de rebaixamento de sujeito, proposta por Perlmutter. O estudo de Hittencourt (1980), que também se inclui nos quadros da abordagem gerativa padrão, restringe-se aos predicados constituídos por verbos intransitivos e copulativos, já que a transitividade verbal, segundo a autora, constitui uma restrição à inversão do sujeito. Kato (1981) prefere tratar o fenômeno tomando por base a teoria proposta por Emmonds (1972, apud Tarallo e Kato, 1989).

A vertente alternativa mais produtiva, em nossa opinião, para explicar a natureza dessa estrutura é o Funcionalismo. Seguindo Givón (1976), Pontes (1982) conclui que a ordem VS é marcada em contraposição à ordem SV, considerada normal, havendo, ainda, maior ocorrência da primeira na língua escrita que na oral. Adotando a metodologia sociolingüística-variacionista, Lira (1982, apud Lira, 1986) depreende alguns fatores relativos ao próprio SN sujeito que favorecem a posposição. Decat (1983) propõe que não ocorre concordância verbal com nenhum SN em orações com sujeito posposto, permanecendo o verbo na 3a. pessoa do singular, como os impessoais; nesse caso, o verbo é o tópico e, como é esse elemento que rege a concordância, não há como estabelecê-la. Votre e Naro (1986) consideram, por sua vez, que VS é uma ordem invertida, constituindo VS e SV variantes em distribuição complementar. Urbano (1987) depreende a frequência da ordem VS em relação aos tipos de verbos: com verbos copulativos, 17%; com passiva analítica, 11%; com passiva sintética, 17%; transitivo com objeto anteposto, 4% e intransitivos, 51%, verificando que SV

predomina sobre VS, sendo esta marcada.

Nota-se assim que, apesar de ser um aspecto já muito investigado na língua portuguesa, a ordem de palavras na sentença mantém-se ainda não suficientemente explicada. Parece-nos que a razão disso reside no fato de que cada autor aborda esse fenômeno como um aspecto particular, nos quadros da teoria adotada, não se criando, portanto, um quadro geral e mais abrangente no qual se inserem as estruturas sentenciais do português do Brasil, relativamente à ordem de palavras.

2. Proposição

Este trabalho propõe descrever em bases mais adequadas a questão da ordem de palavras, demonstrando a hipótese de que o português apresenta, na realidade, duas ordens predominantes SV(O) e VS. Outra hipótese a ser devidamente demonstrada, vinculada a esses dois modelos de estrutura sentencial, é que o português pode ser enquadrado, tipologicamente, na classe das línguas dotadas de ergatividade cindida, com base no fato de que o sujeito semanticamente ativo ocupa posição antes do verbo e o sujeito semanticamente inativo se posiciona depois do verbo, identificando-se, nesse caso, com o objeto gramatical. Há, na verdade, dois padrões no português - o nominativo e o ergativo, cada qual correspondendo a um tipo de ordem, respectivamente SV(O) e VS, tendo cada qual um papel discursivo específico.

Fornecer uma descrição em bases mais adequadas a respeito da ordem no português falado no Brasil significa, para nós,

relacionar dados empíricos a bases teóricas de natureza funcionalista, com uma metodologia que, de acordo com Dik (1981), aborde a função dos constituintes sentenciais nos níveis pragmático, semântico e sintático, que, reconhecemos, constituem as três dimensões necessárias no processo de produção e interpretação da linguagem, tendo também sempre em mira os três padrões de adequação explanatória fornecidos por Dik: pragmático, psicológico e tipológico.

Acreditamos, além disso, estar contribuindo, ainda que modestamente, para o que tem sido, atualmente, uma preocupação persistente dos lingüistas brasileiros que é a elaboração de uma nova gramática da língua portuguesa. Como reconhece Perini (1985, p.6), ao mesmo tempo que se critica a Gramática Tradicional, sente-se falta de alternativas viáveis. A responsabilidade da criação de uma nova gramática deve recair sem dúvida sobre os ombros dos pesquisadores das áreas de Lingüística e Língua Portuguesa.

Uma nova gramática deverá, primeiramente, colocar no devido lugar as afirmações de cunho normativista, não necessariamente suprimindo-as, mas apresentando a variedade padrão como uma das alternativas possíveis da língua, adequada a circunstâncias mais formais. Uma nova gramática deverá descrever, também, pelo menos as principais variedades dialetais do português brasileiro, abandonando a ficção da língua única e homogênea. Finalmente, e acima de tudo, a gramática deverá ser sistemática, teoricamente consistente e livre de contradições. Para tanto, é necessário descrever a língua em novos moldes, de forma que o resultado seja uma gramática em que convivam harmoniosamente aspectos estruturais, formais, vinculados a questões de interpretação semântica e

a aspectos pragmáticos decorrentes das condições de produção discursiva. A tarefa de fazer uma nova gramática principia, por conseguinte, na conscientização das deformações da doutrina e da prática gramaticais até então vigentes.

As gramáticas devem explicitar dois componentes da estrutura da língua: suas formas e o relacionamento dessas formas com os respectivos significados, já que uma língua natural consiste em um conjunto de recursos formais que servem (juntamente com o contexto extralingüístico) para transmitir um conteúdo. As relações entre forma e conteúdo são extremamente complexas, e em grande parte permanecem obscuras ainda hoje para os lingüistas. Qualquer doutrina gramatical que venha a ser proposta precisa levar em conta a complexidade dessa relação, sob pena de cair em inadequações sérias a cada passo (cf. Perini, 1985).

A descrição de língua não pode desconsiderar o fato, já reconhecido inclusive no âmbito educacional (cf. São Paulo (Estado), 1988), de que a língua, o sistema comunicativo utilizado em uma comunidade, é resultado de um processo coletivo, de um trabalho construtivo de linguagem. Esta, por sua vez, é uma atividade sujeita a regras, não somente regras relativas aos modos de construir e interpretar as expressões, mas também regras próprias de conduzir a conversação. A linguagem tem assim o lado histórico e o social. O caráter histórico faz dela uma atividade sujeita a regras de construção das expressões, como faz depender sua interpretação de sistemas mais ou menos estáveis de representação. O caráter social torna-a dependente do contexto em que se realiza e do modo pelo qual os interlocutores são agentes desse processo de construção. Em cada ato singular de linguagem e em cada texto

produzido, todos esses aspectos se manifestam. Nesses termos, é possível dizer, então, que a linguagem tem, pelo menos, três dimensões: a gramatical, a semântica e a discursiva.

Este trabalho leva em consideração essas três dimensões da linguagem, uma vez que segue uma orientação instituída na prática, no uso constante e sistemático dos recursos expressivos para levar a determinados entendimentos (dimensão gramatical); considera-se aqui o modo pelo qual, na linguagem, se representa e se organiza a realidade para que se possa falar dela (dimensão semântica); e, finalmente, relacionamos as expressões a uma situação de fato, considerando as condições da situação contextual que contribuem para que se dê à expressão o seu sentido, em vez de se fixar exclusivamente no sentido literal (dimensão discursiva). Esses princípios significam, para nós, que qualquer contribuição para uma gramática mais adequada do português, advinda da presente investigação, deve derivar-se, necessariamente, de uma postura teoricamente funcionalista diante dos fatos linguísticos.

3. Universo de pesquisa e procedimentos metodológicos

Considerando o programa teórico proposto neste trabalho - estudar a linguagem de uma perspectiva interacional - o primeiro problema metodológico que se levanta é o da natureza e limites dos dados. Como se trata, primordialmente, de uma investigação empírica, a natureza dos dados, extensão e quantidade são questões já um tanto conhecidas, principalmente a partir de preocupações quantitativas, que subjazem às correntes variacionistas.

O levantamento de dados resumiu-se à amostra do Projeto da Norma Urbana Culta da cidade de São Paulo, organizado por Castilho e Preti (1986), já disponível para análise, o que não só nos permitiu encurtar caminho, como também oferecer uma contribuição para a descrição desse material.

O levantamento por amostragem foi efetuado nos três volumes: D2 (Diálogo entre dois informantes), D1D (Diálogo entre informante e documentador) e EF (Eloquções formais), de acordo com o seguinte procedimento de escolha aleatória: a cada quatro páginas, correspondendo a um total de 4,6 horas (ou 280 min.) de gravação, registravam-se todas as ocorrências de orações independentes, com verbo finito, descartando-se as orações subordinadas e principais.

O levantamento por amostragem aleatória é uma das soluções encontradas pela pesquisa sociolinguística para definir o universo de pesquisa, de modo tal que as observações representem adequadamente, ao final, o sistema linguístico em análise. O primeiro passo decisivo é, então, delimitar o universo. É natural que, se o objetivo da pesquisa é algum tipo de variação fonológica ou morfofonológica, é imprescindível contar com um universo geograficamente extenso e variado. Tal diversidade não é, contudo, necessária quando o objetivo é, como no presente trabalho, investigar processos gramaticais e estruturas sintáticas, como ordem de palavras, que não estão sujeitos a condicionamentos sócio-culturais e dialetais, como os processos fonológicos e morfofonológicos. Nesse caso, optar por uma área geográfica ou por outra não vem muito ao caso, tratando-se, mais de uma decisão arbitrária. A variedade de São Paulo representa então essa primeira

decisão.

Quanto ao procedimento da amostragem aleatória, essa técnica define que cada elemento do total do universo tem uma chance igual de ser selecionado como dado. Trata-se de um procedimento geralmente organizado com base numa tabela de números aleatórios, mas, de acordo com Wolfram e Fasold (1974), não é esse o único procedimento que pode ser utilizado: o investigador pode simplesmente designar cada unidade do universo total, através de uma sequência ordenada, selecionando a cada dois, a cada três, a cada dez, conforme a necessidade. De certo modo é essa a técnica de levantamento aqui utilizada.

Os princípios adotados, associados com um enfoque funcionalista, permitem-nos, em nossa opinião, defender a posição de que as afirmações de natureza simultaneamente pragmáticas, sintáticas e semânticas a respeito de estruturas sentenciais do *corpus* adotado são perfeitamente extensivas ao português falado sem restrição geográfica de espécie alguma.

Os procedimentos de transcrição do material falado, aqui utilizados, restringem-se às técnicas empregadas pelos próprios organizadores do Projeto NURC, São Paulo. (v. anexo 5).

Como não poderia deixar de ser, posições teóricas assumidas a partir da literatura específica sobre o tema de investigação conduziram-nos a um levantamento preliminar das ocorrências, que as separa em dois tipos, de acordo com o verbo: verbos de um lugar e verbos de dois lugares. A análise preliminar desse *corpus* mostrou-nos, no entanto, a necessidade de separar as ocorrências em três grandes grupos: verbos de dois argumentos nucleares (V2), verbos de um único argumento nuclear, não-existenciais

(Vi⁷e) e verbos de um único argumento, existenciais (Vi⁸e). A partir daí, determinou-se a matriz de traços preferenciais dos argumentos de cada um dos verbos, levando-se em consideração os seguintes aspectos: papel sintático, papel semântico, manifestação formal, definidade, "humanidade", animacidade, status informacional e posição relativa ao verbo. Considerou-se, além disso, o papel desempenhado pelas sentenças no relevo discursivo, se figura ou fundo. Esses procedimentos metodológicos representam, na prática, uma tentativa de aplicar os três princípios explanatórios de Dik, para uma abordagem funcional: adequação pragmática, psicológica e mesmo tipológica, considerando o fato de que às afirmações de caráter descritivo e funcional, segue-se uma tentativa de classificar o português numa matriz tipológica.

Registradas as ocorrências, passou-se ao processamento da análise, fase em que se deu preferência a um levantamento estatístico simples de frequência à utilização de quantificação de base probabilística, uma vez que não interessa aqui estudar a implementação, supressão ou evolução de regras gramaticais, como ocorre nos procedimentos variacionistas. O enfoque adotado é de natureza descritivista e, como tal, depende de frequências de emprego de construções sentenciais, bastando-lhe, por conseguinte, um mecanismo percentual menos sofisticado.

4. Organização do trabalho

O presente trabalho se organiza em duas partes, de modo a procurar a adequação entre enfoque teórico, procedimentos meto-

dológicos e disposição formal. A primeira é denominada *Aspectos Tipológico-Descritivos* e a segunda, *Aspectos Funcionais*, devidamente precedidas pelo capítulo 1, intitulado *Fundamentação Teórica*, em que se explicita o enfoque adotado - o funcionalista - e se resenham algumas abordagens significativas dentro dessa perspectiva teórica.

Constituem a primeira parte três capítulos. O capítulo 2 - *A Questão da Tipologia* - traz o embasamento teórico das classificações tipológicas das línguas, enfatizando-se aí a baseada na ordem de palavras e no comportamento sintático dos argumentos do verbo, que permite uma classificação em línguas nominativas, ergativas e ativas. O capítulo 3 - *Ordem e natureza dos constituintes sentenciais* - trata especificamente da classificação tipológica do português em relação à ordem de palavras, detectando duas ordens predominantes - SV(O) e VS. O capítulo 4 - *O caráter nominativo e o ergativo do português* - demonstra a nominatividade e a ergatividade do português, relacionando-as respectivamente à ordem SV(O) e à ordem VS.

Trata, a segunda parte, dos aspectos funcionais, que se acham organizados, por sua vez, sob a forma de dois capítulos. O capítulo 5 - *A ordem dos constituintes e a relação tópico/comentário* - estabelece um relacionamento entre ordem, por um lado, e relação tópico/comentário, por outro. Trata-se no capítulo 6 - *A ordem dos constituintes e a relação figura/fundo* - da interação entre a relação figura/fundo e a ordem de palavras, extrapolando-se, desse modo, o limite da sentença para atingir o nível do texto.

CAPITULO 1

FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

1. Enfoque teórico

A Linguística é uma disciplina científica cujo desenvolvimento recente demonstra rápidas e sucessivas mudanças no seu modo de fazer pesquisa. Nos anos 70, predominava tão maciçamente o modelo teórico da chamada versão "padrão" da Gramática Transformacional, que não parecia possível trabalhar a sintaxe de uma língua fora de seus parâmetros de investigação, ainda que para muitos pesquisadores chamava a atenção o enfoque excessivamente formalista da tendência gerativo-transformacionalista.

Não demorou muito para que o desacordo aparecesse aqui e ali. Fillmore (1968) enfatizava a relevância das funções semânticas na descrição gramatical; Keenan (apud, Dik, 1981) defendia a idéia de que só seria possível formular generalizações trans-sistêmicas em termos de noções funcionais. Em vários estudos derivados da Gramática Relacional de Perlmutter e Postal, funções gramaticais constituem primitivos teóricos. Reabilitaram-se, finalmente, varias idéias da Escola de Praga a respeito da pertinência das funções pragmáticas, que haviam sido deixadas no ostracismo como princípios estruturalistas superados.

Cuidadosos ao extremo a respeito de questões epistemológicas que tocam em aspectos cardeais do procedimento científico, como a natureza e a delimitação do objeto de estudos e os graus de abstração no fazer científico, os lingüistas parecem ser tão ágeis na superação de paradigmas teóricos, quanto na reabili-

tação, com modificações, de tendências superadas, como o funcionalismo.

Pode-se afirmar, generalizando bastante, que é possível hoje distinguir duas abordagens, alternativas, para uns, complementares, para outros, do objeto de investigação, geralmente denominadas formal e funcional. Vamos-nos ater a aspectos gerais, que se podem classificar, à moda de Labov (1987), em três áreas: política geral, posições teóricas específicas e posições ideológicas.

O enfoque formalista considera a linguagem um objeto abstrato, configurado num conjunto de sentenças, tendo a gramática o papel de caracterizá-lo em termos de regras formais da sintaxe, aplicadas independentemente dos mecanismos semânticos e pragmáticos possíveis dos enunciados descritos. Embora a gramática seja caracterizada como um meio de relacionar som e sentido, ela é definida como um sistema autónomo que não se reduz a nenhum dos dois níveis envolvidos. Num enfoque formalista, a prioridade metodológica é da sintaxe, em relação à semântica, e desta, em relação à pragmática. O princípio que rege essa escala baseia-se no fato de que somente depois que o sistema de regras formais, de natureza sintática, tiver sido bem estabelecido, é possível estudar o significado das estruturas sintáticas abstratas e os usos delas em circunstâncias reais de comunicação. É óbvio que pontifica no enfoque formal a linguística chomskyana.

O enfoque funcionalista, por outro lado, entende que a linguagem se define, essencialmente, como um instrumento de interação social, empregado por seres humanos com o fim primário de estabelecer relações de comunicação entre interlocutores reais. O

objetivo do enfoque, por conseguinte, é revelar a instrumentalidade da linguagem em termos de situações sociais. A interação verbal é uma forma de atividade cooperativa estruturada, em termos de regras sociais, normas ou convenções. As expressões lingüísticas, instrumentos usados nessa forma de atividade cooperativa estruturada, é, ela própria, também sistemática e estruturada, no sentido de que é regida por regras. Nesse caso, regras de interação social e regras lingüísticas constituem, juntas, o sistema lingüístico subjacente à interação verbal. A lingüística deve incluir, da perspectiva funcionalista, dois tipos de regras, ambas de natureza social: por um lado, as que governam a interação verbal, como uma forma de atividade cooperativa, de natureza pragmática; por outro, as que regem expressões lingüísticas estruturadas, que funcionam como instrumento da atividade pragmática, de natureza lingüística propriamente dita; são as regras semânticas, sintáticas e fonológicas. (Dik, 1981)

Dik entende que as regras propriamente lingüísticas devem ser consideradas instrumentais a respeito dos objetivos comunicativos da interação verbal. Sendo assim, o compromisso principal do enfoque funcionalista é descrever a linguagem não como um fim em si mesmo, mas em termos dos requisitos pragmáticos da interação verbal (cf. Dik, 1981, p. 2). Desse princípio geral decorre uma diferença importante entre os dois enfoques, no que concerne à relação entre sintaxe, semântica e pragmática, as três dimensões constitutivas da linguagem. No enfoque funcionalista, ao contrário do formalista, a pragmática representa o componente mais abrangente, no interior do qual devem-se estudar a semântica e a sintaxe: a semântica é dependente da pragmática e a sintaxe

da semântica. Como bem se observa, uma mudança radical na direção das prioridades metodológicas.

Além desses aspectos, derivados do que Labov classifica como posições teóricas específicas, e relacionados à definição da linguagem, que se vincula à definição de sua função primária, e ao aspecto da prioridade metodológica que se dá a seu estudo, é importante levantar uma questão de política geral, relacionada ao estudo da estrutura da linguagem e seu uso. Enquanto o enfoque formalista prioriza lógica e metodologicamente o estudo da competência (ou *lingua-I*), em detrimento do estudo do desempenho (ou *lingua-E*), o funcionalista considera princípio fundamental subordinar o estudo do sistema lingüístico ao uso. Desse posicionamento teórico, deriva-se um outro, baseado na relação entre linguagem e contexto social: para o enfoque formalista, as sentenças de uma língua devem ser descritas independentemente do contexto situacional em que forem empregadas; já o enfoque funcionalista considera por princípio a necessidade de descrever expressões verbais relativamente a seu funcionamento em contextos sociais específicos.

Distinuem-se ainda os dois enfoques a partir de um outro aspecto, derivado de diferença na posição ideológica que mantêm a respeito da aquisição da linguagem e universais lingüísticos. O enfoque formalista considera que a criança constrói a gramática da língua que aprende com base em propriedades inatas, caracterizadas, por sua vez, como universais lingüísticos. O enfoque funcionalista considera, ao contrário, que a criança desenvolve o sistema lingüístico subjacente ao uso, mediante exposição a um conjunto altamente estruturado de dados em contextos natu-

rais. Segue-se daí, que os universais devem ser explicados em termos de condições próprias dos objetivos da comunicação, da constituição psicológica e biológica dos falantes e do contexto situacional em que se usa a língua.

Como observamos acima, em termos de política geral, o enfoque funcionalista entende que a linguagem se define, essencialmente, como um instrumento de interação social, empregado por seres humanos com o objetivo primário de transmitir informação entre interlocutores reais. Labov (1987) procura desenvolver o aspecto a respeito da espécie de informação que essa noção geral abrange. Considerando que a variação de informação depende especificamente da extensão do contexto lingüístico que se leva em conta, distingue o autor uma série de posições funcionais, cada qual considerando o contexto progressivamente mais abrangente para explicar a natureza da linguagem.

Pode-se iniciar, então, pela abordagem de Martinet (1962, apud Labov, 1987), que diz respeito à eficiência comunicativa das unidades estruturais. Essa perspectiva inclui elementos lingüísticos, de nível fonológico e morfológico com base em relações paradigmáticas, que definem a função de unidades lingüísticas a partir de seleções que excluem um número de elementos da mesma classe. Desse modo as explicações funcionais tratam, aqui, de mudanças no sistema de oposições, que alterando o número de outras unidades a que se opõe um dado elemento, altera conseqüentemente sua carga funcional.

Incluem-se, em seguida, dentro do enfoque funcionalista, as condições de distintividade semântica de Kiparsky (1971, apud Labov, 1987). Dentre elas, Kiparsky propõe uma condição fun-

cional restringindo regras de mudança lingüística, segundo a qual há uma tendência para reter informação semanticamente relevante na estrutura superficial. O conceito de função não se refere à oposição entre as unidades do sistema, mas a uma relação direta entre uma dada forma e seu significado referencial. Essa restrição funcional tem sido demonstrada freqüentemente pela teoria lingüística. Flores, Myhill e Tarallo (1981, apud Tarallo, 1990), empreendendo uma análise da perda do /s/ plural no espanhol portorriquenho, demonstram que o sistema lingüístico em questão permite o avanço da mudança, rumo à supressão de pluralidade, nos casos em que há menos neutralização da oposição gramatical entre singular e plural. Scherre (1981) observa que, similarmente, o português brasileiro permite a supressão, mas garante a distinção funcional, preservando a marca de pluralidade na primeira posição do sintagma nominal, geralmente ocupada por um determinante (apud Tarallo, 1990).

O outro conceito de função que Labov distingue refere-se à motivação discursiva da estrutura sentencial desenvolvida por Halliday (1967, apud Labov, 1987), muito vinculada à perspectiva funcionalista da Escola de Praga, com base na oposição entre dado vs. novo e tema vs. rema: um dos sistemas da gramática polissistêmica de Halliday é a organização informacional que relaciona estruturas de uma sentença a estruturas de outra. Também inclui-se aí a Perspectiva Funcional da Sentença de Kuno (1972, apud Labov, 1987), que desenvolve esses conceitos em relação à sintaxe.

A explicação da estrutura sintática através de princípios comunicativos é outro aspecto dentro da abordagem funciona-

lista, extremamente relacionado à abordagem de Hailiday e Kuno. Labov inclui aqui os princípios comunicacionais propostos por Givón (1979, apud Labov, 1987), que governam a forma da estrutura da linguagem: dinamismo comunicativo, grau de planejamento, monitoramento face-a-face, conhecimento pragmático compartilhado e outros parâmetros¹.

Parece óbvio que o enfoque funcionalista, cujos princípios foram discutidos acima, em confronto com o enfoque formalista, tem muito mais a ver com as duas últimas tendências através das quais Labov procura distinguir os vários conceitos de função informativa no processo de interação verbal. São exatamente os que definem o princípio metodológico de que a dimensão pragmática é o subsistema mais abrangente, no interior do qual os subsistemas semântico e sintático devem ser estudados. Metodologicamente, portanto, a semântica é dependente da pragmática, e a sintaxe, da semântica.

Por detrás das diferentes tendências arroladas por Labov, podem-se verificar os três conceitos do termo **função** definidos por Garvin (1978, apud Dillinger, 1991, p. 399): função pode designar as relações a) entre uma forma e outra (função interna), b) entre uma forma e seu significado (função semântica) ou c) entre o sistema de formas e seu contexto (função externa). O sentido de (a) tem a ver com a posição teórica de Martinet, o de (b) com o de Kiparsky e o de (c) com as demais posições teóricas.

¹ Labov inclui uma quinta tendência, em sua opinião, uma continuação da tradição funcionalista da Escola de Fraga, representada pelo conceito de competência comunicativa de Hymes (1974, apud Labov, 1987), ou seja, a descrição das regras para o uso social apropriado da linguagem. Mesmo a abordagem sociolinguística, interpretada como o estudo da linguagem em seu contexto social, seguramente se inclui na área funcionalista.

De certo modo, organizou-se o estudo da estrutura gramatical em dois enfoques, que, embora radicalmente distintos, não necessitam ser alternativos, de modo que a escolha de um implique rejeição do outro. Não tem sido essa a ideia mais consensual entre os lingüistas que, por vezes, fazem da separação secular entre empirismo e racionalismo um muro intransponível. A consequência mais direta dessa atitude é a ausência do diálogo, que deveria permear, como condição imprescindível, a atividade científica.

Votre & Naro (1989) iniciaram polêmica, na medida em que houve réplica, ao propor evidências favoráveis ao enfoque funcionalista, nos moldes acima especificados, em oposição ao formalista, representado pela gramática gerativa. Tendo como pressupostos teóricos os aspectos acima discutidos, consideram hipóteses fundamentais que (a) a forma lingüística deriva-se de seu uso no processo real de comunicação; (b) a estrutura gramatical é dependente das regularidades das situações de fala, constituindo, então, objeto probabilístico. Disso se deduz que: (1) a explicação da estrutura gramatical depende da comunicação; (2) o pesquisador faz a análise lingüística no e não do discurso; (3) o enfoque funcional realiza um trabalho indutivo, do particular para o geral, sendo que a recorrência de formas regulares é que permite fazer generalizações e não critérios de natureza formal; (4) explicam-se os fatos lingüísticos através de fatores não-lingüísticos, entendidos como as exigências do processo de comunicação, que, por sua vez, produzem os parâmetros funcionais para a análise, identificados nos conceitos de figura/fundo, cadeia tópica, transitividade, fluxo de informação.

A réplica, que nos interessa discutir, veio de um gerativista (Nascimento, 1990) que desenvolveu, como linha essencial de sua resposta, o argumento de que Votre & Naro levam a crer que as abordagens são comparáveis, apresentando-as como alternativas para o tratamento de um mesmo objeto, quando, na opinião de Nascimento, não o são de fato. Os dois enfoques definem, para ele, diferentes objetos de estudo, abordando, portanto, diferentes aspectos do complexo fenômeno da linguagem. E, com efeito, o enfoque gerativista, na opinião de Nascimento, pressupõe que os falantes sejam dotados, por natureza, de um conjunto de princípios e parâmetros geneticamente determinados (a gramática universal), que lhes permite adquirir e colocar em prática o conhecimento da língua (uma gramática particular). É esse conhecimento da língua que constitui o objeto de estudo no modelo gerativista.

O programa da gramática gerativa, nos termos de Nascimento, define como objeto de estudo o conhecimento da língua, distinguindo-se aí uma teoria do conhecimento da língua e uma teoria do processamento lingüístico, sendo que esta implica necessariamente aquela. Nesse caso, o objeto de estudo do enfoque funcionalista identifica-se com o domínio do processamento lingüístico. Além disso, Chomsky (apud Nascimento, 1990) considera a possibilidade de enfoques não mentalistas, a que corresponde o conceito de língua externalizada (língua-E), definida como uma coleção de ações ou comportamentos de algum tipo. Já o programa da gramática gerativa se define no interior de uma teoria mentalista, que delimita o seu objeto como a língua internalizada (língua-I). O estudo dos mecanismos de processamento lingüístico, identificáveis como sendo a língua-E, é que define o programa

funcionalista de pesquisa, na opinião de Nascimento (1990).

Em suma, enquanto Votre & Naro se posicionam a partir da distinção entre o enfoque funcionalista e o formalista, considerando-as não apenas diferentes e excludentes, mas assumindo ainda a primazia daquele sobre este, Nascimento, por sua vez, não apenas rejeita a distinção, como também recusa a necessidade de escolher entre as duas, baseando-se no fato de que estudam objetos diferentes. Entretanto, os diferentes enfoques não estudam objetos diferentes, mas elegem apenas diferentes fenômenos do mesmo objeto.

É, a propósito, bastante instrutiva a analogia estabelecida por Dillinger (1991) entre o fazer científico e o relatório de avaliação de duas equipes da revista *Quatro Rodas*: uma deve desmontar o motor, a direção, os freios, etc. para determinar a "estrutura" de suas partes; já a outra deve levar o carro até a pista de provas para determinar suas características de aceleração, de frenagem, estabilidade, etc.- sua interação com o contexto (a pista, o ar, etc.). As duas equipes estudam, assim, o mesmo objeto, elegendo, no entanto, diferentes fenômenos dele, com base em diferentes perspectivas.

Ninguém suporia que a leitura de um dos relatórios das duas equipes fosse alternativa em relação à da outra, pelo contrário, o melhor resultado a respeito da avaliação de um carro é a integração dos dois. Similarmente, como os enfoques funcionalista e formalista tratam de diferentes fenômenos do mesmo objeto, não há nenhuma necessidade de discutir se um é mais importante que o outro: as diferentes perspectivas para o estudo da linguagem são complementares e igualmente necessárias (cf. Dillin-

ger, 1991).

Tendo firmado esse princípio norteador, assumimos no presente trabalho o enfoque funcionalista, como uma profissão de fé, o que não significa, absolutamente, considerá-la superior e descartar outras abordagens, de natureza formalista. A investigação científica depende muito de criatividade que depende, por sua vez, de inclinações pessoais. A nossa inclinação pessoal é trabalhar a interação da linguagem com o contexto social; quando for necessário, porém, faremos incursões nas abordagens formalistas.

A teoria funcionalista da gramática objetiva fornecer meios e princípios através dos quais seja possível desenvolver gramáticas funcionais de línguas particulares, especificando todas as expressões lingüísticas de um sistema ou subsistema verbal, mediante um sistema de regras que incorpore as generalizações mais significativas e pertinentes. Dessa forma, entende Dik (1981) que uma Gramática Funcional deve conformar-se a três princípios de adequação explanatória, especialmente de natureza descritiva: adequação pragmática, adequação psicológica e adequação tipológica.

Como a Gramática Funcional inclui-se por definição numa teoria pragmática de linguagem, mais abrangente, tendo a interação verbal como objeto de análise, constitui uma de suas tarefas revelar as propriedades das expressões lingüísticas em relação à descrição das regras que regem a interação verbal.

A adequação psicológica define a compatibilidade entre a descrição gramatical e hipóteses psicológicas fortemente evidentes a respeito do processamento lingüístico, em termos de princípios e estratégias que determinam a maneira como as expres-

sões lingüísticas são percebidas, interpretadas, processadas, armazenadas, recuperadas e produzidas².

O terceiro requisito metodológico para uma teoria funcional da linguagem - o da adequação tipológica - diz respeito ao fato de que, além de ser capaz de fornecer gramáticas para línguas tipologicamente diferentes, ela deve, ao mesmo tempo, explicar as similaridades e as diferenças entre os diferentes sistemas lingüísticos. Dik faz referência aqui aos trabalhos pioneiros de Greenberg (1963) e às pesquisas mais recentes de Keenan, Comrie, que têm contribuído para a compreensão de princípios universais subjacentes à diversidade aparente das línguas naturais. Destaca-se aí a importância metodológica das escalas hierárquicas, como uma série conectada de implicações universais, para a discussão de universais lingüísticos.

As regras de uma gramática funcional são formuladas em termos de propriedades funcionais e categoriais dos constituintes da sentença. As propriedades categoriais são características intrínsecas, não relacionais dos constituintes, ao passo que as funcionais implicam, necessariamente, uma relação de um dado constituinte com outros da construção em que ele ocorre. Sendo assim, afirmações categoriais especificam propriedades internas dos constituintes, enquanto afirmações funcionais especificam propriedades relacionais referentes à construção em que eles ocorrem.

² Dik não desenvolve, como assunto de discussão explícita, o princípio de adequação psicológica. Afirma, no entanto, levar em conta as principais descobertas da pesquisa psicolingüística.

As relações funcionais distribuem-se, por sua vez, por três diferentes níveis, que configuram funções semânticas, sintáticas e pragmáticas. As funções semânticas especificam os papéis que exercem os referentes dentro do "estado de coisas" designado pela predicação em que ocorrem, tais como *agente*, *meta*, *recipiente*, etc. As funções sintáticas especificam a perspectiva da qual é apresentado o estado de coisas na expressão lingüística, como *sujeito* e *objeto*. As funções pragmáticas especificam o estatuto informacional dos constituintes dentro do contexto comunicacional mais abrangente em que eles ocorrem, como *tema*, *rema*, *tópico* e *foco*.

A forma da expressão lingüística é igualmente codeterminada por esses três níveis funcionais e, mais especificamente, tanto a forma quanto o conteúdo semântico das expressões lingüísticas podem variar de acordo com a atribuição de funções diferentes aos constituintes em cada um dos três níveis funcionais. É essa perspectiva dos fenômenos da linguagem que pretendemos adotar neste trabalho.

2. Algumas abordagens do enfoque funcionalista

A abordagem funcionalista, que tem como primeiros representantes Weill e Mathesius, da Escola Lingüística de Praga, tem influenciado outras escolas como a de Londres (Halliday), a holandesa (Dik) e a francesa (Martinet e Jespersen). Nos Estados Unidos, inclui-se um grande número de trabalhos com orientação funcionalista, desde Boas com seu descritivismo, Sapir e Whorf

com a etnolinguística, a tagmêmica de Pike até tendências mais recentes, como as abordagens de Bolinger, Kuno, Hymes e Labov. Mesmo Chomsky toma eventualmente alguns elementos da Perspectiva Funcional da Sentença (a partir de agora PFS) como *tópico/comentário* ou *tema/rema*. Na versão mais recente da gramática gerativa - a teoria da regência e da vinculação - é indubitável que a teoria *theta*, que atribui papéis temáticos aos argumentos da predicação, também paga um tributo aos avanços da abordagem funcionalista. Fillmore, da mesma forma, já demonstrou a relevância das funções semânticas na descrição gramatical. Keenan mostrou que generalizações linguísticas podem ser formuladas em termos de noções funcionais e, na Gramática Relacional de Perlmutter e Postal, as funções gramaticais aparecem como primitivos teóricos.

É conveniente rastrear historicamente as abordagens do enfoque funcionalista, mais significativas para este trabalho, tendo em vista que alguns dos conceitos por elas desenvolvidos são implícita ou explicitamente empregados nas análises descritiva e funcional, expostas nas partes I e II.

A Escola Linguística de Praga, para começar, tem devotado considerável atenção à chamada *perspectiva funcional da sentença* (PFS), ou "organização contextual da sentença", "tema-rema" ou "estrutura tópico-comentário". Cabe a Vilém Mathesius (1882-1945) o mérito de, no período entre as duas guerras, ter intensificado esse estudo na Tchecoslováquia. Mas o trabalho pioneiro no campo da PFS é a monografia de Henri Weil (1844) intitulada *De l'ordre des mots dans les langues anciennes comparées aux langues modernes*, que teria inspirado Mathesius. Weil distingue entre *movimento de idéias* expresso pela ordem de palavras e *movi-*

mento sintático expresso pela desinência. A sentença contém o ponto de partida (a noção inicial) e o objetivo do discurso, sendo o primeiro o ponto de encontro entre o falante e o ouvinte e o segundo, a informação que deve ser partilhada com o ouvinte: o movimento da noção inicial em direção ao objetivo do discurso revela o movimento da mente. Nessas ideias acha-se o embrião de aspectos teóricos desenvolvidos mais recentemente (cf. Dirven & Fried, 1987).

Mathesius corrobora as ideias de Weil e acrescenta o papel da FSP para determinar a ordem de palavras: a sequência *tema-transição-rema* indica a ordem não emotiva, não-marcada, enquanto a sequência *rema-transição-tema* indica a ordem emotiva, a marcada. Na *transição* há elementos que pertencem ao *rema*, mas ocorrem na sua periferia e desse modo ficam entre *tema* e *rema*.

Segundo Mathesius, os meios lexicais e gramaticais da língua servem a um propósito especial imposto pelo falante no momento da enunciação, no próprio ato de comunicação. De acordo com as exigências do contexto, as unidades lexicais adquirem significados específicos, e a sentença, que gramaticalmente consiste em sujeito e predicado, divide-se em *tema* e *rema*.

Esse modo de ver está de acordo com a visão de Danes (apud Firbas, 1974) de que há três níveis de abordagem sintática: o nível semântico, o gramatical e o da organização contextual ou PFS. Assim na sentença *João escreveu um poema*, o padrão semântico é *Agente-Ação-Objeto*, o padrão gramatical é *Sujeito-Verbo-Objeto* e o padrão comunicacional é *tema-transição-rema*. Trabalhos mais recentes têm demonstrado que além da ordem de palavras e da entoação, a estrutura semântica opera como um meio efetivo da PFS.

No âmbito do padrão comunicacional, pode-se incluir o princípio do *dinamismo comunicativo* (DC) de Firbas (1974) e defini-lo, nesses termos, como a extensão com que determinado elemento lingüístico contribui para o desenvolvimento da comunicação. Nesse aspecto, Firbas discorda parcialmente do conceito desenvolvido por Mathesius no sentido específico de que o objeto contextualmente independente carrega um grau mais alto de DC que o verbo; este, por sua vez, carrega um grau mais alto que o sujeito, pois o agente, conhecido ou não, parece ser comunicativamente menos importante que uma ação, um efeito ou resultado não conhecidos. A distribuição do grau de DC entre os elementos da sentença é resultado da tensão entre a tendência para a distribuição básica de DC de um lado e a estrutura semântica e contextual de outro. A distribuição básica de DC numa série de elementos começa pelos mais baixos, passando gradualmente ao elemento mais alto de grau de DC. A estrutura semântica e a contextual operam ou na mesma direção ou contra a distribuição básica de DC. É isso que manifesta o que Weil denomina *movimento da mente*.

Há também elementos que podem ser chamados rematizadores, pois tornam remáticos os elementos que acompanham. Existem, por outro lado, elementos que, em virtude de seu conteúdo semântico, funcionam naturalmente no tema. Os pronomes pessoais são representantes típicos desse grupo. Entretanto, nem todos os tipos de conteúdo semântico são capazes de assinalar os graus de DC.

Na inter-relação de meios da PFS, Mathesius considera secundário o princípio rítmico: por causa de sua fragilidade semântica, as palavras ritmicamente leves funcionam mais natural-

mente no tema. Elas são responsáveis pela cooperação não conflitante do fator rítmico com os princípios de ordem de palavras, podendo ocupar diferentes posições, mas permanecem temáticas e não acarretam mudança nos graus de DC.

Para Firbas (1974), o tema é constituído por unidades que carregam o mais baixo grau de DC dentro da sentença, havendo, assim, uma escala de graus de DC: tema propriamente dito > base do rema > transição propriamente dita > base da transição > rema por exclusão do rema > rema propriamente dito. Nem todo grau deve estar necessariamente assinalado na sentença. O conceito de transição torna possível distinguir entre a secção remática e a não-remática (temático mais transição).

Firbas considera que a PFS é resultado da inter-relação de meios e que as relações de DC entre os elementos de um campo distribucional permanecem as mesmas a despeito de diferenças ou de mudanças na ordem de palavras. Apesar disso, a elaboração da teoria da PFS depende inteiramente do estabelecimento de uma ordem gramatical primária. A linearidade da sentença é um mecanismo que, por ser muito primitivo, tende a refletir a ordem normal e natural dos fenômenos da realidade extralingüística: o ator pré-existe ao início de uma ação; somente depois de realizada é que a ação afeta ou atinge o objeto ou produz algum outro (objeto). A comunicação se desenvolve na mesma linha: o grau de DC aumenta gradativamente e o centro de entonação recai no objeto, que, por sua vez, expressa a meta da ação. Quando há, assim, completa independência contextual, a ordem gramaticalizada S-V-O está em plena harmonia com a distribuição básica de DC. Na presença de sinais semânticos e/ou gramaticais, a linearidade pode tornar-se

inoperante, permitindo a ocorrência de desvios da distribuição básica do DC. Além disso, pode variar o grau de DC com a intervenção do contexto: algum item torna-se contextualmente dependente, de modo que a realidade extralingüística passa a ser vista e apresentada de um ângulo diferente.

Procurando esclarecer o conceito de *dinamismo comunicativo* de Firbas, Svoboda (1974) o define como uma espécie de contribuição para o desenvolvimento do discurso, exprimível em graus, e relacionado a dois aspectos: 1. ao modo geral de transmitir a informação por meio da língua e, portanto, ao teor de informação que trazem certos elementos verbais; 2. à perspectiva do falante da língua na comunicação, que consiste em aumentar ou diminuir o teor informacional de certos elementos de acordo com a sua própria intenção, e que pode ser entendida como informação subjetiva.

Para melhor definir DC, o autor utiliza e refina o conceito de dependência contextual, que se especifica em dois tipos: 1. dependência *horizontal* (ou linear), constituída pela seqüência de elementos e 2. dependência *vertical* (*cross reference*), constituída pela ocorrência de elementos idênticos e/ou estreitamente relacionados. Esses dois tipos de DC devem ser observados nos três níveis desenvolvidos por Danes (v. supra): gramatical, semântico e funcional. A dependência contextual deve ser medida em termos de grau de correspondência entre as partes da realidade extralingüística, expressa pelos elementos comunicativos, e o que está sendo manifestado como opinião dentro de certo segmento contextual e que reflete a situação da realidade extralingüística num dado momento.

Pala (1974) procura descrever o mecanismo de expressão de predicado e seu uso em algum tipo básico de PFS. Mostra também certas relações entre as classes semânticas de verbos tchecos e como são descritos por meio de expressões de predicados e PFS. Segundo o autor, define-se *dinamismo comunicativo* no posicionamento de componentes temático e remático que representam uma parte indispensável da informação semântica tanto sobre o texto quanto sobre aquilo que o significado deve ser assinalado na sentença e como deve ser interpretado. Assim, já na estrutura profunda deveria haver, para certos elementos, os marcadores (R) e (T) (rema e tema) que implicariam o arranjo de elementos na estrutura de superfície.

A PFS depende não só de como são distribuídos os argumentos e seus predicados correspondentes, mas também de que conteúdos semânticos a formam. Dependendo de sua importância, um elemento será mencionado mais cedo ou mais tarde (antes ou depois), fato que conduz a uma distribuição variável de acento lógico e mudança de posição sintática de unidades lexicais. O predicado e seu argumento individual podem ser considerados os portadores de graus de DC. O número de arranjos para a colocação de tema e rema numa sentença dependerá do número de argumentos do predicado, de modo que um predicado de um lugar permitirá quatro arranjos, os de dois lugares, pelo menos dez e assim progressivamente, conforme aumenta o número de lugares do predicado.

Segundo Pala, é possível formular regras de arranjo de T e R (ou distribuição dos graus de DC), tendo como ponto de partida a significação dos verbos e grupos de verbos que predizem a distribuição de DC a ser atribuída ao predicado.

Desse modo, as *cóulas semânticas*, por serem verbos semanticamente fracos, não podem funcionar como R, cujo papel é próprio dos seus sujeitos: *originar, começar, parar, terminar, ser, aparecer, acontecer, desenvolver, existir*.

Verbos que denotam "existência em um lugar" requerem especificação do local. O R é atribuído ou ao sujeito ou à especificação de lugar.

Verbos que indicam "posição no espaço" (verbos estativos) como *pendurar, sentar, estender, dormir*, permitem os seguintes padrões:

suj-T posição-T//lugar-R

lugar-T posição-T//suj-R

suj-T//posição-R

estado-R

Verbos que significam "movimento orientado" para um objetivo ou causa", como *ir ao banheiro, sair de algo, chegar a e o* subgrupo de verbos do tipo *usar alguma coisa para algum propósito, aprisionar alguém por causa de*, têm o padrão:

suj-T movimento orientado-T//objetivo-R

causa-R

Verbos de "negação implícita" são em si mesmos remáticos, se seus argumentos estão presentes, porque a expressão de negação é comunicativamente mais dinâmica que outros participantes na situação: *falhar, derramar, escapar, evitar, estar desaparecido, recusar*. Seu padrão de DC é o seguinte:

suj-T//negação implicada-R//obj-T

suj-T//negação implicada-R lugar-R

O sujeito de verbos que denotam atitude é tipicamente objeto semântico e componente remático. Essa concepção se baseia no fato de que, com verbos de ação, o objeto semântico é mais dinâmico que o próprio verbo. Os verbos de atitude como: *agradar, parecer, aparecer, surpreender* apresentam o seguinte padrão:

obj-R//sujeito-T atitude-T ou

atitude-T//obj-R

Os verbos que significam comportamento requerem especificação do modo de comportamento que constitui o elemento remático porque é comunicativamente mais dinâmico: *comportar-se, comportar-se bem, agir, viver, vestir*. Padrão:

sujeito-T comportamento-T// modo-R

Classes de verbos cujos objetos denotam "a pessoa ou coisa afetada pela ação" e outros verbos do tipo "faciendi" (*bater, cortar, ganhar, construir*) abrangem um número de subclasses mais refinadas. É provável que o objeto semântico seja comunicativamente o elemento mais dinâmico e remático. Padrão:

sujeito-T ação, atividade-T// obj de ação-R

atividade-R

Os verbos que denotam *perda, procura, fim* sugerem que o lugar da perda o objeto e o encontro devem ser considerados como os elementos mais dinâmicos se, em certas circunstâncias, o objeto perdido ou encontrado se torna remático. Essa classe, que inclui verbos como *encontrar, perder, descobrir, procurar, deixar, partir*, possui dois padrões:

sujeito-T perda-T obj-T// lugar-R encontro-T

sujeito-T perda-T// obj-R encontro-T

Verbos que significam "percepção, avaliação", cujo traço característico é ter como um elemento remático a presença do modo de percepção e avaliação, permitem, às vezes, que o objeto percebido se torne remático. Verbos desse tipo como: *tomar, aceitar, interpretar, explicar, expressar, perceber, apreciar, entender*, apresentam também dois padrões:

suj-T avaliação, percepção-I//modo-R

suj-I percepção-T//obj-R

Alguns verbos multiambíguos podem pertencer a diversas classes ao mesmo tempo e qualquer argumento, ou seu predicado, pode tornar-se remático se ele receber uma entonação especial, se estiver precedido por um instrumento lexical especial ou se se colocar numa posição contrastiva.

Os modificadores adverbiais inerentes são suplementos do verbo e expressam o grau ou qualidade da ação verbal, o que significa, para a FSP, serem comunicativamente mais dinâmicos que os verbos e, juntos, representarem um R. Isso se reflete na ordem de palavras na medida em que tais advérbios inerentes se coloquem mais frequentemente na posição imediatamente antes ou depois do verbo, diferentemente dos livres, ou seja, dos modificadores adverbiais relacionais. Esses são apenas facultativamente ligados ao verbo, que funciona semanticamente como ligação ou como elemento transitivo. Os elementos que podem ser temáticos ou remáticos são os mais móveis da sentença, posicionando-se especialmente no seu início ou no seu fim.

É incontestável a contribuição que a Escola de Praga deu à lingüística do mundo todo. Na Europa sua influência atinge pesquisadores como Halliday (1974), da Escola de Londres, que não esconde a influência que sofreu da PFS, ao mostrar seu lugar no sistema de descrição lingüística. Segundo ele, o termo *funcional* refere-se à análise da sentença em partes que têm uma função no processo de comunicação total, ou seja, relacionar-se ao modo como as estruturas semânticas e gramaticais funcionam no próprio ato de comunicação, situação em que está representado o potencial significativo do falante e em que ele faz as suas próprias escolhas. Assim a PFS é o componente de criação do texto (*text-creating*) que é, por sua vez, uma das funções da linguagem. A PFS é um pequeno componente funcional no sistema lingüístico que constitui o componente textual da gramática de sentenças.

O sistema lingüístico está organizado mediante um conjunto de componentes funcionais altamente generalizados que, por isso mesmo, servem a vários propósitos. Qualquer que seja o uso de língua, é preciso fazer referência às categorias da experiência (função experiencial), desempenhar qualquer papel na situação interpessoal (função interpessoal) e concretizá-la em forma de texto (função textual).

Modal e *transitividade* são componentes funcionais na significação potencial da oração. *Transitividade* representa uma gramática de processos, participantes e circunstâncias, que forma o componente experiencial (semântico de Danes). *Modal* representa a gramática das funções da fala – o papel adotado pelo falante e suas atitudes associadas, que forma o componente interpessoal (o gramatical para Danes). Há ainda um terceiro conjunto de siste-

mas, relacionado à gramática de mensagens- o status da oração e suas partes como unidades de comunicação. É esse o componente textual que se mostra explicitamente como um conjunto distinto de opções, funcionalmente determinado na gramática subjacente de sentenças e que inclui: 1. relações de pressuposição: a. verbal (entre sentenças e dentro de sentenças) e b. situacional. 2. relações estruturais (PFS): a. nas unidades sintáticas (sentença, oração e sintagma) e b. nas unidades comunicativas (estrutura informacional).

As relações estruturais na sentença e na oração são as de tema e rema, juntamente com os vários padrões de identificação e de predicação: é o elemento da PFS que se realiza na primeira posição, nada tendo a ver com a menção prévia. São relações de estrutura informacional as de *dado* e *novo* que se relacionam à situação ou texto precedente.

Outro pesquisador importante, que se deixou influenciar pelos funcionalistas de Praga é Dik, da Escola Holandesa. Criticando a Teoria Gerativo-Transformacional, Dik (1981) esboça um modelo de Gramática Funcional, em que distingue, como vimos, inicialmente três níveis de relações funcionais: *funções semânticas, sintáticas e pragmáticas*.

As funções semânticas, vale repetir, especificam os papéis que desempenham os referentes de termos envolvidos dentro do estado de coisas designado pela predicação em que ele ocorre. As funções sintáticas especificam a perspectiva da qual se apresenta o estado de coisa na expressão lingüística, representadas pelas funções de sujeito e objeto. As funções pragmáticas especificam o status informacional do constituinte dentro do contexto

comunicativo. Há quatro funções pragmáticas distintas, duas internas e duas externas à própria predicação. As funções pragmáticas externas são constituídas, por um lado, pelo **tema**, que especifica o universo do discurso em relação ao qual se apresenta como relevante a predicação subsequente, e por outro, o **antitema**³, que apresenta, como um *afterthought* da predicação, informação para esclarecê-la ou modificá-la.

Já as funções internas são constituídas, por um lado pelo **tópico**, que apresenta a entidade 'sobre' a qual se predica alguma coisa num dado contexto e é considerado pelo falante como dado ou conhecido do destinatário; por outro lado, pelo **foco**, que apresenta a informação relativamente mais importante ou saliente num dado contexto.

O conteúdo semântico final de qualquer expressão lingüística e sua forma são, segundo Dik (1981), codeterminados por esses três níveis de função. Mais especificamente, tanto a forma quanto o conteúdo de expressões lingüísticas podem variar de acordo com as diferentes marcas funcionais de seus constituintes em cada um dos três níveis de funções.

Predicações nucleares constituem termos que designam entidades do mundo e predicados que designam propriedades de entidades ou relações entre elas. Em outros termos, a predicação

³ Estamos traduzindo por **antitema** o termo *tail*, usado por Dik para designar o constituinte deslocado para a direita, por duas razões: em primeiro lugar, é um termo cunhado metaforicamente por ele e próprio dele; em segundo lugar, não temos em português uma forma correspondentemente compatível, já que *afterthought*, traduzido por *antitópico*, já está um tanto comprometido na literatura, como termo relacionado a tópico, mas não com o sentido dado por Dik.

nuclear designa um conjunto de estados de coisa, podendo esses ser divididos em diferentes tipos de acordo com o valor que assumem num conjunto de parâmetros distintos. Os dois parâmetros fundamentais são: **dinamismo e controle**.

No parâmetro dinamismo, pode-se distinguir entre estados de coisa dinâmicos e não-dinâmicos. Os não-dinâmicos consistem em estados de coisa que não envolvem qualquer mudança, ou seja, as entidades envolvidas são as mesmas durante o tempo em que se mantém o estado de coisa. Tal estado de coisa é denominado **situação**. Os estados de coisa dinâmicos, ou seja, aqueles que envolvem, de um modo ou de outro, a transição de uma situação a outra, são denominados **eventos**.

De acordo com o parâmetro de controle, os estados de coisa podem ser controlados ou não-controlados. No primeiro, uma das entidades envolvidas é a que controla, ou controlador; no segundo, uma das entidades envolvidas, o controlador, tem o poder de determinar se um estado de coisa será efetuado ou não. Assim são consideradas as seguintes orações:

- (1) a substância é vermelha (não-controlado e não-dinâmico)
- (2) João ficou no hotel (controlado e não-dinâmico)
- (3) João abriu a porta (controlado e dinâmico)
- (4) a árvore caiu (não-controlado e dinâmico)

Há assim quatro tipos de estados de coisa denominados como:

Estado = situação não-controlada = estado de coisa não-controlado e não-dinâmico

Processo = evento não-controlado = estado de coisa não-controlado
e dinâmico

Posição = situação controlada = estado de coisa controlado e
não-dinâmico

Ação = evento controlado = estado de coisa controlado e di-
nâmico

Em forma de diagrama tem-se:

ESTADO DE COISAS

EVENTO +din. SITUAÇÃO -din.

+controlado	ação	posição
-controlado	processo	estado

Exemplificando:

- (5) *Maria cozinhou as batatas* (ação)
- (6) *as batatas cozinham* (processo)
- (7) *João ficou em pé sobre a mesa* (posição)
- (8) *a mesa ficou no canto* (estado)

Se uma Ação tem apenas um argumento, este será necessariamente o controlador, assinalado com a função semântica de agente (Ag). Se tiver um segundo argumento, este, designando a entidade sobre a qual a ação é aplicada, terá a função semântica de Meta (Me). Se houver um terceiro argumento, ele poderá ter ou a função semântica de Recipiente (Rec), designando a entidade para a qual alguma coisa é transferida, ou de Direção (Dir), indicando a entidade para a qual alguma coisa é movida, ou Origem (Or) que é a entidade da qual alguma coisa é removida.

Se uma Posição tem somente um argumento, este designará a entidade controladora, cuja função semântica é *Posicionador* (Po). Observa-se que tanto Ag como Po são controladores, mas o primeiro controla um estado de coisa dinâmico e o segundo, um não-dinâmico. O segundo argumento de uma Posição indicará o lugar (Loc) onde Po se coloca. É possível também a combinação de Po com Me e Po + Me + Loc.

Se um Processo possui apenas um argumento, este, cuja função semântica é *Processado* (Proc), geralmente designará a entidade afetada ou efetuada pelo processo. Um Processo de dois lugares pode ter um argumento que, embora não controle o processo, é mesmo assim apresentado como uma causa autônoma ou instigadora dele. A tal argumento será atribuída a função semântica de *Força* (Fo). Um outro argumento será Me. Se houver o argumento Fo, poder-se ter um terceiro argumento que será Rec, Dir ou Dr.

Se um Estado tem apenas um argumento, este terá a função semântica zero ($\emptyset$), pois não há razão para atribuir-lhe qualquer função semântica. Estados de dois lugares terão duas funções semânticas zero, os de três, três funções zero. Um Estado pode ter, entretanto, uma função semântica de *Tempo* ou um *Locativo*. Cf.:

(9) *rosas* $\cancel{\text{Ag}}$ *são vermelhas*

(10) *este homem* $\cancel{\text{Ag}}$ *é o matador* $\emptyset$

(11) *a xícara* $\cancel{\text{Ag}}$ *está sobre a mesa* Loc

Dik define Meta como a entidade afetada (ou efetuada) pela ação de algum controlador (Ag ou Po) ou Força. Assim a função Me pode ser subdividida em Meta afetada, designando a entidade sujeita a alguma Ação, Posição ou Processo mas existindo inde-

pendente dele, e Meta efetuada, designando alguma entidade que vem à existência como resultado de alguma Ação ou Processo (note que Posição teria apenas Meta afetada). Há uma hierarquia de funções semânticas (HFS) para a indicação das funções sintáticas de sujeito e objeto:

Ag > Mo > Rec > Ben > Instr > Loc > Temp

Mediante a indicação da função sintática do argumento é que se faz a seleção de qualquer argumento como ponto de partida para descrever um estado de coisa. O sujeito determina assim a perspectiva da qual o estado de coisa é descrito.

A indicação do sujeito ou do objeto pode acarretar consequências formais em contraste com os argumentos que possuem apenas uma função semântica: as funções de sujeito e objeto geralmente determinam o modo como o constituinte deve ser marcado por caso ou preposições, mascarando, muitas vezes a função semântica subjacente; as funções de sujeito e objeto codeterminam a posição do constituinte na estrutura linear final da oração; se há concordância entre o verbo e outro constituinte da oração, o sujeito é o primeiro candidato e o objeto, o segundo a determinar a concordância; a seleção de sujeito e objeto é codificada no verbo sob forma de diferentes vozes verbais correlacionadas, por sua vez, com diferentes escolhas de sujeito e objeto.

O sujeito pode então ter qualquer função semântica dependendo da hierarquia acima referida, sua indicação, porém, deve ser distinguida de sua marcação, isto é, das características da estrutura sintática formal das expressões linguísticas. São os seguintes os recursos em combinação frequentemente encontrados nas diferentes línguas:

- (i) marcação zero;
- (ii) marcação por
 - a. partícula de marcação de sujeito
 - b. caso especial;
- (iii) uma forma especial do verbo, correspondendo à indicação de sujeito: voz;
- (iv) uma relação especial entre sujeito e verbo através de concordância;
- (v) elementos pronominais correferenciais ao sujeito;
- (vi) posição especial para o constituinte sujeito.

Dik considera que é basicamente semântica a definição da função de sujeito, de vez que esse constituinte se refere à entidade tomada como ponto de partida para a apresentação do estado de coisa em que participa, ou melhor, é o centro natural de atenção a partir do qual o estado de coisa é apresentado.

Para Dik, as funções pragmáticas de tema e antitema não devem ser consideradas partes da predicação propriamente dita mas constituintes que respectivamente precedem e seguem a predicação. Tema designa, assim, constituintes deslocados para a esquerda e antitema, constituintes deslocados para a direita. Tanto tema como antitema são elementos opcionais da predicação. Tópico, para o autor, não se identifica com o primeiro constituinte da sentença, embora constituintes com a função de tópico manifestem-se frequentemente na primeira posição. Foco também não se identifica com o constituinte que recebe ou contém maior acento (*stress*), embora constituintes com função de foco são em geral entonacionalmente mais fortes. O tópico é, necessariamente, parte da predicação, diferentemente do tema. Assim na frase:

(12) *Paris, a Torre Eiffel é realmente espetacular*

o tema é **Paris** pois coloca em cena, especifica o domínio ou universo do discurso em relação ao qual a predicação seguinte dá alguma informação. A predicação em si não é sobre Paris, mas sobre a Torre Eiffel, isto é, o constituinte **a Torre Eiffel** tem função de tópico dentro da predicação. Em outros termos, na predicação diz-se alguma coisa sobre o tópico **a Torre Eiffel**, e diz-se ainda que alguma coisa sobre a Torre Eiffel é relevante a respeito do tema **Paris**.

A influência do Funcionalismo na lingüística norte-americana manifesta-se em estudos realizados por Chafe, Li, Thompson, Prince, DeLancey e outros, cuja área de pesquisa se distancia do gerativismo por levar em conta, à semelhança do funcionalismo europeu, os objetivos da comunicação e a habilidade do usuário na interação social por meio da língua. Conceitos como *dado/novo*, *tópico/comentário*, *contraste*, *roco* são fundamentais nesses trabalhos e ora recobrem, ora não, os conceitos desenvolvidos pela lingüística européia.

Chafe (1973) considera que a língua funciona apenas se o falante leva em conta o que está na mente da pessoa com quem está falando. A mensagem só será realmente assimilada pelo ouvinte se o falante ajustar o que diz ao que assume que o ouvinte está pensando naquele momento. Nesse estudo, Chafe preocupa-se, assim, com o modo como o falante acomoda sua fala aos estados mentais do ouvinte; preocupa-se, em outros termos, com o empacotamento (*packaging*) da mensagem ou embalagem que o falante usa para transmitir a sua mensagem.

O fenômeno de empacotamento dos nomes inclui: dado/novo, foco de contraste, definido/indefinido, sujeito, tópico e ponto de vista. Mas, conforme observa o autor, tais fenômenos não são estatutos de nomes mas sim de seus referentes, sendo referente definido como a idéia que um nome expressa. As embalagens da mensagem são as seguintes.

Novidade⁴: dado ou informação velha é o conhecimento que o falante assume estar na consciência do destinatário no momento da enunciação. Novo ou informação nova é o que o falante assume estar introduzindo na consciencia do ouvinte a partir do que diz. A informação velha é transmitida de uma maneira mais fraca e atenuada (entonação mais baixa e acentuação mais fraca) do que a informação nova e está sujeita à pronominalização. O novo, na maioria das vezes, possui uma entonação alta e acento forte, estando raramente sujeito à pronominalização.

Falante e ouvinte são geralmente tratados como dado, pois estão na situação discursiva, assim como qualquer outro elemento dentro dessa situação, inclusive referentes de expressões genéricas como *ceu, terra, sol* etc.

O estatuto do novo/dado é decidido pelo falante, sendo fundamentalmente uma questão de crença do falante no sentido de que o item está na consciência do ouvinte e não de que é recuperável lingüisticamente.

⁴ O termo genérico da oposição, em inglês *givenness*, tem sido às vezes traduzido por *dadidade*, neologismo um tanto inaceitável em português. Como o termo genérico é uma questão de perspectiva, chamá-lo *novidade* enfatiza apenas o termo semanticamente marcado da oposição, mas é mais tolerável do ponto de vista vernacular.

O fenômeno da **contrastividade**, por seu lado, envolve três fatores: o conhecimento pressuposto (*background knowledge*) - entendido como dado; o número, geralmente limitado, de candidatos possíveis para exercer o papel em questão; e a afirmação que contraste o candidato correto com outros possíveis: *eu acredito que você acredita que algo aconteceu, que você tem um conjunto limitado de candidatos na mente e eu digo a você que esse alguém é alguém específico, em vez de outro.*

Foco de contraste não deve ser confundido com *novos*. O foco pode ser um pronome, enquanto *novos* nunca pode ser pronominalizado.

Pode-se exprimir a contrastividade através da entonação mais alta e acento mais forte no foco de contraste, mediante o uso de sentenças clivadas, de sentenças pseudo-clivadas e ainda por meio do tópico.

Outro conceito desenvolvido por Chafe é o da **definidade**. Na comunicação, é fator importante o falante pensar que o ouvinte já conhece ou é capaz de identificar o referente particular que o falante tem em mente. Se o falante considerar que o ouvinte pode reconhecê-lo, dá ao item o status de definido. Assim o falante assume que o ouvinte já conhece o referente do item e pode escolher, dentre os referentes que podem ser caracterizados desse modo, o que tem em mente. *Identificável* seria um termo melhor para definido, segundo o próprio Chafe.

A definidade pode ser marcada formalmente pelo emprego de artigos definidos, demonstrativos, e lexicalmente por nomes próprios, nomes com um único referente ou um mais saliente (cf. *terra, lua, céu*), e além disso pelo contexto textual (*fui ver o*

mecânico que rixou nosso carburador).

Embora haja uma interação natural entre o *status* de *dado* e o de *definido*, podem-se ter as seguintes possibilidades lógicas de construção:

indefinido e novo: *Comprei um carro.*

definido e novo : *Falei com o carpinteiro ontem.*

definido e dado : *Você deu comida para o cachorro?*

indefinido e dado: *Eu vi uma águia esta manhã. Joana viu uma também.*

Outro conceito desenvolvido por Chafe é o de **sujeito**, considerado, em sua perspectiva, o ponto de partida para acréscimo de conhecimento, de conformidade com a conceituação tradicionalmente conhecida como "aquilo sobre o que se fala". A *sujeitividade* manifesta-se de formas diferentes nas várias línguas: concordância, uso de sufixos e ordem de palavras. Não há correlação necessária entre *sujeito* e *dado* ou entre *não-sujeito* e *novo*.

Quanto ao conceito de *tópico*, Chafe classifica-o em pelo menos três tipos: o inglês, o chinês e o do Caddo.

No inglês, o *tópico* é simplesmente um foco de contraste que tem de ser, por alguma razão, colocado no início da sentença. Serve como exemplo a sentença *Isso muitos no interior fazem assim*. E, segundo Chafe, inadequado chamá-lo *tópico*, pois o *tópico* real é o do chinês.

O *tópico*, no chinês, estabelece um esquema espacial, temporal ou individual dentro do qual a predicação principal se mantém, de modo a limitar-lhe a aplicabilidade a certo domínio restrito. Numa sentença típica, como *Filme, eu gosto mais de comédia*, vê-se claramente que o *tópico* restringe o âmbito da predi-

cação principal.

Outra forma de manifestação de tópico é aparecer como um sujeito prematuro. Quando coloca o que tem em mente em palavras, o falante deve escolher uma estrutura de caso para a sentença e o nome a ser incluído nessa estrutura de caso, como sujeito da sentença, escolhas que faz mais ou menos simultaneamente, com interação entre elas. É freqüente, assim, selecionar o sujeito antes de ter sido escolhido o esquema de caso, gerando sentenças do tipo *O esquema em si, ele funciona bem*, com uma pausa ou partícula de hesitação. Esse tipo de tópico é, na realidade, um sujeito escolhido antecipadamente e, portanto, não homogeneamente integrado na sentença que segue.

Se o tópico, tratado anteriormente, pode ser resultado de uma escolha prematura do sujeito, anterior à do esquema de caso, o antitópico resulta, inversamente, de escolher primeiramente o esquema de caso e só posteriormente, o sujeito, como uma reflexão tardia. Esse tipo de estrutura é muito comum no sêneca, língua em que o verbo não expressa concordância com o sujeito, mas com o papel de caso. Exemplos de antitópico, no português, são sentenças como: *evoluiu muito o teatro principalmente no Brasil e seria o ideal isso*.

Nos capítulos seguintes, os conceitos aqui desenvolvidos serão retomados, alguns deles diretamente, outros indiretamente, como base subjacente de conceitos teoricamente mais genéricos e, por isso mesmo, com maior poder explanatório.

PARTE I

ASPECTOS TIPOLOGICO-DESCRIPTIVOS

CAPITULO 2

A QUESTAO DA TIPOLOGIA

1. Abordagens tipológicas

Uma das preocupações dos lingüistas, atualmente, tem sido a classificação tipológica das línguas, numa tentativa de agrupar e ordenar os dados, inventariar as diferentes estruturas e subestruturas existentes ou possíveis e fornecer resultados globais com respeito quer a todas as línguas, quer a um ou outro tipo de língua.

As primeiras tentativas de agrupar as línguas, segundo possíveis características comuns, surgiram na Alemanha durante o comparativismo e utilizavam-se quase exclusivamente do critério genético, isto é, do estabelecimento de laços de parentesco entre as línguas, através do método histórico-comparativista. Entender-se por parentesco a relação entre línguas com a mesma origem. Há comprovadamente uma protolíngua como matriz, a partir da qual se formam famílias de línguas.

Segundo Câmara Jr. (1980), a primeira família depreendida, cujos lineamentos e relações internas foram mais bem esclarecidos, é a das línguas convencionalmente chamadas indo-europeias. Essas línguas provêm de uma protolíngua, que deve ter vigorado até uns três mil anos a.C., numa região meridional da atual Rússia. Movimentos migratórios a levaram para a Ásia e a Europa, e a evolução lingüística, de par com o contato com outros povos, determinou uma intensa diferenciação em múltiplas línguas cognatas.

Uma outra família detectada pelo método comparativista foi a das línguas camito-semíticas, a que pertencem o cananeu, o aramaico, o árabe e o etiópico. Há um outro bloco, o urálico que se encontra na Finlândia, na Estônia, na Hungria, nos Montes Urais e Siberia. O grupo das altaicas é constituído pelo mongol e pelo manchu ou tungus, que se estendem pela Turquia, Rússia, Mongólia e Manchúria até o Noroeste do Irã e do Afeganistão.

Além desses blocos, Borba (1984) inclui as famílias: sino-tibetana, que constitui a mais extensa família do leste da Ásia (China, Tibete, Birmânia, grande parte do Sião e Anã); caucasiana, que inclui o avar, o andi, o dido, o checheno, o abscásio, o georgiano, o mingrelíio e o lazo; e a dravídica, falada no sul da Índia e norte do Ceilão.

Há outros critérios extralingüísticos de classificação das línguas, como o geográfico ou areal, implicitamente admitido em expressões correntes como *línguas polinésias*, *sul-africanas*, *americanas*, *caucásicas* etc. A classificação geográfica só é cientificamente aceitável, quando a continuidade regional coincide com a unidade lingüística propriamente dita, ou com uma afinidade tipológica. Esse tipo de classificação só tem valor descritivo, na medida em que serve para focalizar contrastes muito maiores entre grupos de línguas. (cf. Câmara Jr., 1980, p.297).

August Schleicher foi o primeiro a propor uma classificação das línguas com base na estrutura morfológica do vocábulo, ainda na primeira fase dos estudos lingüísticos do século XIX. Partindo do conceito tradicional de palavra, Schleicher propõe três tipos estruturais: o isolante, cujos vocábulos são indecomponíveis de modo a não apresentarem flexão, nem derivação, como o

chines; o tipo aglutinante, cujos vocábulos acumulam no radical afixos distintos para expressar relações gramaticais, como o turco; e o flexivo, línguas que comportam raízes ou radicais a que se unem afixos para indicar os mais diversos acidentes gramaticais, como as línguas indo-europeias. Essa tipologia não tinha, no entanto, propriamente a intenção de estabelecer uma classificação para fins descritivos, mas apenas traçar um quadro teórico da evolução lingüística. O que torna inviável uma classificação desse tipo é o fato de não se ter uma compreensão nítida do conceito de flexionismo e de aglutinação.

Uma outra tentativa de classificação das línguas baseia-se na noção que o vocábulo pode expressar: as línguas analíticas utilizam um segmento para cada noção a expressar, como o chinês e o inglês; nas sintéticas os vocábulos são complexos porque concentram em si várias noções, como o latim e o grego; e, finalmente, as polissintéticas possuem vocábulos-frases em que as noções a serem comunicadas se aglutinam formando um complexo morfo-amalgamado, como o esquimó.

A teoria de Sapir (1971) revela o primeiro esforço para se libertar de uma tradição pré-científica, tomando por base três critérios objetivos: os tipos de conceitos representados na língua, a natureza da constituição morfológica dos vocábulos e a natureza da constituição notional dos vocábulos. Com base no primeiro critério, Sapir classificou as línguas em: simples de relação pura, complexas de relação pura, simples de relação mista e complexas de relação mista. Usando o segundo critério dividiu-as em isolantes, aglutinantes, fusionantes e simbólicas. O terceiro critério permitiu uma classificação em analíticas, sintéticas e

polissintéticas. A conjugação desses três critérios classificatórios imprime maior precisão às classificações e permite fugir da vaguidade que tem a noção de língua aglutinante na classificação de Schieicher. O português é, assim, uma língua quase complexa de relações mistas, fusionante, analítica e levemente sintética (Cf. Borba, 1984, p.277).

A partir de Sapir, a lingüística tipológica tem-se baseado na análise de padrões e princípios que têm sido identificados como centrais nas línguas, tais como a estrutura da sentença e seus constituintes, e processos como regência, modificação e subordinação.

As línguas humanas são definidas como um sistema de comunicação em que se veicula a significação mediante a relação com os sons da fala. Seus mecanismos são tratados por três componentes distintos mas relacionados: semântico, sintático e fonológico. Uma vez que o componente semântico é construído, pelo menos em parte, de acordo com o conhecimento de mundo dos falantes, e o fonológico de acordo com os parâmetros de emissão e recepção de sons, o componente sintático é o mais distintivo das línguas humanas. É também o mais significativo para a lingüística tipológica, que o toma como componente central, baseando sua análise na estrutura da sentença e em seus constituintes (Cf. Lehmann, 1978).

Greenberg (1963) sugere uma tipologia sintática tendo como critério a ordem dos constituintes da sentença. Examinando trinta línguas diferentes, formula uma tipologia com base na posição relativa do sujeito (S), do verbo (V) e do objeto (O). Das seis possibilidades lógicas, há três dominantes: VSO, SVC e SOV.

A esses três tipos se associam características sintáticas como o uso de preposições (pr) ou de posposições (po), a posição do adjetivo (adj) e do genitivo (G) em relação ao nome, e o uso de partículas interrogativas e de auxiliares. Formula ainda um número de universais implicacionais do tipo: dado x numa língua particular, então y. Se uma língua tem, por exemplo, a ordem VSO como básica nas orações declarativas, o genitivo sempre seguirá o substantivo regente. Com base nessa tipologia, o português é classificado como língua SVO, com preposição (Pr), em que o genitivo e o adjetivo seguem o substantivo (N+G) e (N+adj).

Keenan, Derbyshire & Pullum (apud Dryer, 1991) e Pullum (1977) apresentam, entretanto, evidências para o acréscimo das outras três ordens logicamente possíveis VOS, OVS e OSV, que, no entanto, Lehmann (1978) e Vennemann (apud Dryer, 1991) sintetizam em apenas duas, OV e VO. Isso implica que o parâmetro fundamental é a ordem do verbo e do objeto, já que, para eles, o verbo é central nas línguas humanas e sua combinação com o objeto é a construção básica, tendo menor importância a posição do sujeito. Assim VSO, VOS e SVO são subtipos do tipo geral VO em contraposição ao OV. Outros pesquisadores como Comrie e Hawkins (apud Dryer, 1991) criticam essa posição alegando haver evidências fortíssimas que contradizem a afirmação de que as línguas SVO são semelhantes às VSO e VOS.

Apesar de reconhecer que as críticas de tais autores tenham algum mérito, Dryer (1991) defende a posição de Lehmann e Vennemann, com base na alegação de que as propriedades de ordem de palavras das línguas SVO diferem muito pouco das propriedades das línguas VSO e VOS, havendo, além disso, uma divisão básica

entre as línguas VO e OV. As línguas SOV podem ser agrupadas no conjunto de línguas com V-inicial, uma vez que apresentam características idênticas.

Propondo uma classificação tipológica alternativa das línguas, com base na relação sujeito/predicado e tópico/comentário, Li e Thompson (1976) consideram a existência de quatro tipos de línguas: a. línguas com proeminência de sujeito, em que a estrutura das sentenças é mais bem descrita como de sujeito-predicado, como, por exemplo, as línguas indo-européias; b. línguas com proeminência de tópico, em que a estrutura das sentenças é mais bem descrita como de tópico-comentário, como o chinês; c. línguas com proeminência de tópico e de sujeito, em que coexistem as duas construções, como o japonês; d. línguas sem proeminência de sujeito ou de tópico, em que o sujeito e o tópico se mesclam e não se distinguem mais os dois tipos, como o tagalog.

Como os conceitos de tópico e de sujeito são teoricamente nucleares, os autores procuram diferenciá-los baseando-se em traços de diversas naturezas. Um deles diz respeito à **definidade**, conforme foi proposto por Chafe. O tópico deve ser sempre definido, o sujeito não precisa sê-lo necessariamente.

Outra propriedade que distingue sujeito de tópico refere-se à **relação seletional** com o verbo: enquanto o tópico não necessita ser um argumento do verbo, o sujeito apresenta sempre uma relação seletional com ele.

Outra característica do sujeito é ser **determinado pelo verbo**, no sentido de que é possível predizer que sujeito pode ocorrer com determinado verbo; não se pode fazer o mesmo em relação ao tópico.

O tópico tem sempre um papel funcional que é, como foi acima afirmado, especificar o domínio em que se mantém a predicação: é o centro de atenção e anuncia o tema do discurso. O sujeito, por outro lado, pode não ter qualquer papel semântico dentro da sentença como um todo; constituindo um sujeito vazio¹, fornece apenas a orientação ou ponto de vista da ação, experiência ou estado.

Um outro fator pertinente de distinção entre sujeito e tópico é a concordância, considerando-se aí que, em muitas línguas, o verbo obrigatoriamente concorda com o sujeito, ao passo que a concordância com o tópico é rara devido a sua independência em relação ao predicado.

Manifestar-se em posição inicial da sentença é outra característica do tópico e não necessariamente do sujeito, já que há línguas em que o sujeito se apresenta em posição final (OVS) e outras em que sua posição é medial (VSO).

O sujeito, e nunca o tópico, possui um papel proeminente em processos gramaticais como reflexivização, passivização, apagamento de elementos correferenciais, etc.

Pode-se concluir, então, que o tópico é um noção discursiva, enquanto o sujeito é uma noção interna à estrutura da sentença.

Em termos tipológicos, línguas com proeminência de tópico caracterizam-se com base nas propriedades seguintes:

a. codificação superficial: há sempre uma codificação superficial para o tópico, mas não necessariamente para o sujeito

¹ Deve-se observar que, em português, isso não ocorre, ou seja, o sujeito terá sempre um papel semântico e nunca é vazio, como ocorre no inglês e no francês.

For exemplo, posição inicial, marcador morfológico para indicar o tópico.

b. construção passiva: muito comum nas línguas com proeminência de sujeito, e rara ou marginal nas línguas tópicas. Nessas, a noção de sujeito é tão fundamental que, se um nome, não designado pelo verbo como seu sujeito, assume essa função, o verbo deve manifestar uma marca para assinalar esse sujeito não normal. Nessa construção, qualquer SN pode ser tópico de uma sentença sem registrar qualquer marca no verbo.

c. pode-se encontrar o chamado sujeito postico ou vazio em línguas com proeminência de sujeito (Sp) mas não em línguas com proeminência de tópico (Tp), justamente em função do papel importante que a função de sujeito desempenha neias.

d. sujeito duplo: construções muito frequentes em línguas Tp, são os casos mais claros de estruturas tópico-comentário, na medida em que tanto ocorre sujeito quanto tópico, e são facilmente distinguíveis.

e. controle de correferência: em línguas Tp, é o tópico e não o sujeito que controla o apagamento de constituintes correferenciais.

f. Línguas com V-final: línguas Tp tendem a ter o verbo em posição final.

g. restrições sobre o constituinte tópico: há, nas línguas Sp, muitas restrições impostas ao constituinte na função de tópico, ocorrendo o contrário nas línguas Tp.

h. sentenças tópico-comentários como básicas²: nas lín-

² Para definir sentença básica, os autores consideram o conceito de E. L. Keenan (1976), segundo o qual "a sentence is a basic sentence in L if and only if no other sentence of L is more basic than it."

guas Tp, as sentenças tópico-comentário são consideradas construções básicas, não marcadas, e não derivadas, marginais e marcadas como o são nas línguas Sp.

Com base nas características acima mencionadas, elencadas por Li e Thompson, para as línguas de proeminência de tópico, Berman (1980) procura enquadrar o hebreu nessa tipologia, mostrando características, também relevantes para o português, razão porque interessa-nos examinar neste trabalho.

O hebreu é, segundo a autora, uma língua (S)VO que apresenta muitas construções sem sujeito ou impessoais com estruturas determinadas. O sujeito de uma sentença declarativa, ativa, simples possui as seguintes propriedades estruturais:

- a. posição inicial da sentença, que configura a ordem gramatical e pragmaticamente não-marcada e neutra.
- b. governa a concordância em gênero e número no verbo (no pretérito e no futuro) e em pessoa (no presente).
- c. como sujeito nominal, não tem marcador de caso preposicional manifesto; como pronome pessoal, toma a forma não-marcada, como não-pessoal, flexiona-se como sufixos ou preposições.
- d. é, geralmente, um agente semântico com papel proeminente.

As construções impessoais, muito comuns no hebreu, não têm um sujeito que é, em termos semânticos, tipicamente uma expressão referente, um agente que é tópico, seja no sentido da oposição velho-novo, ou no sentido de "sobre o que a sentença fala". A falta de agente justifica-se no fato de o evento em questão ser logicamente sem agente, sendo o protagonista um experienciador ou possuidor, e nenhuma ação se realiza, ou no fato de o

falante escolher, por alguma razão, tratar o evento como não perpetrado por qualquer indivíduo específico ou grupo de indivíduos. As construções sem sujeito do hebreu consistem em sentenças existenciais, possessivas, impessoais, construções com experienciador com marca de dativo, comentários de ambientes, predicados com complemento sentencial e expressões modais.

As sentenças existenciais afirmam ou negam a existência de alguma entidade cujo único critério de "sujeitividade" é a concordância. incluindo-se, assim, na classe de construções sem sujeito, pois a entidade em questão não é referencial, não ocupa a posição inicial (ou ocorre como um sujeito postigo), nem é um bom candidato a tópico.

As sentenças possessivas também não têm sujeito gramatical, tomam a forma "ser+possuidor dativo+possuído". O possuído é analisado como o sujeito porque é não-marcado e concorda com o verbo em gênero e número, embora essa concordância seja frequentemente violada no uso, com o masculino não-marcado sendo usado para todas as formas. Sugere a autora que o SN possuído deva ser reanalisado como um objeto.

As sentenças impessoais constituem a classe, por exceção, de construções sem sujeito com verbo inicial na terceira pessoa do plural, não associado a qualquer SN sujeito. Têm as seguintes propriedades: a) não admitem correferência com o pronome eles. De modo que em *Dizem que eles estão loucos*, a classe de indivíduos de *dizem* é diferente da de *estão*. b) em sentenças encaixadas, o apagamento do pronome implica que o sujeito suprimido é correferencial ao sujeito da oração principal, havendo, entretanto, ambigüidade com o verbo na 3a. pessoa: *Eles sabem que (?) ma-*

taram João. c) verbos impessoais não controlam reflexivos. d) têm sempre domínio humano, sendo o evento imputado a um grupo não específico de pessoas. Acentuam a agentividade como tal, pois implicam a existência de uma pessoa responsável pela ação do verbo, mas não especificam quem é ela, porque 1) pode estar contida no contexto (cf. *Tomam muito suco em Israel*), 2) pode ter sua identidade inferível de um conhecimento extralingüístico geral (cf. *Fegaram os ladrões*), 3) o falante pode deliberadamente escolher não especificar quem de fato perpetra a ação.

Tais construções impessoais servem para desviar a atenção de um argumento, no caso, o sujeito não ocorrente; estão sempre na 3a. pessoa do plural porque a responsabilidade não é atribuída a um único indivíduo. Finalmente, não ocorrem em línguas em que é muito forte a exigência de um sujeito manifesto, como o inglês e o francês. Essas construções impessoais são possíveis em virtude de o hebreu manifestar duas propriedades relacionadas: a alta tolerância a construções sem sujeito e à posição inicial do verbo.

Há também no hebreu uma *passiva impessoal* que se caracteriza por ter um verbo passivo na 3a. pessoa do singular, que não concorda com o nominal em gênero e número, iniciando a sentença. Esse verbo fica restrito à classe de verbos de declaração e cognição, correspondentes ao inglês *It was agreed/announced/decided that...*, e, no português, à passiva pronominal *Decidiu-se/anunciou-se*.

Há algumas construções, no hebreu, que não apresentam um SN nominativo superficial, mas sim uma estrutura constituída de predicado + SN dativo (ou benefactivo). Seu único SN, geralmente

humano, e interpretado como experienciador de certo estado. São estruturas com experienciador marcado com dativo.

No hebreu, afirmações sobre tempo, hora, fenômenos atmosféricos, ou seja, comentários de ambientes, são expressas através de uma predicação descritiva, sem verbo manifesto ou com alguma outra forma de *haya* (verbo ser). A descrição, nesses casos, ancora-se numa circunstância, tempo ou lugar do discurso, freqüentemente por referência manifesta em noções como *hoje* ou *neste lugar*. Tais construções não requerem um sujeito superficial e o ambiente todo é comentado e não um indivíduo ou um grupo específico de indivíduos.

Há ainda, no hebreu, estruturas cujo predicado pode ser constituído de um verbo, um adjetivo ou um nome, sendo o complemento sentencial ou uma oração reduzida de infinitivo ou uma desenvolvida introduzida por *se* (que). O tipo de predicado que pode ocorrer em tais construções é semanticamente restrito a propriedades que podem ser atribuídas a proposições inteiras. Se o experienciador do predicado (nunca seu agente) é mencionado, ele tomará a marcação dativa. No português encontramos construções equivalentes, como se pode observar nas sentenças (1) - (3):

(1) *Convém para mim que João não venha.*

(2) *(É) proibido entrar na sala.*

(3) *Favor falar com Maria.*

São consideradas construções sem sujeito porque o sujeito oracional não obedece a nenhuma propriedade proposta para a categoria de sujeito.

O hebreu tem duas formas para expressar a modalidade de obrigação: a forma SVC, com o verbo modal seguido de um infiniti-

vo (cf. *Você pode/deve fazer isso.*); e a estrutura superficial predicado + complemento, sendo este um complemento infinitivo ou uma oração substantiva. Essas expressões modais são também consideradas, por Berman, construções sem sujeito.

Há ainda, no hebreu, outros correlatos com a existência de construções impessoais. Esses correlatos são:

Construções com verbo-inicial em que o predicado precede o sujeito. Isso ocorre com predicados apresentativos e existenciais que permeiam todos os níveis de estilo e uso, em tempos não-presente e no caso de permuta, ou seja, inversão do sujeito e do verbo quando um outro elemento é trazido para o início da sentença: *Na flor pousou o beija-flor.*

A ocorrência de sentenças sem sujeito, em línguas cuja ordem básica de palavras não é verbo-inicial, é consistente com a existência de outros tipos de antecipação do verbo na língua. Assim uma língua SVO é mais provável ser (S)VO se ela pode ou deve ter outros tipos de seqüência verbo-inicial também.

O hebreu possui poucas operações gramaticais restritas ao sujeito nominal, tal como controle de concordância verbal e reflexivização. Os outros processos como relativização, interrogação, deslocamento à esquerda, complementação sentencial, operam também sobre os objetos direto e indireto, oblíquos e genitivos. A passiva, operação de avanço do sujeito, é uma construção pouco usada. Essas evidências todas mostram em particular a pequena importância do sujeito no hebreu, do que se deduz, ser, então, uma língua com proeminência de tópico, nos termos de Li e Thompson. Possui, além disso, poucos processos de criação de sujeito, como por exemplo, o sujeito posticho, ou ainda alçamento de sujeito.

Isso sugere que construções sem sujeito ocorrem mais facilmente em línguas em que o sujeito é gramaticalmente não proeminente e desempenha papel relativamente menor na caracterização de processos sintáticos chave, e em línguas que apresentam muitas limitações com relação ao processo de criação de sujeito.

Outra característica que coloca o hebreu na tipologia de língua com proeminência de tópico é a operação de anteposição, muito usada para realçar um elemento, seja ele objeto direto, indireto ou sintagma preposicionado. Essa anteposição pode se dar como topicalização ou como deslocamento à esquerda, com pronome resumptivo.

2. Ergatividade e tipologia

Mais recentemente, a partir da década de setenta, com os estudos das línguas indígenas australianas, americanas e asiáticas, surgiu uma outra tipologia mais especificamente sintática, baseada no comportamento dos argumentos de verbo e do próprio tipo de verbo. Tal classificação distingue línguas nominativas, ativas e ergativas.

Nas línguas nominativas, todos os sujeitos, seja de verbo transitivo ou intransitivo, são tratados da mesma forma em oposição ao objeto transitivo, ou seja, recebem uma marca diferente da do objeto. Há um alinhamento dos sujeitos em oposição ao objeto. A morfologia é pragmaticamente orientada: codificando uniformemente a função discursivo-pragmática do sujeito/tópico, desconsidera o papel semântico e a transitividade da oração. A

estrutura nominativa apresenta o seguinte esquema: $(St=Si) \neq O$ ³.

Nas ergativas, o sujeito de transitivo recebe uma marca diferente da do sujeito intransitivo e do objeto, ou seja, há um alinhamento do sujeito intransitivo com o objeto em oposição ao sujeito transitivo. A morfologia é orientada para as propriedades de transitividade da oração: a transitividade, nesse caso, não se correlaciona diretamente nem com o papel proposicional-semântico, nem com o status de sujeito/tópico. Assim, a estrutura ergativa obedece ao seguinte esquema: $St \neq (Si=O)$.

Nas ativas, o tratamento dos sujeitos e do objeto não está na base de sua função sintática propriamente, mas sim na base da função do verbo: verbos estativos requerem o sujeito no caso inativo, verbos dinâmicos requerem o sujeito no caso ativo e o objeto, se houver, no caso inativo. A morfologia é semanticamente orientada: codificando uniformemente o papel proposicional-semântico de agente, paciente e às vezes dativo, desconsidera o status de sujeito/tópico e a transitividade da oração. Pode ser esquematizado do seguinte modo: $(St=Si_{ativo}) = (O=Si_{inativo})$.

Estenderemos um pouco mais o conceito de ergatividade por duas razões distintas. Inicialmente, como o conceito tem-se aplicado às chamadas línguas "exóticas", ou seja, fora do âmbito das línguas indo-européias, tem um uso restrito na lingüística, mais especificamente no domínio da lingüística descritiva de natureza antropológica. Em segundo lugar, o reconhecimento da categoria nas chamadas línguas indo-européias se restringe a algumas funções aleatórias da estrutura lingüística, como tipos de verbos

³ St se refere à função de sujeito de verbo transitivo, O, à de objeto e Si, à de sujeito de verbo intransitivo.

e de construções sintáticas.

Com efeito, se rastrearmos o emprego do termo *ergatividade*, observamos que ele tem sido usado para definir diferentes pontos de vista, tendo assim caracterizações distintas.

No domínio lexical, diferenciam-se classes de verbos como transitivo, intransitivo ou ambi-transitivo. Esta inclui verbos que se subdividem em duas classes - aqueles para os quais o sujeito de verbo intransitivo (Si) é igual ao sujeito de verbo transitivo (St), ou seja, $Si=St$, como *ela está tricotando um biquinho/ela está tricotando* e outros verbos como *falar, ver, comer, ajudar, saber, tentar* e outros; e aqueles para os quais $Si=O$, como exemplificados por *os meninos atravessaram a rua/João atravessou os meninos na rua* e também *abrir, explodir, estourar, esfriar, aumentar* e outros.

Halliday (1967) usa o termo *ergativo* para descrever o tipo de sujeito em construções como *he marched the soldiers*⁴. Lyons (1979) o emprega para definir o sujeito agente (ou causa) de uma construção transitiva derivada de uma intransitiva. Assim John em *John moved the stone* (João moveu a pedra) é o sujeito ergativo derivado de *The stone moved* (A pedra se moveu), já que o sujeito do verbo intransitivo se torna o objeto de um verbo transitivo correspondente e um novo sujeito ergativo é introduzido como agente.

Dixon (1987), no entanto, considera confuso usar rótulos como *nominativo, acusativo, absolutivo e ergativo* - que são

⁴ Essa sentença não tem tradução para o português, mas temos estruturas semelhantes como a acima mencionada *João atravessou os meninos na rua*.

descrições do modo como as funções sintáticas Si, St e O⁵ são realizadas - como indicadores também da orientação lexical. Como toda língua tem algum tipo de construção causativa, empregar o termo ergativo nesse sentido lexical significaria implicar que toda língua tem aquele tipo de ergatividade, em contraste com o outro uso do termo, mais bem estabelecido, empregado para designar, principalmente, línguas morfologicamente ergativas.

A ergatividade é, na verdade, um tipo particular de organização relacional e, segundo Plank (1979, p.4), pode ser abordada de duas perspectivas distintas: a paradigmático-identificacional e a sintagmático-construcional.

De acordo com a abordagem paradigmático-identificacional, a definição ergativo(-absolutiva) e a nominativo(-acusativa) pode ser distinguida como segue:

a. Um padrão gramatical apresenta um alinhamento ergativo se ele identifica o sujeito intransitivo (Si) e o objeto transitivo (O) como opostos ao sujeito transitivo (St): (Si=O)≠St.

b. Um padrão gramatical exibe um alinhamento nominativo se identifica St e Si como opostos a O: (Si=St)≠O.

A ergatividade e a nominatividade vistas da perspectiva sintagmático-construcional, ou seja, sem a necessidade de comparação paradigmática entre construções de um ou de dois lugares, podem assim ser definidas: a construção ergativa é a que se car-

⁵ Dixon (1979) usa A, S e O, Comrie (1978), S, A e P e Keenan (1984), St, Si e DO para as mesmas funções respectivamente. Adotaremos uma notação semelhante à de Keenan, pois nos parece mais clara para identificar as funções. Usaremos, assim, St para sujeito de verbo transitivo, Si para sujeito de intransitivo e O para objeto de transitivo.

caracteriza por ter o paciente transitivo como Si e a nominativa, por apresentar esse mesmo argumento como O, conforme o esquema:

a. Construção ergativa:

o agente transitivo é diferente de St, talvez obliquo, mas nunca O

o paciente transitivo é O

b. Construção nominativa:

o agente transitivo é St

o paciente transitivo é O

É necessário observar que a ergatividade é comumente descrita de acordo com a abordagem paradigmático-construcional. Comrie e Dixon, conforme veremos adiante, não fogem à regra.

Comrie (1978), afirma que tradicionalmente **ergatividade** é o termo usado para se referir à marcação de caso nominal em que o sujeito de um verbo intransitivo tem o mesmo marcador morfológico do objeto direto e um marcador diferente para o sujeito de verbo transitivo. Si refere-se ao único argumento de um verbo intransitivo, e este único argumento é o sujeito. St refere-se ao argumento de um verbo transitivo que seria o seu sujeito numa língua não-ergativa como o inglês e O se refere ao argumento que seria o objeto direto. St e O são reminiscentes dos termos semânticos *agente* e *paciente*, mas não são idênticos, embora haja uma alta correlação entre a oposição semântica agente/paciente e a oposição sintática St/O.

Dada essa distinção tripartida (Si, St e O), há cinco sistemas logicamente possíveis de marcação de caso para Si, St e O:

Tipo A - o mesmo marcador morfológico é usado para todas as três posições; esse tipo é ilustrado pelo inglês, com os SNs não-pronominais.

Tipo B - Si e St tem o mesmo marcador morfológico (nominativo), enquanto O tem um marcador diferente (acusativo). Esse sistema pode ser ilustrado pelo Latim.

Tipo C - Si e O tem o mesmo marcador morfológico (absolutivo), enquanto St tem um marcador diferente (ergativo). Pode ser ilustrado pelo Tongan e pelo Basco.

Tipo D - é um tipo que possui três marcadores morfológicos diferentes, sendo relativamente raro entre as línguas do mundo. Algumas línguas têm este sistema de marcação de caso para um número limitado de SNs, como o dyirbal.

Tipo E - Tem o mesmo marcador para St e O e um diferente para Si. Parece não ocorrer como um sistema atestado de marcação de caso.

Essa tipologia não funciona de modo absoluto em cada língua, pois mesmo numa que opera no sistema nominativo-acusativo, como o inglês, podem-se encontrar algumas construções marginais que operam numa base ergativo-absolutiva, como, por exemplo, no âmbito da formação dos nomes compostos: com um verbo intransitivo como *chirp*, o substantivo é interpretado como Si, isto é, *bird-chirping* está relacionado com *birds chirp*; enquanto com um verbo transitivo como *hunt*, o nome é interpretado como O, isto é, *fox-hunting* está relacionado com (somebody) *hunts foxes*. Em línguas que permitem a incorporação de nomes aos verbos, parece verdadeiro que O é facilmente incorporado, seguido de Si, mas St se mostra resistente à incorporação. O inglês apresenta então um ti-

po de ergatividade morfológica.

O fenômeno da ergatividade, segundo Dixon (1987) encontra sua manifestação mais freqüente no nível da estrutura superficial, seja no nível morfológico, seja no sintático e até mesmo no discursivo.

Morfológicamente, há quatro maneiras principais de se marcar a função de um SN na sentença:

1.Flexão de caso: o caso é marcado no SN, em línguas como o latim e o grego.

2.Partículas separadas: uso de partículas prepostas ou pospostas ao SN, que têm o status fonológico de palavra separada.

3.Indicação no verbo ou no auxiliar, de pessoa, número e gênero do SN em certas funções sintáticas, mediante o emprego de formas presas.

4.Ordem de palavras: há línguas que, por não possuírem meios morfológicos para marcar a função sintática, utilizam uma ordem de palavras contrastiva. Embora, dentro da divisão tradicional, esteja no componente sintático, a ordem de palavras tem o mesmo papel morfológico da flexão de caso e dos afixos pronominais presos, demonstrando assim as mesmas possibilidades tipológicas. As línguas que empregam a ordem StVO para sentenças transitivas e VSi para intransitivas, operam num princípio ergativo: tanto Si quanto O seguem o verbo e St o precede. Já as línguas de natureza StVO/SiV ou DVSt/VSi operariam num princípio acusativo.

Segundo Dixon (1979), todas as línguas distinguem atividades que envolvem necessariamente dois participantes das que envolvem apenas um, sendo participante aqui entendido como qualquer referente de um SN, sejam coisas animadas ou inanimadas, hu-

manas ou não-humanas. Todas as línguas possuem, assim, uma classe de verbos transitivos e uma classe de verbos intransitivos para designar essas duas espécies de atividades.

São constituintes nucleares de uma sentença transitiva o verbo e dois SNs. Um dos SNs recebe geralmente uma desinência não zero, ficando o outro não-marcado. As sentenças intransitivas contêm, por outro lado, apenas um SN, em função de Si, podendo ser marcado como St ou como Ū, dependendo da natureza semântica do verbo: se o SN nuclear puder controlar a ação, ele será descrito como St; caso contrário, será marcado como Ū.

Com relação à marcação das funções, há duas alternativas: uma, consiste em usar o caso ergativo para marcar a função de St (o SN que é ou pode ser o agente), ficando não-marcado o SN na função de Ū, assim como o SN na função de Si (referidos como caso absolutivo); a outra alternativa consiste em se usar uma marca para a função de Ū (o SN que não pode iniciar ou controlar a ação), não marcando os SNs nas funções de St e Si (referidos como caso nominativo).

Ū ergativo é sempre o termo marcado no sistema absolutivo/ergativo, e o acusativo é usualmente o termo marcado na oposição nominativo/acusativo. Além disso, o ergativo é usado para marcar um SN na função de St (enquanto Ū e Si ficam sem marcação como caso absolutivo), podendo inclusive ser apagado, enquanto o absolutivo deve obrigatoriamente estar incluído na sentença (cf. dyirbal e esquimó).

No sistema nominativo/acusativo, o nominativo é morfológicamente não-marcado mas é o SN obrigatório na sentença, enquanto o acusativo é o termo marcado, podendo deixar de sê-lo,

quando outros fatores da sentença indicarem qual SN está na função de S_t e qual SN está na função de O.

Um outro tipo de ergatividade morfológica pode ocorrer no sistema de concordância verbal. Algumas línguas, como o Bantu, seguem o sistema nominativo-acusativo para a concordância verbal, marcando S_i e S_t do mesmo modo e O diferente. Outras, como o Avar, organizam a concordância verbal com base no sistema ergativo-absolutivo, ou seja, o verbo concorda com S_i e O, mas não tem nenhuma concordância manifesta com S_t.

Merece discussão o conceito de **Ergatividade cindida**⁶. Refere-se ao fenômeno pelo qual uma mesma língua opera em alguns aspectos sobre base ergativo-absolutiva e, em outros, sobre base nominativo-acusativa, constituindo, então, uma mistura de ergatividade com acusatividade. Essa divisão pode ser condicionada, segundo Dixon (1979), por três tipos básicos de fatores:

1) natureza semântica do verbo. Os verbos transitivos caracterizam-se por apresentar um evento controlado por um agente; o SN que representa o participante controlador está na função de S_t e o outro SN nuclear, na função de O. Já os verbos intransitivos referem-se a eventos que envolvem um único participante e se estendem por um vasto campo semântico: seu único SN está sempre na função de S, podendo variar sua natureza semântica de controlador agente até não controlador da ação. As línguas, no entanto, tendem a ignorar esses refinamentos semânticos dos

⁶ A expressão **ergatividade cindida** traduz, neste trabalho, tanto a expressão em inglês **split ergativity**, normalmente usada por estudiosos de ergatividade, quanto a expressão **fluid ergativity**, usada por Dixon (1979, p.80), que será definida mais adiante.

SNs S, estabelecendo uma única marca gramatical para todo SN nuclear de verbo intransitivo: isto é, com a mesma forma com que se assinala a função de O ou a de St, das sentenças transitivas. Fará evitar ambigüidade, marca-se, na sentença transitiva, o SN St de um modo e o O de outro.

Uma vez estabelecidos esses dois tipos de marcação morfológica, a natureza semântica de uma sentença intransitiva pode ser perspicazmente demonstrada marcando-se Si como St, se ele é o controlador e, como O, se ele não exerce controle de atividade. Um esquema desse tipo pode ser chamado de *marcação fluida de S* (*fluid S-marking*) e é encontrado em algumas poucas línguas. Nesses casos, a própria natureza semântica dos verbos intransitivos estabelece que, para alguns deles, o SN S é sempre agentivo, para outros, pode ser e, para outros, nunca é.

Há outras línguas ainda que classificam o verbo intransitivo em duas categorias: uma, cujas ações são sempre controladas, marca o SN em função de S como St; outra, em que as ações são raramente ou nunca controladas, marca-o como O. Em línguas assim, de marcação cindida de S, os verbos intransitivos se dividem em duas classes mutuamente exclusivas, uma usando a marca de St e outra, a marca de O para o SN em função de Si.

2) natureza semântica dos SNs. A maioria dos discursos, em qualquer língua, está orientada para a pessoa envolvida no ato de fala, e, é claro, para o falante, pois, em sua visão de mundo, é ele o agente por excelência. Hierarquicamente o mais próximo agente é o destinatário, depois a 3a. pessoa humana referida pelos demonstrativos, e seguindo a escala, humanos referidos pelos nomes próprios, humanos referidos pelos nomes comuns, animais e,

por fim, participantes não-animados. Há, então, uma escala de potencialidade do agente:

1a. pess. 2a. pess 3a.pess. nomes prop. num. anim. inan.

Algumas línguas apresentam, como o Dyrbal, um sistema cindido de marcação de caso baseado no seguinte princípio de distribuição: o caso ergativo marca SNs situados à direita da escala hierárquica e o acusativo, os que se colocam à esquerda.

Segundo Dixon, cisões condicionadas pelo conteúdo semântico do verbo envolvem marcação consistente das funções sintático-semânticas quando se trata de orações transitivas, com a marcação fluída da função de S, dependendo da natureza semântica dos verbos intransitivos envolvidos. Cisões condicionadas pela natureza semântica dos SNs fornecem consistente tratamento aos SNs na função de S, mas uma marcação mais fluída das funções de St e O, dependendo da natureza semântica dos SNs envolvidos.

3) Aspecto/tempo da sentença. Cada língua natural tem duas variedades de dêiticos: o sistema pronominal, que envolve a orientação do falante 'eu', e o sistema temporal, cujo foco é o 'agora', o momento da fala. Para indicar as mudanças de tempo, as línguas apresentam ou um sistema gramatical de flexão de tempo, ou uma classe lexical de qualificadores de tempo, ou ambos. Um tipo de ergatividade cindida pode ser explicada com referência aos diferentes meios de considerar os eventos que estabelecem fatos *versus* aqueles que são meramente possibilidades prospectivas.

Com relação à categoria de sujeito, Dixon coloca o seguinte: o caráter acusativo da maioria das línguas europeias proporcionou uma definição de sujeito, tendo dois lados: um semântico-

co, sujeito e o SN cujo referente pode ser o 'agente' que inicia e controla uma atividade; outro gramatical, sujeito é o SN obrigatório na sentença, recebe o caso não-marcado, pode ser referenciado no verbo e é o pivô das operações de coordenação e subordinação. Para as línguas ergativas, esses critérios semântico e gramatical não coincidem. Para se empregar a noção de sujeito em tais línguas, deve-se decidir por um dos dois critérios.

Dixon considera sujeito uma categoria universal, que desempenha um papel importante na gramática de todas as línguas naturais, sejam acusativas, ergativas ou mistas, mas não a mais fundamental. 'Sujeito' une funções de tipos de sentenças transitivas e intransitivas, ou seja, as categorias de Si e St. As relações sintático-semânticas Si, St e O são categorias nucleares universais, sendo as regras sintáticas em toda gramática esboçadas em termos delas.

Assim, todas as línguas tratam verbos como *cortar*, *dar*, *esfregar*, *carregar*, *pegar* e *cozinhar* como transitivos, outras ainda colocam nessa mesma categoria *ver* e *ouvir*. Apesar de se referirem a tipos de eventos totalmente diferentes, todos esses verbos envolvem dois participantes e são tratados como pertencentes a mesma classe sintático-semântica 'transitiva' em todos os tipos de língua. Além disso, o participante que faz a incisão (em *cortar*) é igualado à pessoa que transfere a posse de alguma coisa que possui (em *dar*) e ao que recebe a impressão sensitiva (em *ver*) e assim por diante. Esses participantes, denominados por Dixon sob o rótulo funcional de A (St), recebem tratamento igual em todos os aspectos da morfologia e da sintaxe, em todos os tipos de línguas humanas. O outro participante dessas atividades tran-

sitivas - o que é cortado (em cortar), a impressão sensível notada (em ver), etc.- é também tratado do mesmo modo e é aqui definido sob o rótulo funcional de O. São fatos como esses que levam o autor a sugerir que as funções sintático-semânticas St e O são universais lingüísticos primitivos.

É provável que é a idéia de 'ação' ou 'controle' que estabelece a identidade entre esses vários tipos de SNs em função de St, de modo que as funções sintático-semânticas universais St, Si e O são definidas com base em diferentes princípios: o único SN obrigatório em uma oração intransitiva é Si; o SN numa oração transitiva que pode ser agente é St; e o outro SN obrigatório numa oração transitiva é O. Essas funções parecem válidas para todas as línguas naturais e básicas para todas as operações gramaticais.

As funções de St e Si, frequentemente agrupadas como 'sujeito', são exercidas pelos SNs que se referem a participantes que são os agentes iniciadores/controladores. Há, contudo, uma diferença importante: um SN em função de St tem quase sempre a potencialidade de ser agente de qualquer verbo transitivo enquanto o SN em função de Si pode ser agente apenas de certos verbos. O sujeito pode ser idealmente definido como St, Si agente.

Tratar a ergatividade de um ponto de vista sintático significa procurar fenômenos sintáticos nas línguas que tratam Si e O do mesmo modo e St diferentemente. Nominatividade sintática significa, por outro lado, que fenômenos sintáticos tratam Si e St igualmente e O diferentemente. Esta distinção está relacionada ao problema geral de identificação do sujeito. Nas línguas nomi-

nativo-acusativas, poder-se usar o termo **sujeito** para o grupo formado por S1 e St, já nas ergativo-absolutivas, o termo deveria referir-se ao grupo S e O, ou seja, a O mais que St numa sentença transitiva.

Em línguas como o Inglês, formas verbais dependentes de um verbo principal ficam sem sujeito manifesto somente se o sujeito do verbo dependente é o mesmo do principal, conforme se observa em verbos como *poder* e *querer* em *João quer vir* e *João pode vir*. Quando o sujeito do verbo dependente e do principal não são correferenciais, o sujeito do verbo dependente deve ser expresso (cf. *querer* em *João quer que Pedro venha* e *João quer que Pedro beije Maria*).

Segundo Comrie (1978), a grande maioria de fenômenos sintáticos opera mais na base nominativo-acusativa do que na ergativo-absolutiva, isto é, a maioria das línguas morfológicamente ergativas é sintaticamente não ergativa. A ergatividade parece ser um fenômeno relativamente superficial, pelo menos até onde morfologia e sintaxe estão relacionadas.

A coordenação de uma oração transitiva com uma intransitiva pode demonstrar o sistema em que opera determinada língua. Esta espécie de coordenação funciona com base numa sintaxe nominativo-acusativa: em *Maguila foi a Porto Alegre e Maguila notou-teu o adversário*, só se pode apagar o St da segunda oração porque é idêntico ao S1 da primeira). Já em dyirbal, a coordenação opera em base ergativo-absolutiva: as combinações possíveis em dyirbal são impossíveis, segundo Comrie (1978, p.346), no inglês, enquanto as combinações possíveis no inglês não o são em dyir-

baí⁷. Em dyirbal é possível tratar como idênticos para propósitos de coordenação dois SNs absolutivos, mesmo se um é Si e o outro, O, mas não é possível tratar como idênticos um Si e um St.

Um conceito que não pode deixar de ser mencionado, ao se tratar de línguas ergativas, é o da construção antipassiva. Dixon (1977) considera tanto a passiva quanto a antipassiva como transformações sintáticas que derivam uma sentença intransitiva, no nível da 'estrutura rasa', de uma sentença transitiva subjacente, nos seguintes termos:

(a) A passiva coloca o SN O profundo em função de Si superficial, e marca o SN St profundo com um caso obliquo/preposição/etc., que pode ser apagado.

(b) A antipassiva coloca o SN St profundo na função de Si superficial, e marca o SN O profundo com um caso obliquo/preposição/etc., que pode ser também apagado.

As construções passiva e antipassiva não são mutuamente exclusivas, podendo ambas ocorrer numa mesma língua. São motivadas pela necessidade de colocar um SN profundo O(/St) na função derivada Si, para preencher certas exigências sintáticas (e/ou preferências de estruturação do discurso). A passiva opera geralmente em línguas morfológica e sintaticamente nominativo/acusativas, sendo a antipassiva predominante em línguas ergativas nos níveis sintático e morfológico.

⁷ Convm lembrar que uma construção possível no dyirbal é impossível no inglês ocorre no português: uma oração intransitiva coordenada a uma transitiva, com sujeitos diferentes e o objeto da segunda oração apagado. Cf. *O carro chegou e João comprou*. Cremos estar aí um indicio evidente do aspecto ergativo do português falado.

Há similaridade entre a construção passiva de uma língua nominativo-acusativa e a construção ergativa: na passiva, O está no nominativo (não-marcado) e St no obliquo (marcado); na ergativa, St está no ergativo (marcado) e O no absolutivo (não-marcado). Nas duas construções St é morfológicamente mais complexo, sendo o inverso verdadeiro em relação à construção ativa do sistema nominativo-acusativo, em que é O, na ativa, o termo mais complexo morfológicamente.

Embora a antipassiva seja um fenômeno relativamente uniforme entre as línguas, sua função varia consideravelmente de uma para outra. No walbiri e circassiano, por exemplo, seu papel principal é expressar uma diferença semântica no interior da sentença, ou seja, a incompletude de uma situação descrita até onde ela afeta o objeto. No dyirbal, por outro lado, a função da antipassiva está primariamente relacionada com a estrutura do discurso já que nunca aparece numa oração que o inicia.

Em uma outra língua australiana, o kala lagan langgu, a antipassiva está em distribuição complementar com a construção que incorpora nomes ao verbo, indicando um completo afetamento de O. Há também, no chukchee, uma construção ergativa em que o objeto é incorporado ao verbo, formando uma só palavra. Com a incorporação do objeto, a construção torna-se intransitiva com o sujeito no absolutivo. Algumas línguas, no entanto, mesmo com a incorporação de O, requerem um sujeito ergativo, como é o caso do Dargi.

A nominalização tem sido considerada uma das fontes da ergatividade, ou seja, a origem de construções ergativas. Em muitas línguas, a nominalização resulta da substituição do sujeito

(Si e St) pelo genitivo, sem o afetamento do objeto direto. No português, são possíveis nominalizações em que se substitui o Si de um verbo intransitivo pelo genitivo como a *chegada do inimigo*. Com verbo transitivo, só é possível a nominalização passiva, que consiste em substituir o objeto pelo genitivo como em: a *destruição da cidade pelo inimigo*⁸.

O russo, diferentemente do inglês e similarmente ao português⁹, permite somente a nominalização passiva de verbos transitivos. A nominalização em russo está relacionada à natureza ergativa de seu sistema gramatical: Si e O ficam no genitivo (funcionando como um absolutivo), enquanto St fica no instrumental (funcionando como um ergativo).

Em muitas línguas ergativas, as construções de sentenças transitivas podem ser etimologicamente derivadas de uma nominalização, não havendo possibilidade de derivar assim a construção de uma sentença intransitiva.

Pode ocorrer, em algumas línguas, que St assumo o caso ergativo e Si, algumas vezes, o absolutivo e outras, o ergativo, quando Si é mais agentivo (cf. batsbi). Nota-se, assim, que as línguas mostram certa conexão entre **ergatividade e agentividade**, embora não seja uma condição necessária.

Comrie (1976, p.356) define agentividade com base no grau de controle que o referente de um SN tem sobre a situação

⁸ Em inglês é possível tanto a nominalização passiva quanto a ativa de verbos transitivos, como: *the enemy's destruction of the city* e *the city's destruction by the enemy*.

⁹ Observa-se também aqui mais um indicio da tendência ergativa do português.

descrita pelo verbo a que está associado, afirmando não haver identificação entre ergatividade e agentividade, em razão do seguinte: primeiramente nas línguas ergativas em que os SNs não precisam ser agentivos; há, em segundo lugar, línguas como o georgiano, com sistema de ergatividade clivada baseada em tempo/aspecto, em que um mesmo SN recebe tanto marcação ergativa quanto a nominativa, sem qualquer diferença no grau de agentividade; finalmente, como uma extensão da anterior, podem-se encontrar pares de sentenças em que, por razões sintáticas ou semânticas, um SN aparece, numa sentença, no caso ergativo e noutra, no caso não-ergativo. Nesses casos, os verbos são basicamente transitivos, mas podem ser usados sem O, embora esteja presente em ambas a mesma interpretação de agentividade, conforme (4) e (5).

(4) *João está comendo peixe.*

(5) *João está comendo.*

Línguas, como o tongan, o basco, o dyrbal e o quiché, usam afixos para marcar esse tipo de mudança no verbo.

Parece haver, segundo Comrie, uma suposição geral no discurso humano de que certas entidades são inerentemente mais agentivas que outras, e como tal mais prováveis de aparecer como S_t de um verbo transitivo e menos como O. Tal idéia tem base na hierarquia de animacidade, segundo a qual entidades animadas tendem a agir sobre entidades não animadas, de modo tal que figuram no topo os pronomes de primeira e segunda pessoas (participantes ativos no ato de fala são mais agentivos), seguidos pelos pronomes de terceira pessoa, outros SNs humanos, SNs animados e, por último, SNs não animados.

Existem línguas que, não havendo marcação de caso das funções Si, St e O, reservam à concordância verbal o fator primário para indicá-las. A ordem de palavras desempenha, nesse caso, um papel secundário, que se torna relevante, quando St e O estão na terceira pessoa (cf. o português). Nas línguas, em que não há o recurso da concordância verbal para distinguir St de O, considera-se a concordância verbal ergativo-absolutiva mais como um exemplo de ergatividade sintática que morfológica.

Diferentemente dos estudos morfológicos e sintáticos, que remontam já há pelo menos dois milênios, o estudo da organização discursiva começou a desenvolver-se há poucas décadas. Seus parâmetros teóricos incluem os recursos mediante os quais se introduz novo tópico; o número de orações entre a primeira e a próxima menção de um tópico e o número de orações consecutivas que servem para manter um tópico. Pode-se considerar o tópico (e não-tópico) de acordo com as condições em que ele é expresso nas funções de Si, St, O e na de obliquo.

Uma língua pode ter uma organização discursiva de base ergativa, se Si e O se comportam similarmente em oposição a St. Nesse caso, um tópico, por exemplo, pode ser mais frequentemente introduzido na função de Si e O, em vez de St, ou ainda, é provável que um tópico na função de Si e de O seja mais frequentemente mantido na próxima oração que um tópico na função de St.

Du Bois (1987) considera que há fatores pragmáticos que motivam ligações entre Si e St e fatores semânticos que ligam Si a O, mas as ligações mais poderosas entre esses últimos se referem ao fluxo de informação, e é sob esse aspecto que o autor investiga o sacapultec, um língua do ramo quichean, da família

Maia, falada nas terras altas da Guatemala.

Tipologicamente, essa língua apresenta a ordem verbo-inicial (VDSi), mas permite outras ordens de papéis alternativos, governadas por fatores discursivo-pragmáticos. Pertence ao padrão ergativo tanto na morfologia quanto na sintaxe, marcado inteiramente através de afixos no verbo.

Para analisar o fluxo de informação, o autor parte do pressuposto de que o 'empacotamento' da informação nova deve levar em conta a informação velha, incluindo tanto o comunicado no discurso quanto a informação não-verbalizada que falante e ouvinte compartilham como conhecimento de mundo, representado em *esquemas*, *frames* e *scripts*¹⁰. A maior parte da mensagem consiste tipicamente em material dado ou pressuposto, enquanto uma pequena porção, em mensagem efetiva, informação nova.

A gramática codifica melhor o que os falantes usam mais. tornando-se, então, necessário descobrir que padrões linguísticos os falantes usam mais, ou seja, qual é a estrutura de argumento preferida (ou, em inglês, *PAS*, *preferred argument structure*).

No sacapultec, orações com um ou nenhum argumento lexical são comuns, sendo raras com dois. Há, assim, uma regra que diz o seguinte: evite mais de um argumento lexical na oração (Regra de um argumento lexical). A maioria das orações do sacapultec contém apenas um SN pleno na posição de argumento (Si, St ou C), ou seja, apenas uma posição é preenchida com sintagma pleno, as

¹⁰ *Esquemas*, *frames* e *scripts* são termos que designam tipos de modelos cognitivos globais. Os dois últimos não têm tradução para o português, estando consagrados os termos em inglês. (cf. Koch e Travaglia, 1989, p.64-5).

outras são preenchidas com pronomes ou permanecem vazias.

O autor observa ainda que a maioria dos argumentos lexicais aparece no papel de Si ou de O e só uma pequena porção, no de St. Isso não quer dizer que haja poucas menções no papel de St; pelo contrário, elas se equivalem às menções no papel de O, sendo que o número maior delas aparece no papel de Si, mas, enquanto Si e O são na maioria lexicalizados, St lexical é limitado. Dai a regra: evite St lexical (Regra de St não-lexical).

Assim, no sacapultec, o único argumento lexical preenchido na oração não é geralmente St. Este é o PAS gramatical do sacapultec. A estrutura preferida para a oração nuclear é V N {SiO}.

No domínio do discurso (pragmática), Du Bois depreende também duas regras. A primeira diz: evite mais de um argumento novo por oração (Regra de um único argumento novo). A outra determina que se deve evitar St novo (Regra de St dado).

Desse modo, há, no discurso, um referente novo por oração nuclear no máximo e essa única menção aparece tipicamente no papel de Si ou de O, mas não no de St.

O aparecimento de menções lexicais e novas no papel de Si e O, mas não no de St, está relacionado com o papel de continuidade tópica (Givón, apud Du Bois, 1987). Protagonistas humanos tendem a ser participantes centrais de narrativas e tendem a ser mantidos como tema em sucessivas orações. São, em consequência, frequentemente definidos como dado. Além disso, protagonistas humanos são também normalmente agentes em predicados de dois lugares e preenchem o papel de St por uma menção dada de protagonista humano temático. É suficiente, para tanto, um pronome, um afixo

apenas, dispensando-se a presença de um SN pleno. O papel de O, em contraste, é geralmente preenchido por uma grande variedade de argumentos pacientes humanos, persistindo em poucas orações sucessivas. Resulta disso que o papel de O é mais frequentemente preenchido por menções lexicais novas.

Segundo Du Bois, um SN pleno é tipicamente selecionado quando o referente representa uma informação nova. Há então uma forte correlação entre o *status* pragmático novo e o *status* gramatical lexical, embora sejam parcialmente independentes.

Observa ainda o autor que o papel de Si contém muitas menções novas, apesar de frequentemente referir-se a membros da mesma classe semântica das menções de papel-St: protagonistas humanos. O número de orações intransitivas é normalmente maior que o de transitivas, acentuando-se ainda mais quando introduzem referentes humanos, já que Si não impõe restrição relativamente à informação nova. Se há necessidade, assim, de se introduzir um protagonista novo, usa-se uma oração intransitiva, com um Si, que, subsequentemente, será referido como dado, não lexicalmente. Desse modo, os falantes frequentemente selecionam um verbo intransitivo, não necessariamente por seu conteúdo conceitual (semanticamente vazio ou neutro) de um lugar, mas por sua compatibilidade com restrições no fluxo de informação. Em suma, ao mesmo tempo que os falantes mudam frequentemente para um verbo intransitivo a fim de verbalizar um humano novo no papel de Si, eles não o evitam quando o protagonista humano é dado.

St tende a ser baixo em conteúdo de menção lexical; O tende a ser alto mas Si parece ser o que mais responde pelo acréscimo ou decréscimo do grau de pressão informacional. Quando

sobre a pressão de informação, os verbos intransitivos são mais frequentemente invocados para introduzir protagonistas novos, do que resulta uma alta frequência de menções lexicais novas em Si. Quando, porém, cai a pressão de informação, invoca-se menos V1 para introduzir informação nova, mas pode-se invocá-lo por outras razões.

Sob uma perspectiva discursiva, há dois tipos de V1 (e então de S): os pragmaticamente motivados, selecionados por sua capacidade de introduzir informação nova e os semanticamente motivados, selecionados por seu conteúdo léxico-semântico de um lugar.

Segundo o autor, as línguas acusativas tratam o sujeito {Si, St} como tópico, enquanto para as ergativas o tópico é a categoria absoluta {Si, O}.

Seguindo a orientação de Du Bois, Dutra (1987) considera que o português do Brasil tem tendência, assim como o sacapultec, para a regra de introdução de um GN pleno por oração, tendo esse GN função de Si ou de O e raramente de St. Há uma forte motivação discursiva para a ergatividade, que alinha Si-O, na introdução da informação nova no texto, havendo também uma forte pressão discursiva que motiva a categoria nominativo-acusativa para marcar o tópico. Assim sendo novo motiva ergatividade e tópico, acusatividade.

No português do Brasil, Si e St, que correspondem ao sujeito gramatical, tendem a ocorrer em posição pré-verbal e a controlar a concordância, enquanto O ocorre na posição pós-verbal. Si e St tendem a ser definido e zero ou pronome anafórico, enquanto O é geralmente indefinido e lexical.

Os argumentos lexicais em posição pré-verbal são definidos, quando reintroduzidos no texto, introduzidos num *frame* particular ou como tópico lexical na oração que imediatamente segue sua introdução no texto. Como a informação nova é sempre introduzida por SN argumento em posição pós-verbal, os SNs pós-verbais são tipicamente lexicais e indefinidos.

A distinção pré/pós-verbal, associada às propriedades gramaticais - definido/indefinido, lexical/não-lexical-, permite, segundo Dutra, classificar o português brasileiro como uma língua *de ergatividade cindida*, já que Si às vezes se alinha com O, quando indefinido, lexical, pós-verbal e novo, e às vezes com St, quando definido, não-lexical, pré-verbal, dado e tópico.

Vimos anteriormente que Si e O, no sistema ergativo, formam juntos uma categoria, a de *absolutivo*, em oposição ao St. No sistema nominativo-acusativo, o nominativo é o caso mais importante, sendo geralmente marcado por zero. Como forma de citação e pivô sintático, é, muitas vezes, mais freqüente no texto do que o acusativo. O absolutivo tem um papel similar no sistema ergativo-absolutivo, sendo o ergativo o caso marcado, paralelamente ao acusativo. É o absolutivo, porém, que tem as propriedades mais dominantes e interessantes nos níveis sintático e discursivo.

Keenan (1984) determina uma bateria de propriedades para os absolutivos (Si e O) - propriedades que os distinguem de sujeitos transitivos, e que podem ser entendidas como codificadas superficialmente pela marcação uniforme de caso. Tais propriedades de natureza radicalmente *semântica* são de três tipos: dependência do verbo, papel temático, e fenômenos de controle.

Examinando a primeira propriedade, dependência do verbo, Keenan observa quatro possibilidades. Uma delas é a dependência de existência: o referente de um sujeito transitivo S_t existe via de regra independentemente da atividade expressa pelo predicado; não é este o caso freqüente dos SNe absolutivos, cujo referente pode ter a própria existência expressa pelo predicado de tais SNe. Os exemplos abaixo ilustram isto:

(6) *Juntou uma multidão em torno de João.*

(7) *Aconteceu um tragico acidente na esquina da Ipiranga com a avenida São João.*

(8) *Um estudante ateou fogo no porão.*

(9) *Ele cometeu um crime.*

Nos exemplos (6) e (7) a existência do S_t não é independente da ação expressa pelo predicado. Em (8) e (9) o referente de O não existe independentemente da atividade expressa pelo verbo transitivo.

Embora nem sempre os absolutivos designem referentes que passam a existir em função da atividade expressa pelo predicado, essa é uma possibilidade dos absolutivos que exclui sujeitos de transitivos, indicando assim que os argumentos absolutivos formam uma unidade mais fechada com o predicado que os S_t s.

A segunda possibilidade se refere à propriedade de sentidos múltiplos, ou seja, é comum que o sentido de um predicado varie de acordo com a natureza semântica do referente de um argumento absolutivo. É mais difícil encontrar tal variação com S_t s. Observem-se os exemplos (10) e (11) abaixo:

(10) *José já passou aqui.*

(11) *O filme já passou aqui.*

A diferença na interpretação de *passar* nesses exemplos é condicionada pela natureza do referente que está sendo predicado. Embora haja apenas uma função, ela atribui valores diferentes de acordo com a natureza do argumento. Ocorre um tipo similar de dependência interpretativa entre predicados transitivos e Os, conforme se observa nas sentenças (12) - (15) abaixo:

(12) *João cortou seu braço.*

(13) *João cortou as unhas.*

(14) *João cortou caminho.*

(15) *A companhia cortou as cotas de produção.*

Ajusta-se a interpretação de *cortar* à natureza do objeto sendo cortado. Nota-se ainda que essa dependência de sentido parece surgir apenas entre predicados e argumentos absolutivos, embora possa haver também uma independência relativamente pequena de interpretação entre predicados e Sts.

No que concerne à propriedade relativa às restrições seletoriais e classificadores do verbo, Moravcsik (1978) observa que os predicados podem impor restrições seletoriais altamente específicas aos argumentos absolutivos, mas restrições mais gerais e fracas aos Sts. Além disso, restrições como *animacidade*, *humanidade*, *concreticidade* impostas a Sis e Os são altamente similares. Talvez seja essa a razão por que muitos verbos podem ser usados tanto transitiva quanto intransitivamente. Parece, então, claro que, dado um predicado qualquer, pode-se inferir muito mais a respeito da natureza semântica de seu argumento absolutivo que de seu argumento St (se o predicado é transitivo). Uma vez mais, tem-se uma ligação mais estreita entre predicados e absolutivos do que entre predicados e sujeitos transitivos.

A quarta possibilidade é a incorporação de nomes, um processo pelo qual um SN é fisicamente incorporado à estrutura verbal. O nome incorporado é considerado não-referencial, faltam-lhe determinantes e não é um nome próprio. O mais importante é que verbo + nome incorporado formam uma única unidade semântica. Se o verbo é transitivo e O é incorporado, o verbo derivado é intransitivo. A incorporação dá maior sustentação ao postulado de que os absolutivos são mais estreitamente dependentes do seu predicado do que os sujeitos transitivos.

Com relação às *propriedades de papéis temáticos*, ou seja, relações tais como agente, paciente, recipiente, beneficiário, etc., que os SNs argumentos de predicados podem apresentar em relação à ação ou estado expressos pelo predicado, o autor observa que os absolutivos podem ter dois deles, paciente e tema.

Os absolutivos, Si e O, são comumente pacientes no sentido de que o estado de existência de seus referentes é afetado pela ação expressa pelo predicado, em oposição ao St, que raramente o é. Os exemplos (16) - (18) a seguir explicitam isso:

(16) *Explodiu a bomba.*

(17) *O leite evaporou.*

(18) *O trigo secou.*

Os referentes de Si quanto os de O mudam seu estado de existência ou localização. Confira a alteração de O nas sentenças (19) e (20):

(19) *João explodiu o carro.*

(20) *João derrubou o argumento de Pedro.*

É difícil encontrar verbos transitivos cujos sujeitos sofram perda de existência em virtude da atividade apresentada

peio predicado.

O grau de afetabilidade de existência pode ser morfológicamente refletido no paradigma de casos de uma língua. Assim Moravcsik (1978) cita línguas (tais como o russo e o finlandês) em que vários SNs podem assumir marcadores de caso diferentes, conforme seu referente seja entendido como totalmente ou apenas parcialmente afetado pela ação verbal.

Algo semelhante pode ser encontrado no português, em que O não marcado por preposição é entendido como mais totalmente afetado do que quando marcado. Cf. os exemplos:

(21) *João pegou a cadeira.*

(22) *João pegou na cadeira.*

Os argumentos absolutivos são tema, pois estão sempre entre aqueles cujo curso de movimento é especificado pelos locativos de origem e de meta com verbos de movimento. Os argumentos St são especificados assim apenas se o argumento O também o é. Embora Gruber (1976) e Jackendoff (1972) usem tema para 'objetos que se movem', Keenan o restringe a verbos de movimento físico e locativos de meta com SPs (SNs obliquos) com preposição *em/para* e locativos de origem com SPs com preposição *de* (procedência). Os exemplos abaixo mostram que o locativo de meta na cozinha especifica o ponto final do movimento do absolutivo (S₁):

(23) *João foi na cozinha.*

(24) *João caiu na piscina.*

Já o par de sentenças (25) e (26) abaixo mostra que o locativo de meta especifica o ponto final do movimento do argumento absolutivo (O) e não o do sujeito transitivo:

(25) *Pedro empurrou João para a cozinha.*

(26) *Pedro derrubou a cadeira na piscina.*

Não é possível encontrar qualquer verbo transitivo de movimento cujo locativo de meta especifique apenas o curso de movimento do St. Os exemplos (27) e (28) demonstram que, embora o referente de St se mova, seu curso é especificado pelo locativo de meta, pelo fato de que St deve acompanhar, à maior ou menor distância, o O cujo curso, por seu lado, é diretamente especificado pelo locativo de meta.

(27) *João trouxe o paciente para a sala.*

(28) *João levou Maria para a sala.*

Há também alguns verbos intransitivos com locativos de meta que não manifestam claramente qualquer SN cujo referente mude de lugar, apesar de ser tal a natureza do predicado que é possível inferir facilmente o que se move:

(29) *João vomitou na pia do banheiro.*

Quando tais verbos permitem um O é claramente seu referente que se move:

(30) *João vomitou seu lanche na pia do banheiro.*

Já os locativos de origem com preposição *de*, predicam lugar em vez de mudança de lugar, com verbos de movimento; podem, porém, predicar mudança de lugar de Si e de O, como se observa nos exemplos:

(31) *João caiu do telhado.*

(32) *João levantou Pedro do chão.*

Também aqui é difícil encontrar verbos transitivos de movimento em que o locativo de origem predique mudança de lugar do referente do St.

A propriedade *fenômenos de controle* se concentra em expressões como locuções adjetivas e infinitivas que, ocorrendo dentro de predicados, predicam algo dos SNs argumentos do predicado principal.

Com relação ao controle de adjetivos no predicado, verifica-se que os adjetivos dentro de predicados normalmente predicam argumentos absolutivos e apenas excepcionalmente sujeitos de transitivos.

Em predicados intransitivos, o adjetivo dentro do predicado afirma uma propriedade do referente de Si, seja permanente ou de mudança de estado, conforme indicam as sentenças (33) e (34) abaixo:

(33) *João é/parece esperto/bravo.*

(34) *João ficou/tornou-se bravo/preguiçoso.*

Nos predicados transitivos, com dois SNs argumentais, o adjetivo, na função de predicativo, geralmente expressa uma propriedade de O, e excepcionalmente de St:

(35) *João encontrou Pedro desapontado/nervoso.*

(36) *João considera Pedro inteligente.*

Quanto ao controle que infinitivos exercem no predicado, observa-se que são preponderantemente os absolutivos e não os sujeitos de transitivos que controlam a posição de sujeitos de infinitivos, conforme ocorre na série (37) - (39):

(37) *João quer/espera/precisa chegar em tempo.*

(38) *João decidiu rever a proposta.*

(39) *João encorajou Pedro a rever a proposta.*

Tais exemplos cobrem os casos clássicos de apagamento de SN Equi e igualmente os alçamentos clássicos de sujeito e de

objeto. Em qualquer caso são os absolutivos superficiais que funcionam como sujeitos de tais infinitivos de predicados.

Os absolutivos têm ainda suas propriedades preservadas em operações de derivação de predicados.

Um predicado de um lugar (P_1), derivado de um de dois lugares (P_2), preserva absolutivos, se o argumento absoluto (S_1) do predicado derivado tem as propriedades absolutivas do argumento absoluto (O) do P_2 do qual se deriva.

A operação passiva é uma derivação P_1 de P_2 que preserva os absolutivos, pois o SN que funciona como o absoluto (O) do predicado transitivo passa a funcionar como o absoluto (S_1) do predicado intransitivo derivado. O absoluto derivado (S_1) conserva as propriedades de absoluto do predicado primitivo: dependência de existência da atividade verbal, conservação dos diferentes sentidos do predicado transitivo e das mesmas restrições seletivas, a mesma afetabilidade, mesmo curso de movimento e controle de sujeito dos predicados adjetivos e infinitivos.

Uma operação derivacional tem seu próprio significado e pode impor condições adicionais de caráter interpretativo e sintático ao que ela afeta. Assim, podem-se encontrar sujeitos de passiva mais afetados pela ação verbal do que quando funcionam como O de predicados transitivos, conforme se observa nas sentenças (40) e (41):

(40) *João apoia o Partido dos Trabalhadores.*

(41) *O Partido dos Trabalhadores é apoiado por João.*

Além da passiva, as vozes reflexiva e média são também operações derivacionais que preservam os absolutivos. Na reflexi-

va. o absolutivo preserva as propriedades de paciente que ele teria como O de um predicado transitivo e adquire as propriedades de agente, que é o modo principal pelo qual a reflexiva difere da sua correspondente passiva. Comparem-se os exemplos (42) e (43):

(42) *João matou Pedro.*

(43) *João se matou.*

Os sujeitos de predicados reflexivos ainda controlam os adjetivos, os infinitivos e os SPs de predicados, conforme se nota nos exemplos (44) - (46) abaixo:

(44) *João se considera inteligente.*

(45) *João se permite tirar férias duas vezes por ano.*

(46) *João se atirou ao mar.*

Como se observa nas sentenças (47) e (48), a construção média também respeita os absolutivos, preservando as propriedades de afetamento de existência.

(47) *A porta se fechou.*

(48) *Uma multidão se formou na praça.*

Entretanto nem todos os modos de derivar F_{1s} de F_{2s} respeitam os absolutivos. Quando se tem apagamento de objeto não-especificado, respeitam-se as propriedades do sujeito e não as do absolutivo. Nos exemplos abaixo, o verbo da sentença (50) é derivado da sentença (49), e o absolutivo João não tem as propriedades de absolutivo de camisas:

(49) *João está costurando camisas.*

(50) *João está costurando.*

As línguas apresentam comumente meios de derivar F_{2s} de F_{1s}, que preservam os absolutivos. É provavelmente o causativo o operador de aumento de valência mais difundido. Nos exemplos

abaixo, (51) implica (52), e o absolutivo (as crianças) conserva as propriedades do Si de (52).

(51) João fez as crianças chorarem.

(52) As crianças chorarem.

Finalizando, pode-se afirmar que a tipologia surge, pois, como uma tentativa de destacar constantes universais, assim como de realizar previsões dessa natureza. Em princípio, universais e tipologia se opõem, já que, se um traço estiver efetivamente presente em todas as línguas, esse fato deixará de ter interesse para a tipologia. Pode proporcionar, no entanto, importantes contribuições para o estudo do problema dos universais. Além disso, questões de tipologia constituem precioso instrumento de pesquisa no estudo da história das línguas, como: estudo dos fenômenos de convergência e divergência, previsão, de algum modo, das mudanças lingüísticas, verificação dos resultados obtidos pela reconstrução histórica. Pode-se acrescentar ainda a contribuição da tipologia para os domínios da tradução e do ensino das línguas, uma vez que permite estabelecer níveis de dificuldades de aprendizagem no âmbito da lingüística etnológica e relações entre língua e cultura.

CAPITULO 3

ORDEM E NATUREZA DOS CONSTITUINTES SENTENCIAIS

1. Duas ordens naturais em português

O português é comumente considerado uma língua acusativa, cuja ordem direta, não marcada, é sujeito-verbo-objeto (SVO ou SV(O)) (Cf. Andrade, 1987; Chaves, 1989). Essa classificação remonta ao período arcaico, e, conforme afirma Pádua (1960, p. 170), a ordem direta distingue-se porque é tipicamente descendente, partindo do sujeito para o verbo e para o complemento, isto é, do conhecido para o desconhecido, ou ainda Decat (1989, p. 129): em outras palavras, da ordem SOV (característica do latim clássico), o português chegou à ordem SVO (das línguas românicas), passando, antes, pela fase TVO, com construções de tópico e enfraquecimento de clíticos. O enquadramento na tipologia SVO é resultado de uma mudança linguística.

Para explicar a predominância da ordem SVO em português, pode-se recorrer ao conceito de reanálise dado por Lightfoot (1979, apud Decat, 1989, p. 129) - uma mudança sintática genuína que afeta as regras de base da gramática. A trajetória da mudança de SOV para SVO em português passa pelo enfraquecimento da morfologia de caso, que dá origem ao desaparecimento dos clíticos e à substituição deles por pronomes tônicos retos. Não mais podendo contar com esses elementos viabilizadores de funções temáticas, o sistema se reorganiza de modo que se faz a reinterpretação das categorias de acordo com a ordem dos constituintes, que passa a fornecer a marcação da função sintática.

Observa-se que afirmações dessa natureza têm como base verbos de dois lugares, ou melhor, verbos transitivos que exigem dois argumentos nucleares: um deles é ativo, o sujeito, e o outro é inativo, o objeto. Não há dúvida de que a linearidade da sentença é um meio muito primitivo, por isso tende a refletir a ordem normal e natural dos fenômenos que ocorrem na realidade extralingüística. Ao iniciar uma ação, o ator pré-existe necessariamente a ela. Só depois de realizada é que ela afeta ou atinge seu objeto ou produz algum outro. Não há dúvida também de que a tendência é colocar em primeiro lugar o que é conhecido do ouvinte (sujeito psicológico) e em último lugar o que é novo para ele (predicado psicológico) (Cf. Vidos, 1967, p. 378), segundo uma perspectiva psicológica ou, mais recentemente, funcionalista da linguagem.

Explicações como a acima ajustam-se bem ao verbo de dois argumentos, o V2, caso em que a função sintática é realmente definida pela posição que o argumento ocupa na oração: os verbos transitivos requerem sempre a ordem SVO, em que o argumento-ativo-sujeito ocupa sempre a posição pré-verbal e o argumento-afetado-objeto, a posição pós-verbal, conforme se verifica nas sentenças (1) e (2):

(1) *ninguém acerta serviço de meteorologia*

(2) *eles achariam outra solução*

Mesmo quando ocorre topicalização, a posição do argumento-ativo-sujeito mantém-se antes do verbo, acarretando a ordem OSV, conforme (3) - (4):

(3) *serviço de meteorologia ninguém acerta*

(4) *outra solução eles achariam*

A ordem é usada, nesse caso, para marcar as funções gramaticais dos argumentos dos verbos, de modo que o português se inclui numa tipologia estrutural que utiliza a ordem de palavras contrastiva, função já conhecida na literatura com o nome de morfema posicional (cf. Martinet, 1972). Embora se enquadre na dimensão sintática da linguagem, tem a ordem de palavras o mesmo papel da flexão de caso e dos afixos pronominais presos com os quais compartilha as mesmas possibilidades tipológicas.

A classificação tipológica com base na ordem dos constituintes considera ou a posição do verbo e dos argumentos S e O, ou a posição do verbo e do objeto (VO e OV), desconsiderando, nesse caso, o sujeito e pressupondo o caráter facultativo dele e o obrigatório do objeto. Toma, em outros termos, como ponto de referência o verbo transitivo, de dois lugares, ou V2.

Uma investigação acurada das manifestações lingüísticas reais fornece, no entanto, suficiente base empírica para afirmar-se que as estruturas SVO são relativamente muito pouco frequentes na língua portuguesa. O material que levantamos revela haver uma frequência de 32,4% de ocorrências de sentenças com verbos de dois lugares (V2), (correspondentes a 448 em 1379 casos possíveis), sendo significativamente predominantes as ocorrências de verbo de um único lugar (V1): verbos intransitivos e predicados estativos com cópula, cuja frequência corresponde a 67,5%. Esses resultados coincidem não casualmente com o levantamento desenvolvido por Oliveira (1989, p.62) que acusa um índice de 39% de casos de estrutura SVO em seu corpus. A conclusão óbvia que tira, e com que concordamos, é que tal resultado não permite enquadrar com suficiência o português do Brasil numa classificação tipoló-

gica exclusiva de matriz SVO. (Cf. tabela 2.1 abaixo)

	n.	%
V2	448	32,4
V1	923	67,5
Total	1379	

Tabela 2.1 - Ocorrência dos dois tipos de verbo no total

Os dados coletados indicam que, se a ordem SVO depende por definição de um verbo de dois argumentos ou V2, o índice de 32,4% de sentenças com esse tipo de verbo, ainda que apresente a maioria esmagadora de ordem SVO, não pode, em hipótese alguma, servir como sustentação de que o português tem como matriz única a ordem SVO. A tabela 2.2 mostra a incidência majoritária da estrutura SVO - 62,3% em comparação às seqüências VOS e OSV, subtraídas as 152 ocorrências de sujeito nulo, referentes a um índice de 33,9%.

	n.	%
SVO	275	61,3
VOS	5	1,1
OSV	16	3,5
S.NULO	152	33,9
Total	448	

Tabela 2.2 - Ocorrência e ordem de V2

Considerando agora as estruturas com verbos de um único argumento nuclear ou V1, é possível separar as ocorrências em dois grupos, de acordo com a posição do argumento em relação ao verbo. Os dados reúnem, na tabela 2.3, por um lado, 290 ocorrências, correspondendo a 21% do *corpus* total, de sentenças com o argumento único em posição pré-verbal (59,3%, retiradas as 103 ocorrências de sujeito nulo, correspondentes a 35,5%), e, por outro, 233 ocorrências, correspondentes a 16,8% do *corpus* total, cujo único argumento nuclear se posiciona radicalmente depois de verbo (92,2%).¹

	SV		VS		nulo		total
	n.	%	n.	%	n.	%	
V1 ^{pre}	172	59,3	15	5,1	103	35,5	290
V1 ^{post}	12	5,1	215	92,2	6	2,5	233

Tabela 2.3 - Ocorrência e ordem dos dois tipos de V1.

Os estudos realizados até aqui sobre ordem VS baseiam-se, de modo geral, em ocorrências de verbos intransitivos, incluindo passivas analíticas e sintéticas (Urbano, 1987 e Bittencourt, 1980) e verbos copulativos (Andrade, 1987 e Bittencourt, 1980). As conclusões são que a língua portuguesa é predominantemente SV e a ordem VS se mantém em casos especiais, sobretudo em orações marcadas em relação à oração declarativa, afirmativa,

¹ Há ainda um outro grupo de V1, as estativas copulativas, que correspondem a 400 ocorrências, ou seja, 29% do *corpus*, que não foram consideradas para análise, por serem estruturas muito específicas em comparação aos dados considerados, que se restringem a estruturas com verbos nocionais.

neutra (Pontes, 1987, p. 163); os verbos intransitivos indicadores de reação psicológica, existenciais, de movimento e de mudança interna contribuem para a posposição do sujeito (Urbano, 1987). Desejamos chamar a atenção aqui para o fato de que tais estudos tratam todos os verbos intransitivos conjuntamente, não fazendo uma distinção importantíssima entre eles que permitiria, por um lado, esclarecer quando tal verbo propicia a ordem SV e quando exige a VS, e, por outro, rever resultados empíricos equivocados como os de Urbano (1987), que obteve 58% de ordem SV e 42% de ordem VS com verbos intransitivos.

É necessário considerar, em nossa opinião, duas classes de V1: uma que inclua verbos intransitivos de estado, ação e processo, denominados verbos não-existenciais (doravante V1~e); e outra que abranja verbos como *ser*, *ter*, *existir*, *haver*, e *acontecer*, *ocorrer*, *aparecer*, *surgir*, que denotam existência positiva ou emergência de uma entidade, e verbos como *faltar*, *falhar*, *pi-far*, que indicam existência negativa, denominados, de agora em diante, verbos existenciais (V1e). Verifica-se, no entanto, que verbos de estado, ação ou processo definidos aprioristicamente como não-existenciais, podem vir a pertencer a essa categoria, indicando existência positiva ou negativa de uma entidade, dependendo das circunstâncias de enunciação, ou, conforme diz Fillmore (1977), das cenas em que estão inseridos.

Ao empregar o termo *cena*, Fillmore se refere ao quarto tipo de função possivelmente detectável nos constituintes senten-ciais, sendo os outros três, o *gramatical* (ilustrado pelas noções de sujeito e objeto), o *retórico* (indicado pelas noções de "dado" versus "novo", "tópico" versus "comentário") e o *semântico* (ilus-

trado por noções como "agente", "recipiente", "meio", "resultado" etc.). Esse quarto tipo vincula-se a ideia de *orientação e perspectiva*, que definem as partes de uma mensagem entre as que estão "em perspectiva" e as que estão "fora de perspectiva". Em qualquer ponto de um texto observa-se a "cena" de um ponto de vista particular, de modo que escolher entre, por exemplo, *comprar* e *vender* passa a ser uma questão de perspectiva.

Afirmar que os significados relativizam-se em cenas, significa, para Fillmore (1977, p.72-4), que o falante escolhe e entende expressões porque tem ou ativa na mente cenas, imagens ou lembranças de experiências nas quais uma determinada expressão exerce a função de nomear, descrever ou classificar. A questão é que a escolha de uma palavra ou frase sempre carrega automaticamente com ela o contexto maior ou *framework*, em termos do qual a palavra ou a frase selecionada tem uma determinada interpretação. É como se a descrição do significado dos elementos devesse identificar simultaneamente 'figura' (aspecto ou parte selecionada) e 'fundo' (a cena toda).

Por conseguinte, o falante deve ter estratégias para construir cenas possivelmente complexas mas unificadas, que são reconhecidas como "casando-se" com o texto que ouve ou lê. Justificam-se as cenas que o falante constrói para os textos em parte no material léxico e gramatical e em parte nas próprias contribuições do ouvinte, em termos do que ele sabe sobre o contexto corrente e sobre o mundo em geral e, ainda, sobre as imagens que faz das intenções do falante.

Além de informação sobre a natureza das cenas usadas, a informação lexical, necessária à descrição de uma



inclui também informação a respeito da forma gramatical das sentenças em que o item lexical é livre para aparecer. Se o item lexical é particularmente um verbo, é necessário saber que entidade, entre as muitas possíveis na cena associada, realiza-se como sujeito do verbo, que entidade deve aparecer como objeto direto (se houver) e sob que forma gramatical as outras aparecerão.

Desse modo, o falante seleciona o verbo de acordo com o que deseja trazer em cena. Seleciona, por conseguinte, *V*₁ se deseja expressar uma idéia de ação, processo ou estado não-existencial, ou opta por um *V*₂ se desejar indicar a emergência ou existência positiva ou negativa de uma entidade. E, como afirma Chafe (1979, p.97), é a natureza do verbo que determina as restrições de seleção dos elementos restantes que compõem a oração: que nomes o acompanham, qual é a relação desses nomes com o verbo, e como tais nomes são semanticamente especificados. Enfim o verbo é que dita a presença e a natureza do nome e não vice-versa.

Um verbo de processo pode ser empregado como existencial, de acordo com a cena vista da perspectiva do falante. E o que nos demonstram os seguintes exemplos:

(5) *João morreu*

(6) *morreram os dois no mesmo dia*

No exemplo (5), o falante escolhe indicar um processo, ou seja, a mudança de estado ocorrida com o referente João e assim estrutura a frase colocando o SN em posição pré-verbal, como sujeito e também como tópico da sentença. Já em (6), ele opta por indicar o fato ocorrido de forma global, numa única unidade informacional. Colocando o SN em posição pós-verbal, descaracteri-

za-o, então, como sujeito e tópico da sentença, de modo que a sentença toda é a expressão do estado de coisas.

Um verbo de ação pode passar a indicar também a existência positiva de determinada entidade:

(7) *sai as brigas em família*

O verbo *sair*, nesse caso, deixando de indicar movimento, que o caracteriza lexicalmente, passa a denotar surgimento de uma entidade. O SN que representa a entidade se posiciona depois do verbo e constitui com ele uma unidade fechada.

A tabela 2.4. discrimina as ocorrências dos vários verbos existenciais, obtidas do levantamento efetuado para embasar este trabalho e a tabela 2.5 distribui as estruturas com SN manifesto em relação à ordem dos constituintes.

A escolha de um V1e obriga a colocação do argumento em posição pós-verbal, acarretando a ordem VS em 94,7% das ocorrências. Tal frequência percentual sugere que a chamada ordem "invertida" e, na verdade, perfeitamente natural.

Assim, consideradas apenas as classes de verbos V2 e V1e com os argumentos manifestos (483 ocorrências, correspondendo a 65,2% do total, subtraídos os casos de sujeito nulo), observa-se que é justamente na tendência em colocar o argumento-sujeito em posição pré-verbal, que o português consistiria numa língua SV(O). Não se devem desconsiderar, no entanto, os 33% de ordem VS, que indicam a existência de outra estrutura com incidência proporcionalmente tão significativa quanto aquela.

	n.	%
ser	80	34,3
haver	44	18,8
ter	35	15,0
existir	32	13,7
vir	7	3,0
aparecer	5	2,1
faltar	4	1,7
ocorrer	3	1,2
acontecer	3	1,2
dar	3	1,2
expirar	2	0,8
morrer	2	0,8
pifar	2	0,8
surgir	2	0,8
estar	1	0,4
bater	1	0,4
parar	1	0,4
sair	1	0,4
entrar	1	0,4
chegar	1	0,4
eventuar-se	1	0,4
Total	233	

Tabela 2.4 - Frequência de ocorrência dos verbos existenciais.

	SV(O)		VS		total	
	n.	%	n.	%	n.	%
V2/V1 ^{ne}	463	95,8	20	4,1	483	68,0
V1e	12	5,2	215	94,7	227	31,9
Total	475	66,9	235	33,0	710	100,0

Tabela 2.5 - Ocorrência dos verbos com SN manifesto e a ordem dos constituintes

Para reforçar ainda mais este ponto da questão, um pouco de evidência diacrônica. Já no século XIX, Barbosa (1830), admite que como as *collocações das palavras e das frases podem variar, segundo as diferentes disposições que ou pede a necessidade da enunciação, ou se permite o genio do escriptor, as construcções são também diferentes, porém a syntaxe fica sempre a mesma. Todas as construcções se reduzem a duas geraes, que são a direita e a invertida. A direita é aquella em que as palavras e as orações seguem a mesma ordem de sua syntaxe, referindo-se cada uma successivamente aquella que lhe precede immediatamente, de sorte que o sentido nunca fica suspenso, antes se vae percebendo á maneira que se vae ouvindo ou lendo. A invertida pelo contrario, é aquella em que se muda a ordem da syntaxe, e as palavras e orações, regidas ou subordinadas, vão primeiro que as que regem ou subordinam, de sorte que o sentido vae suspenso (p.288).*

Acrescente-se ainda as seguintes colocações do mesmo autor: As

construções direita e invertida são ambas naturais porque ambas, quando lhes é possível, se conformam à ordem com que nosso espírito concebe as coisas. Elle concebe o objeto junto com suas relações ao mesmo tempo, e liga assim tudo sem todavia fazer succeder uma idéa a outra. O discurso não pode fazer o mesmo. Como suas palavras se succedem necessariamente umas às outras, as ideas que as mesmas representam hão de ir também necessariamente umas após as outras. Mas em que o discurso pôde imitar o pensamento, é em ligar umas com as outras a idéas correlativas, pondo juntas immediatamente as palavras que as significam. Ora esta união é a que se vê tanto na construção direita como na invertida. Ou o substantivo vá atraz ou adiante do adjetivo, a ordem é diferente, porém a ligação é a mesma. (p. 296).

Defendemos, portanto, a existência de duas seqüências "naturais" no português que "se conformam à ordem com que nosso espirito concebe as coisas": uma, com verbos transitivos e intransitivos não-existenciais, em que o sujeito se posiciona imediatamente antes do verbo e o objeto (se houver) depois dele, caracterizando a ordem SV(O) (65,2%); e outra, com verbo intransitivo existencial, cujo único argumento se posiciona depois do verbo - ordem VS (30,2%). Os 2,8% de ordem VS restantes correspondem a outras estruturas que serão devidamente discutidas mais adiante.

2. Os verbos e seus argumentos

De acordo com a visão funcionalista de Chafe (1979, p.97), todo universo conceitual humano é dicotomizado inicialmente em duas grandes áreas: a do verbo, que engloba estados (condições, qualidades) e eventos, e do nome, que engloba "coisas", sejam objetos físicos ou abstrações coisificadas. É central a área do verbo, e periférica a do nome, pois é a natureza do verbo que determina a seleção dos constituintes restantes da oração: que nomes o acompanham, qual será a relação dos nomes com o verbo, e como esses nomes serão semanticamente especificados. É o verbo que dita a presença e a natureza do nome e não o contrário.

Baseando-se, então, nessa perspectiva conceitual, analisa-se cada argumento dos três tipos de verbos aqui enfocados - V2, V1_{te} e V1_e -, para detectar-se a matriz de traços preferenciais dos argumentos de cada classe: verbo de dois argumentos, de um argumento não-existencial e de um argumento existencial. São os seguintes os fatores observados nos argumentos:

1) **papel sintático:** *S_t* - sujeito de verbo transitivo; *S_i* - sujeito de verbo intransitivo; *O* - objeto e *Obl* - oblíquo; Oblíquo se refere a qualquer outra função que não seja a de *S* e *O*.

2) **papel semântico :** *A* - agente - especifica algo que realiza uma ação, algo que tem o poder de fazer alguma coisa, que tem uma força própria, que é automotivado. (Chafe, 1979, p. 110);

P - paciente - entidade que se move ou sofre mudança de um estado, condição ou posição para outro estado, condição ou posição, ou, em outros termos, entidade cujo estado de existência é afetado pela ação expressa pelo predicado (idem, p. 100);

B - beneficiário - é o elemento que se beneficia daquilo que foi comunicado no resto da oração, ou o elemento que está em estado de posse ou que sofre ganho ou perda na transferência de um objeto (idem, p. 152);

E - experienciador - participante que está mentalmente disposto de algum modo; que sofre um evento psicológico de sensação, emoção ou cognição (idem, p.149);

Rec - receptivo - é o elemento que, embora afetado de algum modo pela ação, não muda seu estado ou condição como resultado, não podendo ser classificado, portanto, como Paciente (idem, p. 107);

Res - resultativo - representa uma entidade que vem à existência em decorrência da ação identificada pelo verbo (Lima, 1985, p.110);

Esp - especificador - é o argumento que não é afetado pela ação verbal, mas completa ou especifica o sentido do verbo (idem, p. 113);

Loc - locativo - especifica a noção de espaço de que se revestem o estado, o processo ou a ação expressos na oração (idem, p. 126);

N - neutro - é o argumento de verbo estativo, assim denominado por ter função semântica zero (Cf. Dik, 1981, p. 38-9), sendo apenas o suporte de uma propriedade, condição ou situação expressa pelo predicado.²

3) forma de manifestação: lexical (SN pleno), não-lexical (pronomes) ou nulo (elíptico).

² Borba (1990) o denomina de sujeito inativo.

4) **definidade:** nos termos de Chafe (1976, p. 39), é definido o elemento cujo referente o falante assume que o ouvinte já conhece ou pode identificar, dentre os referentes que podem ser caracterizados do mesmo modo, aquele que o falante tem em mente. Definido, assim, equivale a identificável e indefinido, a não identificável.

5) **categoria semântica:** humano/não-humano e animado/não-animado;

6) **status informacional:** *dado* - conhecimento que o falante assume estar na consciência do destinatário no momento da enunciação, e *novo* - informação que o falante assume que está introduzindo na consciência do ouvinte com o que diz. (Chafe, 1976, p. 30);

7) **posição:** *Pré* - posição antes do verbo e *Pós* - posição depois do verbo.

A tabela 2.6. fornece um quadro geral dos resultados obtidos da relação entre o tipo de verbo e os argumentos.

Os verbos de dois lugares, V2, como vimos observando, apresentam geralmente um argumento a eles anteposto, o sujeito (St), e outro posposto, o objeto (O).

Os argumentos Sts predominam no papel de agente com verbos de ação; beneficiário e experienciador, com verbos de estado e processo. Os seis casos de argumento neutro, ou seja, o depositário da predicação, abaixo especificados, ocorrem com verbos estativos:

tipo de verbo		V2				V1~e			
tipo de argum.-->		St		O		Si		Si	
fator		n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
papel semântico	A	223	49,7	-	-	161	55,5	-	-
	P	-	-	225	50,2	38	13,1	42	18,0
	B	111	24,7	-	-	12	4,1	-	-
	E	108	24,1	-	-	53	18,2	-	-
	Rec	-	-	03	0,6	-	-	-	-
	Res	-	-	48	10,7	-	-	-	-
	Esp	-	-	172	38,3	-	-	-	-
	Loc	-	-	-	-	-	-	-	-
	N	6	1,3	-	-	26	8,9	191	81,9
forma	+lex	109	24,3	366	81,6	105	36,2	214	91,8
	-lex.	181	41,0	40	8,9	82	28,2	13	5,5
	nulo	148	33,9	42	9,3	103	35,5	6	2,5
defin.	+def	368	82,1	201	44,8	203	79,3	71	30,4
	-def	80	17,8	247	55,1	60	20,6	162	69,5
human.	+hum	360	80,3	44	9,8	233	76,8	28	12,0
	-hum	88	19,6	404	90,1	67	23,1	205	87,9
animac.	+ani	365	81,4	46	10,2	228	78,6	31	13,3
	-ani	83	18,5	402	89,7	62	21,3	202	86,6
status	dado	409	91,2	194	43,3	260	89,6	86	36,9
infor.	novo	39	8,7	254	56,6	30	10,3	147	63,3
posição	pré	291	98,3	16	3,9	172	91,9	12	5,2
	pós	05	1,1	389	96,0	15	8,0	215	94,7

Tabela 2.6 - Tipos de argumentos e fatores analisados.

- (8) *radio de pilha representou a quebra de um isolamento do homem do campo*
- (9) *telefone representa assim um rator de integração*
- (10) *mas o ponto de vista da visão da arte... Hogue e Levi-Strauss representam posições e interesses muito diversos dos interesses de Mário.*
- (11) *um jantar exige³ um preparo mais sofisticado*
- (12) *ele espera uma rentabilidade futura maior que uma rentabilidade presente*

Ha uma alta frequência percentual de St nulos, principalmente com os verbos de ação, e a predominância de SN pronominal. Com relação aos traços humano/não-humano e animado/não-animado, os dados mostraram o predomínio dos traços [+hum] e [+anin]. Quanto ao status informacional, observamos que o St é geralmente dado.

A posição pré-verbal predomina com 98,3% das 296 ocorrências de St manifesto, ficando a posição pós-verbal com apenas 1,1%. Os quatro casos de St posposto são exemplares de antitópico que serão enfocados mais adiante. São eles:

- (13) *tira o contexto de humano essa comunicação*
- (14) *deu sucesso Cangaceiro.*
- (15) *chamava-se commonwealth se não me engano esse calçado*
- (16) *não tem nenhuma... um valor artistico essa representação*

³ Seguimos a orientação de Borba (1990), segundo a qual esse verbo indica estado quando possui sujeito inativo e complemento expresso por nome não-animado.

Há ainda um caso em que o St aparece entre o Aux (auxiliar) e o verbo principal: *está todo mundo querendo casa própria*.

A partir desses dados, é possível determinar a matriz de traços que caracteriza o argumento St, em termos de predominância.

St = [A , -lex, +def, +hum, +ani, +dado, Pré]

O outro argumento nuclear de V2, o O, predomina com o papel semântico de paciente, o afetado pela ação verbal. Quanto à forma, verifica-se ser ele sempre lexical, raramente nulo ou pronominal. A definidade não parece ser um traço determinante, pois [-def] predomina por pequena margem. Os traços humano/não-humano e animado/não-animado indicam que o argumento O é predominantemente não-humano e não-animado. O status informacional desse argumento é geralmente novo. Quanto à posição ocupada, observa-se que, quando manifesto, sua posição é pós-verbal em 96,0% das ocorrências.

As ocorrências do argumento O em posição pré-verbal ou no início da oração são casos de topicalização ou pronome oblíquo átono proclítico. Cf. os exemplos:

(17) *e ele nos convida*

(18) *não a testei ainda*

(19) *isso muitos no interior fazem assim*

(20) *e o resto eu trago para casa*

É muito pequena a freqüência de O nulo, restringindo-se aos casos seguintes:

- (21) *já me prometeram [o telefone] para maio, para julho, para agosto*
- (22) *em tese, o senhor já colocou [o significado do telefone]*
- (23) *eu considero [o crescimento] anormal*
- (24) *eu também não entendo [o funcionamento]*
- (25) *coisa de dois três anos criaram aí no Mackenzie [cursos técnicos]*

E possível determinar, com base nesses resultados, a matriz de traços que caracteriza predominantemente o argumento O de um V2:

O = [P, +lex, -def, -hum, -ani, novo, Pós]

Quanto ao tipo de V1^{ne}, é possível detectar a seguinte distribuição de traços de seu único argumento.

Do ponto de vista semântico, esse argumento pode desempenhar os papéis de agente, paciente, experienciador e beneficiário, com a predominância do primeiro. Observa-se que os argumentos pacientes ocorrem com verbos de processo e o neutro, com verbos de estado, acompanhados geralmente de um oblíquo ocupando a posição pós-verbal. Cf.:

(26) *vocês precisam de pessoal*

(27) *eu dependo daquilo*

assemelhando-se, deste modo, à estrutura de V2: St V O = Si V Obl.

Quanto à forma do argumento, constata-se que, quando manifesto, predominam os SNs lexicais, tendo os nulos um percent-

tual, assim mesmo, bem representativo. A análise nos mostra ainda que o sujeito de $V_1^{\sim}e$ é predominantemente definido. Com relação aos traços semânticos humano/animado, esse argumento é geralmente marcado positivamente. Informacionalmente é dado em 89,6% das ocorrências, colocando-se em posição inicial dentro da oração. Os quinze casos desse argumento em posição pós-verbal podem ser separados em dois grupos:

1- Os casos de antitópico como *evoluiu muito o teatro principalmente no Brasil*;

2- Os casos em que o verbo e o argumento são enunciados de uma só vez, constituindo um todo informacional, como se os dois elementos estivessem fundidos. Esse tipo é exemplificado por: *a. vão dois para a escola; b. vai milhões para o mar; c. aumenta o controle*;

A partir desses dados, é possível definir as características preferidas do argumento Si do $V_1^{\sim}e$, ou SiPré:

SiPré = [A, +lex/O, +def, +hum, +ani, dado]

Resta determinar ainda as características do argumento de V_1e , que é geralmente posposto.

O papel semântico desempenhado pelo argumento desses verbos é predominantemente neutro, tendo o paciente uma frequência percentual de 18%. Quanto à forma, nota-se forte tendência para a seleção de SN lexical. Observa-se também a baixíssima frequência percentual desse argumento nulo, o que o equipara a O e o contrapõe a St e a SiPré.

Com relação ao traço definido, observa-se uma margem de vantagem para os referentes indefinidos. Normalmente quando é [+def] é também [+dado], quando não é dado, o argumento é especificado por um adjetivo ou é um nome próprio. Cf. *chegou o Estado Novo*. Tal argumento apresenta-se sempre na terceira pessoa, diferentemente dos outros argumentos sujeitos, St e SiPré. Predominam as categorias semânticas não-humano e não-animado em mais de 80% das ocorrências e, quando é [+hum/+ani], é também [-def] ou genérico (indicando a classe) e [-dado], conforme indicam os exemplos: *aqui é um advogado; não apareceu ninguém*.

O status informacional de tal argumento é predominantemente novo. Quanto à posição, como já se notou, prevalece a posição pós-verbal; só é anteposto ao verbo quando possui mais traços próprios do SiPré, principalmente [+dado] e [+def] e algumas vezes [-lex], conforme mostram os exemplos: *a. essas ligações ocorrem com muita dificuldade; b. isso existe em todo local ne?; c. o Mappin também já existia; d. as coisas sempre se eventúan; e. a dilatação só veio no dia 13 de outubro; o sistema inteiro pifa ne?*

É possível definir agora a matriz de traços predominantes do argumento do Vle, ou SiPós:

SiPós = [N, +lex, -def, -hum, -ani, novo]

A comparação dos argumentos, em relação ao papel semântico, revela que St e SiPré são basicamente agente, beneficiário e experienciador, enquanto O e SiPós são essencialmente paciente, especificador e neutro. É possível detectar aí duas classes de

papeis semânticos ou, mais especificamente, dois hiperpapéis⁴. Agente, beneficiário e experienciador constituem uma classe natural que indica o participante principal, que atua de alguma forma no processo verbal, constituem, portanto, o hiperpapel ativo. Paciente, especificador e neutro, por outro lado, indicam o participante não atuante, o afetado ou, pelo menos, passivo; constituem, então, o hiperpapel inativo.

Considerando os hiperpapéis, comparem-se agora as quatro matrizes de traços predominantes:

St	SiPré	SiPós	O
ativo	ativo	inativo	inativo
-lex	+lex/O	+lex	+lex
+def	+def	-def	-def
+hum	+hum	-hum	-hum
+ani	+ani	-ani	-ani
dado	dado	novo	novo
Pré	Pré	Pós	Pós

⁴ Kibrik (1990) distingue dois hiperpapéis que constituem universais semânticos: o ator, o participante principal, o protagonista e o factitivo, o participante imediato, o mais próximo, o mais envolvido na situação. Holisky (1987) prefere determinar duas noções básicas de papéis semânticos: o ator, o participante que desempenha, efetua, instiga ou controla a situação denotada pelo predicado, e o experienciador, o argumento que não desempenha, inicia ou controla qualquer situação, mas é por ela afetado. Preferimos usar *ativo* e *inativo*, em vez de *ator* e *factitivo*, para evitar confusão, já que *factitivo* é usado em outro sentido, o de instigador ou estimulador da ação (Borba, 1990). Quanto à classificação de Holisky, não se aplica ao português, já que nem sempre St e SiPré são instigadores da ação e O e SiPós nem sempre são afetados.

Observa-se que O e SiPós apresentam exatamente os mesmos traços, contrapondo-se a St e a SiPré.

O que caracteriza o objeto (O) e o sujeito do verbo existencial (SiPós) são os traços inativo, lexical, não-definido, não-humano, não-animado e novo. O sujeito de verbo não-existencial (SiPré) e o de verbo transitivo (St), por outro lado, apresentam um conjunto de traços opostos aos dos primeiros. Isso nos possibilita afirmar que há uma marcação fluida com tais argumentos. SiPós e O se alinham opondo-se a St e a SiPré, caracterizando, desse modo, o que se denomina de comportamento ergativo de uma língua, segundo a abordagem paradigmático-identificacional⁵. O português apresenta, por conseguinte, uma *ergatividade cindida*, já que o argumento de verbos intransitivos se alinha ora a St ora a O, dependendo do tipo de verbo: Vi^{ne} ou Vi^e, conforme o esquema abaixo.

V2 = S V O

Vi^{ne} = S V

Vi^e = V S

Como ficou demonstrado, anteposição e posposição do argumento sujeito em relação ao verbo não constitui fenômenos aleatórios, mas determinados por fatores estruturais de ordem semântica e discursiva. As duas ordens sentenciais predominantes SV(O) e VS, correspondem a dois padrões distintos, como se discute mais adiante.

⁵ Ver seção 2, capítulo 1.

CAPITULO 4

O CARATER NOMINATIVO E O ERGATIVO DO PORTUGUES

1. Ergatividade cindida

Vimos no capitulo anterior que o português apresenta duas ordens básicas de constituintes sentenciais, SVO e VS, de acordo com o tipo de verbo: verbos de dois lugares e intransitivos não-existenciais apresentam-se na sequência SV(O), enquanto os intransitivos existenciais adotam a ordem VS. Concluiu-se, assim, que, para o português, é inadequada aplicar uma classificação tipológica que tome como ponto de partida a ordem do verbo, do sujeito e do objeto, que, se deduz, é baseada em sentenças com verbos de dois lugares.

Vimos também que cada estrutura - SVO e VS - apresenta argumentos com características específicas, ou seja, o sujeito de transitivo e o de intransitivo existencial possuem a mesma matriz de traços que se opõe à matriz do objeto transitivo e do sujeito de verbo intransitivo existencial. Há, portanto, um alinhamento de St com SiPré de um lado, e de O e SiFós, de outro. Isso caracteriza o português como língua ergativa, ou melhor, como língua com ergatividade cindida.

Tal fenómeno, mais comumente conhecido como *split ergativity* (Comrie, 1978 e Dixon, 1979), refere-se ao fato de uma mesma língua operar em alguns aspectos sobre base ergativo-absolutiva e, em outros, sobre base nominativo-acusativa. Como vimos anteriormente, há três fatores que determinam a *ergatividade cindida*, dentre os quais, dois se ajustam ao português: a natureza

semântica do SN e a do verbo.

Com relação à natureza semântica do SN, a literatura tem mostrado que a maioria dos discursos, em qualquer língua, está obviamente orientada, em primeiro lugar, para o falante. Em sua visão de mundo, é o falante o agente por excelência. O agente mais próximo é o destinatário, depois a terceira pessoa humana (primeiramente nomes próprio e depois comuns), a seguir animados não humanos e por último os inanimados. Tal ordenação constitui a hierarquia de animacidade em que as primeira e segunda pessoas se sobrepõem à terceira pessoa humana, que se sobrepõe, por sua vez, a animados não-humanos, que predominam sobre os inanimados:

<-----<

1a. 2a. 3a. pessoa humano não-humano não-animado

Línguas de ergatividade cindida baseada na hierarquia de animacidade, tomam um ponto de referência na escala como termo divisor: os nomes à esquerda desse ponto são marcados de um modo e os que ficam à direita, de outro.

Quanto à natureza semântica do verbo, sabe-se que verbos transitivos caracterizam-se por manifestar um evento controlado por um agente; o SN que representa o participante controlador está na função de St e o outro SN nuclear, na função de O. Os verbos intransitivos referem-se a eventos que envolvem um único participante e se estendem por um vasto campo semântico. Seu único SN está sempre na função de S, podendo sua natureza semântica variar de agente controlador a não controlador da ação. As línguas tendem, no entanto, a ignorar esses refinamentos semânticos dos SNs em função de S, assinalando com uma única e mesma marca gramatical o SN nuclear de verbo intransitivo: com a mesma forma

e função de O ou de St das sentenças transitivas.

Para evitar ambigüidade, usa-se marcação diferente para os SNs na função de St e na de O. Uma vez estabelecidos os dois tipos de marcação morfológica, a natureza semântica de uma sentença intransitiva pode ser representada, marcando-se S igualmente a St, se o evento ocorre como resultado da ação ou não-ação do sujeito, se ele é o controlador (Ex.: *Maria saiu*), e igualmente a O, se a causa do evento é inteiramente externa ao sujeito, se ele não exerce controle de atividade (Ex.: *sai as brigas em família*).

Dutra (1987) propõe que a distinção entre a posição pre/pós verbal do sujeito intransitivo no português do Brasil está relacionada ao fluxo de informação, de modo que S e O recebem, por um lado, tratamento idêntico, como resultado de pressões discursivas para codificar menções novas sob forma lexical e, por outro lado, S se alinha a St, como resultado de pressões para marcar o argumento tópico/dado no discurso. A híbrida categoria-S do português do Brasil se deve, assim, a necessidades discursivas aliadas a propriedades gramaticais como definido/indefinido e lexical/não-lexical.

Não discordamos dessa interpretação, no aspecto particular de que fatores discursivos subjazem à colocação do Si antes ou depois do verbo, mesmo porque nossos próprios dados confirmam que SiPos e O são preferencialmente lexicais, não-definidos e novos, e St e SiPré apresentam características opostas. Esses aspectos pragmático-discursivos serão discutidos na segunda parte deste estudo.

Esse fenômeno é, no entanto, muito mais complexo, já que, em nossa opinião, é um aspecto estrutural e sistemático da

língua. O português falado é um sistema de ergatividade cindida, motivada por dois fatores: a natureza semântica do verbo, transitivo ou intransitivo, e, conseqüentemente, a natureza do SN que o acompanha, como se observa a partir da seguinte distribuição:

St, sujeito de V2, SN ativo, sempre em posição pré-verbal;

O, objeto de V2, SN inativo, sempre em posição pós-verbal;

Si, sujeito de V1'e, SN ativo, sempre em posição pré-verbal;

Si, sujeito de V1e, SN inativo, sempre em posição pós-verbal.

O sujeito intransitivo recebe marcação igual ao sujeito transitivo (posição pré-verbal), se o evento ocorre como resultado de ação ou não-ação do sujeito (Ex.: *as crianças entraram em casa*), e igual ao objeto transitivo (posição pós-verbal), se a causa do evento for inteiramente externa ao sujeito (Ex.: *em casa entra muita revista em quadrinho*). Da escala de animacidade (v. p. 118), o português elege, assim, como ponto de referência, o traço animado. Os nomes à direita desse ponto tendem a posicionar-se antes do verbo, sendo normalmente marcados como nominativos; os que ficam à esquerda, tendem a posicionar-se depois do verbo, e recebem marca de absolutivos. Desse modo, em predicados de dois lugares, ocupa a posição de sujeito (pré) o SN que se coloca mais à esquerda da escala, e a posição de objeto (pós), o SN mais à direita. Já em predicados de um lugar, há uma divisão: sendo o nome ativo, ele se posiciona antes do verbo; se afetado

ou inativo, depois do verbo.

Com base na definição paradigmático-identificacional de alinhamentos ergativo(-absolutivo) e nominativo(-acusativo), por-se-distinguir no português os dois padrões: o padrão nominativo com verbos de dois lugares (V2) e verbos de um lugar não-existencial (V1^{ne}), cujos argumentos, St e SiPré, opõem-se a O (alinhamento St=SiPré), pois apresentam, além da posição pré-verbal, os traços ativo, definido, animado e dado, e exibem a ordem SV(O); e o padrão ergativo com verbo intransitivo existencial (V1^e), que alinha SiPos e O, opondo-os a St, já que o único argumento desse verbo se caracteriza por ser inativo, pós-verbal, não-definido, não-animado e novo, tal qual o argumento O de V2.

2. A ordem SV(O) e o caráter nominativo do português

O padrão nominativo caracteriza-se por apresentar, em algum nível, o alinhamento de St com Si oposto a O, ou seja, uma única marca para o sujeito, seja de verbo transitivo ou intransitivo, e outra para o objeto. Os elementos estruturais expressam diretamente as relações de sujeito e objeto, atribuindo respectivamente o caso nominativo ao sujeito e o acusativo ao objeto. O caso mais importante, o nominativo, é geralmente marcado por zero. É empregado em citações, além de ser o pivô sintático e muitas vezes mais freqüente no texto do que o acusativo. Sua morfologia, pragmaticamente orientada, codifica a função discursivo-pragmática de sujeito/tópico, desconsiderando o papel semântico (agente, beneficiário, paciente) e o status de transitividade da

sentença (cf. Cooreman, 1984). A transitividade é expressa na estrutura da sentença e não no verbo, por meio de três propriedades da oração: dois participantes- o agente e o paciente- e uma ação, o verbo (cf. Hopper e Thompson, 1980).

Uma oração pode ser mais ou menos transitiva, dependendo da efetividade de transferência da ação de um agente para um paciente. Essa efetividade é o resultado da atualização de dez componentes envolvidos na ação verbal, que covariam e coexistem nas línguas, determinando o grau relativo de transitividade da oração: número de participantes, cinesia, aspecto, punctualidade, volitividade, polaridade, modalidade, agentividade, individuação e afetamento do objeto. A transitividade não afeta, no entanto, a função discursiva de tópico atribuída ao sujeito, uma vez que tanto as orações transitivas quanto as intransitivas (com *Vi~e*) apresentam a relação tópico/comentário, tendo o sujeito o papel discursivo de tópico (sobre o que se fala), e o predicado, o de comentário, conforme veremos mais adiante, com mais detalhes, no capítulo 6.

Afirmar que o português é uma língua nominativa implica que o sujeito de verbo de dois lugares (*V2*) e de verbo de um lugar não-existencial (*Vi~e*) se coloca antes do verbo, quer dizer, é marcado da mesma maneira, e o objeto se coloca depois do verbo (é marcado de outro modo), conforme já demonstrado acima. Corresponde, portanto, à ordem *SV(O)*.

Segundo Lehmann (1978), as línguas *SVO* requerem a manifestação de seus três constituintes: o sujeito, o verbo e o objeto, o que pressupõe não só o emprego de substitutos de nomes, como os pronomes, mas também os de verbos e orações. Van Valin

(1980) observa que nas línguas nominativas, como o alemão, o sujeito tem um papel muito importante, pois permite um número de processos gramaticais como o apagamento correferencial. Também, em português, apaga-se o sujeito da oração subsequente se ele é idêntico e correferencial ao da antecedente, conforme se observa em:

(1) *Mário veio aqui e entregou o livro a Joana.*

O SiPré da oração intransitiva inicial é idêntico e correferencial ao St da oração transitiva, por isso pode ser apagado. Mesmo com a inversão da posição das orações, o apagamento é necessário:

(2) *Mário entregou o livro a Joana e saiu.*

São ambíguas, no português, sentenças como:

(3) **Mário veio aqui e ele entregou o livro a Joana.*

(4) **Mário entregou o livro a Joana e ele saiu.*

A posição de sujeito, nos sistemas nominativos, deve ser sempre preenchida, uma vez que essa função é decisiva para a estrutura da sentença. Tal afirmação poderia, a princípio, negar a nominatividade do português, que tem sido enquadrado por alguns pesquisadores (Tarallo e Kato, 1989; Lobato, 1986) no parâmetro das línguas pró-drop, que apresentam, como principal propriedade, a possibilidade de sujeito nulo, isto é, em razão de uma morfologia verbal muito rica, torna-se dispensável a manifestação fonética do pronome sujeito. Oliveira (1986 e 1989), no entanto, aborda a questão da ordem sob o ponto de vista da manifestação do sujeito e do objeto, concluindo que o português possa estar perdendo o caráter de opcionalidade do sujeito, ou seja, a presença do sujeito está se tornando obrigatória, enquanto prolifera a au-

sência do objeto. Parece, portanto, que as conclusões de Oliveira vêm ratificar o caráter nominativo do português, na medida em que assinala a obrigatoriedade de preenchimento do sujeito, a despeito de seu caráter pró-drop.

No alinhamento nominativo, o agente comumente assume a relação (primária) St, o paciente, a relação (secundária) D, e o único actante de uma oração intransitiva, a relação Si, mas não há a obrigatoriedade de papel semântico específico para esses argumentos. Assim, no padrão nominativo do português, embora desempenhem preferencialmente o papel semântico de agente (com verbos de ação), os argumentos sujeitos de V2 e V1_{re} podem exercer também o papel de paciente, beneficiário e neutro (com verbos de estado), experienciador (com verbos de processo) e instrumental. As sentenças seguintes, extraídas do corpus, atestam essa afirmação:

- (5) ele fazia um jornal cinematográfico (V2 - agente)
- (6) muitos desses filmes tiveram grande êxito (V2 - beneficiário)
- (7) o preço flutua no mercado externo (V1 - paciente)
- (8) você não conhece a taxa de juros futura (V2 - experienciador)
- (9) ela mora numa casinha (V1 - neutro).

E claro que a posição mais alta na escala de animacidade tem um claro privilégio na escolha do sujeito nos sistemas nominativos. Em virtude de se classificarem em posição alta da escala, agentes, experienciadores e beneficiários são, assim, tipicamente escolhidos como sujeito em contraste a seus opostos - paciente, estímulo e objeto possuído -, que geralmente são selecionados como objeto.

O padrão nominativo do português, representado na ordem SV(O), participa muito na estruturação de sentenças discursivamente organizadas em tópico/comentário, sendo o tópico o ponto de partida da comunicação, e comentário, o material novo. Como o sujeito está geralmente ligado às sentenças precedentes, torna-se menos enfático, acarretando a posição remática do verbo e seu complemento. O SN agente (ou voluntário) é obrigatório, exerce principalmente a função de sujeito e é o tópico. Tais características são predominantes em orações do português com V2 e V1^{re}, conforme os exemplos (10) - (13) do corpus:

(10) *a gente vai para a cidade*

(11) *o pessoal assiste televisão*

(12) *ela pede concordata*

(13) *minha senhora chamou a mãe*

Uma das principais características das línguas SVO é apresentar construções especiais como a passiva, que permitem tornar o objeto o tema. Nesses casos, uma estrutura transitiva ativa constituída de agente-verbo-paciente, como *x colhe o café manualmente*, corresponde a uma passiva, paciente-verbo, *o café é colhido manualmente*, sem necessidade de explicitar o agente, que, quando aparece, está no caso obliquo.

O português possui uma estrutura passiva em contraposição à ativa, embora não apresente uma ocorrência muito grande dessas estruturas como, por exemplo, o inglês. A passivização é restrita a alguns tipos de verbos, e sua ocorrência é limitada, correspondendo a apenas 9,1% das ocorrências de V2 do corpus.

3. A ordem VS e o caráter ergativo do português

De acordo com uma definição pragmático-identificacional, o sistema ergativo caracteriza-se pelo alinhamento formal entre o sujeito de intransitivo e o objeto transitivo, contraposto ao sujeito transitivo; possui, em outros termos, uma marca para os sujeitos transitivos e outra para os sujeitos intransitivos e objetos.

Conforme já demonstramos anteriormente, postulamos neste trabalho a existência de um padrão ergativo no português, porque, além de alinhar-se a O em oposição a St e a SiPré, o sujeito de Vle, SiPós, define-se pelo mesmo conjunto de traços que caracteriza O de construções transitivas. Parece conclusivo que a ergatividade do português é determinada pela natureza do verbo (Vle) e do SN que o acompanha.

No padrão ergativo, o sujeito de verbo intransitivo e o objeto de verbo transitivo constituem uma classe, já que apresentam as mesmas características: mesmo comportamento sintático, mesmo conjunto de traços e mesma marca. São denominados absolutivos.

No sistema ergativo do português, são absolutivos o sujeito do verbo intransitivo existencial (SiPós) e o objeto transitivo (O). Caracterizam-se por apresentar uma bateria de propriedades semânticas que os distingue do sujeito transitivo (cf. Keenan (1984), v. capítulo 4), dentre as quais destaca-se uma forte dependência do verbo atestada pelos seguintes fatos.

O referente do sujeito transitivo (St) tem normalmente existência independente da atividade expressa pelo predicado,

conforme atestam as sentenças (14) e (15):

(14) os jornais baianos fizeram editoriais a respeito
de Gabriela

(15) e ele nos convida

Já o referente do SN absolutivo, ao contrário, passa a existir, muitas vezes, em consequência da atividade expressa pelo predicado (cf. as sentenças (16) - (19) abaixo). Esse fato indica que os argumentos absolutivos constituem com o predicado uma unidade mais fechada do que os Sts.

(16) acontece uma série de coisas

(17) vinha um novo anti-cristo

(18) mas eu não faço comentários

(19) O Mackenzie criou cursos técnicos

O processo sintático de incorporação de nomes, com muita probabilidade de ocorrência no português, só reforça a evidência acima mencionada de vinculação estreita dos absolutivos a seu predicado. Na incorporação de nome, um SN é fisicamente incorporado à estrutura do verbo, constituindo com ele uma unidade semântica e possibilitando, assim, a redução da valência verbal, pois um verbo transitivo torna-se, com esse processo, intransitivo. Um St não pode ser incorporado ao verbo. Observem-se os exemplos do português:

(20) tomei um lanche ontem

(21) lanchei ontem

Os absolutivos possuem também propriedades de papel temático que os diferenciam dos Sts, já que são comumente pacientes no sentido em que seu estado de existência é afetado pela ação expressa pelo predicado:

(22) *bateu seis horas*

(23) *o padeiro assassinou a amante.*

Além disso, os argumentos absolutivos incluem-se frequentemente entre os SNs cuja percurso é especificado pelos locativos de origem e meta com verbos de movimento. Já Sts somente são afetados se o argumento O também o for. Observem-se as sentenças (24) - (26):

(24) *boto a família no carro*

(25) *vem um montão de coisa diante de mim*

(26) *Mário levou Joana até a sala.*

Até aqui apresentamos evidências para a ergatividade do português, com base na definição paradigmático-identificacional dos alinhamentos ergativo/absolutivo e nominativo/acusativo. A ergatividade e a nominatividade, no entanto, como já foi assinalado, podem ser definidas com uma base sintagmático-construcional, sem necessidade de comparações paradigmáticas de construções de um ou de dois lugares. Com efeito, Plank (1979) define a construção ergativa como a que se caracteriza por ter o paciente transitivo como Si, e o agente transitivo por nunca ser O, enquanto a nominativa se caracteriza por apresentar paciente transitivo O, e o agente como St, conforme o esquema:

a. Construção ergativa:

o agente transitivo é diferente de St, talvez obliquo, mas não O

o paciente transitivo é Si

b. Construção nominativa:

o agente transitivo é St

o paciente transitivo é O

Para reforçar a tese da estruturação ergativa no português, argumentaremos a seguir, fornecendo evidência empírica de apoio com base na abordagem sintagmático-construcional.

As construções ergativas do português, definidas com base sintagmático-construcional, são construções resultantes de uma operação, utilizada pelas línguas para reduzir a valência de verbos, que deriva predicados de um lugar de predicados de dois lugares. É claramente uma operação que preserva os absolutivos, conservando-lhes as propriedades primitivas no Si derivado. São comuns no português estruturas como (28), derivadas de (27) :

(27) *João abriu a porta*

(28) *a porta abriu*

No caso acima ilustrado, descarta-se o argumento agente-sujeito de (27) e o absolutivo O, o paciente transitivo, assume a posição de sujeito, conservando, porém, as características originais de absolutivo que é. Deste modo, o exemplo (27) é uma construção nominativa, enquanto (28) é ergativa, numa base sintagmático-construcional.

Esse tipo de estrutura do português foi abordado por Franchi (1989). Segundo a autora, a construção ergativa envolve um extenso grupo de verbos, caracterizados pelas seguintes propriedades mínimas:

- esses verbos podem construir-se como intransitivos ou transitivos, ou seja, com um ou com dois argumentos nominais nucleares que especificam sua significação e recebem dele funções temáticas inerentes (no sentido da teoria gerativa);

- o relacionamento sintático entre essas construções resulta do fato de que o sujeito gramatical do verbo intransitivo

corresponde ao objeto direto de verbo transitivo e recebe do verbo a mesma função temática.

Como exemplo a autora cita as seguintes sentenças entre outras:

(29) *o sol amarelou as folhas*

(30) *as folhas amarelaram*

(31) *o garoto rasgou a camisa*

(32) *a camisa rasgou*

A ergatividade tem sido abordada por diversos pesquisadores, embora nem sempre o fenômeno denominado *construção ergativa* seja o mesmo para todos. Assim, Tarallo e Kato (1989), sob a perspectiva da teoria da regência e vinculação, definem como construções ergativas as apresentativas que ocorrem com verbos intransitivos existenciais e de aparecimento, nas quais o sujeito ou é vazio (português, espanhol, italiano) ou é um expletivo semanticamente vazio (francês, trentino, bieleś), havendo, correspondentemente a essas, formas com o sujeito lexicalmente preenchido com os mesmos elementos que aparecem na posição pós-verbal, como nos exemplos a seguir:

(33) *Chegaram/chegou os ovos*

(34) *Os ovos chegaram*

Segundo os autores, essas construções não têm posposição do sujeito, mas sim alçamento do argumento interno do verbo (objeto) à posição de seu argumento externo (sujeito), ocupado inicialmente por uma categoria vazia. Uma característica importante desse tipo de construção é que ela é restrita a certos tipos de verbos, denominados ergativos pela possibilidade de seu

argumento único poder ocupar tanto a posição de objeto quanto a de sujeito e pelo fato de terem um objeto que não aceita caso acusativo.

Independentemente da perspectiva assumida e da explicação dada para o fato, essa estrutura denominada ergativa por Tarallo e Kato, deve realmente ser assim considerada uma vez que o único argumento do verbo em questão, sujeito (preposto) ou objeto (posposto) na perspectiva gerativista, é um absolutivo, com todas as propriedades que o caracterizam. Devemos observar que a sentença *Chegou/chegaram os ovos*, uma construção VS do português, é ergativa no sentido paradigmático-identificacional, e *Os ovos chegaram* é ergativa no sentido sintagmático-construcional.

A construção nominativa e a ergativa, definidas com base sintagmático-construcional, diferem uma da outra na escolha do papel semântico para sujeito gramatical básico: a primeira seleciona o agente e a segunda, o paciente. Isso quer dizer que, em construções ergativas, só o SN afetado é obrigatório, enquanto o SN agente ocupa uma posição secundária, a de obliquo, quando manifesto. O argumento absolutivo assume toda a importância.

Ora, o português exibe um número considerável de construções, usadas quando não é relevante a explicitação do agente para os propósitos do discurso.

Uma delas é a construção **pseudo-reflexiva** que se constitui numa operação, muito semelhante à da construção ergativa acima referida, em que o objeto transitivo assume ao mesmo tempo as características de agente e paciente e se desloca para a posição de sujeito, preservando sua propriedade de absolutivo :

(35) *a porta se fechou*

(36) *o vaso quebrou-se*

É comum ainda construções paralelas em que uma se caracteriza prototipicamente como nominativa, tendo um St agente e um O paciente, implicando alta transitividade, e a ergativa correspondente, com o único argumento ocupando a posição de sujeito, mas no papel semântico de paciente. Nos exemplos abaixo podemos observar a correlação entre as sentenças (37)-(38) e entre (39)-(40):

(37) *Paulo matou João*

(38) *João morreu*

(39) *o menino derrubou o vaso*

(40) *o vaso caiu*

Na verdade, a nominatividade e a ergatividade dessas estruturas paralelas repousam na escolha do elemento que deverá ser tomado como ponto de vista, ou sujeito da sentença. Assim, com orações transitivas, quando o paciente é o sujeito gramaticalizado, ou ponto de vista, a construção é ergativa, enquanto na nominativa, o agente é que é gramaticalizado como sujeito.

Pode-se afirmar, então, que as construções ergativas constituem um processo sintático em expansão no português do Brasil, particularmente na modalidade coloquial, como bem já observou Franchi (1989).

PARTE II

ASPECTOS FUNCIONAIS

CAPITULO 5

A ORDEM DOS CONSTITUINTES E A RELAÇÃO TÓPICO/COMENTARIO

1. Fluxo de atenção e ponto de vista

A relação tópico/comentário é uma estrutura conceitual que tem sido privilegiada desde o princípio pela abordagem funcionalista. A centralidade desses conceitos decorre certamente de uma necessidade teórica, nos termos em que esse enfoque privilegia na linguagem também a centralidade da função de comunicação.

A origem da relação tópico/comentário pode ser encontrado de forma embrionária em Weil (1844) (apud Dirven e Fried, 1987), para quem a sentença contém um ponto de partida (a noção inicial) e o objetivo do discurso, sendo o primeiro o ponto de encontro entre falante e ouvinte (o conhecido), e o segundo, a informação que deve ser partilhada com o ouvinte (o novo). Mathesius (1882-1945) (apud Dirven e Fried, 1987) aprofundou e aprimorou as idéias de Weil, desenvolvendo a importância da perspectiva funcional, da relação tema-rema, no sentido de determinar a ordem de palavras. Firbas (1974), um dos seguidores de Mathesius, desenvolve, por sua vez, como já se viu, o conceito de dinamismo comunicativo como o responsável pelo desenrolar da comunicação. Desse modo, constituem o tema elementos que carregam o mais baixo grau de dinamismo comunicativo dentro da sentença, e o rema, o mais alto, havendo, assim, uma escala de graus de dinamismo comunicativo.

Halliday (1974) também mostra interesse no *status* da oração e suas partes como unidades de comunicação, propondo um

conjunto de sistemas, relacionado com a gramática de mensagens, denominado componente textual.

Ao elaborar a sua Gramática Funcional, Dik (1987) distingue, como vimos, três níveis de relações funcionais, o sintático, o semântico e o pragmático. É nesta dimensão que se inserem os constituintes com *status* informacional no contexto comunicativo, distinguindo-se, assim, quatro funções pragmáticas: o *tema* que especifica o universo do discurso com relação ao qual a predicação subsequente é apresentada em relevante; o *antitema* apresenta-se para clarificar ou modificar a predicação; o *tópico* apresenta a entidade sobre a qual se predica alguma coisa num dado contexto; e o *foco* apresenta a informação relativamente mais importante ou saliente num dado contexto.

DeLancey (1981) considera que uma parte significativa da estrutura semântica de uma língua constitui uma lista de cenas prototípicas, especificadas por um conjunto canônico de participantes. Uma sentença descreve um evento real ou imaginário, invocando a cena prototípica de que ela é um exemplo e identificando os papéis dos participantes com entidades existentes no universo do discurso. Na comunicação real, nem todos os aspectos do evento prototípico têm igual interesse. Assim todas as línguas são dotadas de mecanismos para marcar a importância comunicacional relativa das várias entidades e eventos na sentença ou no discurso. Tal fato está relacionado a duas noções psicológicas, *fluxo de atenção* e *ponto de vista*, parâmetros fundamentais que contribuem para determinar o interesse relativo de várias entidades envolvidas no evento real. Esses termos são, entretanto, também aplicáveis a mecanismos lingüísticos que indicam os valores desses pa-

râmetros na sentença. Há assim um fluxo de atenção e um ponto de vista, de ordem natural, que se referem a estratégias perceptuais, e um fluxo de atenção e um ponto de vista, de ordem lingüística, que se referem a mecanismos lingüísticos. Marcação de caso, concordância verbal e ordem dos constituintes são os marcadores principais do fluxo de atenção e do ponto de vista lingüísticos.

É o fluxo de atenção que determina a ordenação linear dos SNs. Os SNs na sentença são apresentados na seqüência desejada pelo falante para que o ouvinte atente para eles. Alterações de ordem como alterações de voz e topicalizações são mecanismos usados para controlar o fluxo de atenção. A base do fluxo de atenção natural é a ordenação temporal de fases do evento, de modo que a ordenação dos SNs na sentença deve refleti-la. É necessário haver motivações especiais para que o fluxo de atenção lingüístico não recapitule o fluxo de atenção natural. Quando isso ocorre, o fluxo de atenção lingüístico se torna fortemente marcado.

Um dos fatores que determinam a não coincidência do fluxo de atenção natural com o lingüístico é o ponto de vista. Há, a priori, dois pontos de vista possíveis a partir dos quais se descreve uma cena: o ponto de vista externo de um observador desinteressado e o ponto de vista vinculado a um dos participantes. Todas as línguas presumivelmente possuem mecanismos gramaticais e lexicais que especificam o ponto de vista da sentença. O ponto de vista prototípico é o lugar do ato de fala, mas pode estar associado a um dos participantes; dessa forma, os eventos de movimento caracterizam-se por convergir para o local do ato de

fala ou para um substituto contextualmente definido. Ponto de vista é fundamentalmente uma noção dêitica¹: havendo, no evento, a presença da primeira ou segunda pessoas, o ponto de vista mais natural para a sentença será o delas. O SN identificado com o sujeito de uma sentença caracteriza-se por constituir, ao mesmo tempo, o ponto de vista e o fluxo de atenção lingüísticos.

O fluxo de atenção lingüístico segue geralmente a ordem natural da Origem para Meta², por isso não é arbitrário o fato de ser a seqüência sujeito-objeto a ordem mais comum de palavras nas línguas humanas. O fluxo de atenção na sentença transitiva parte do Agente (Origem) para o Paciente (Meta); na dativa, do doador (Origem) para o beneficiário (Meta); e nos eventos de percepção, o ponto de partida é o experienciador e o elemento percebido, Meta.

O ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico é o elemento mais à esquerda da sentença, e será por nós denominado, de agora em diante, tópico, sendo o restante, o comentário, a informação relativamente mais importante ou saliente num dado contexto (o foco, segundo Dik).

Os dados levantados e descritos anteriormente (v. Capítulo 4) indicam haver evidências de duas ordens predominantes no

1 Dêitico é todo elemento lingüístico que, num enunciado, faz referência à situação em que esse enunciado é produzido; ao momento do enunciado (tempo e aspecto do verbo) e ao falante. (cf. Dubois, 1978).

2 Os termos Origem, Meta e Tema são tomados de Gruber (1976): em um evento de movimento, eles se referem respectivamente ao ponto de início, ponto final e entidade que se move. Em outros termos, o evento prototípico de movimento envolve um Tema que se move de Origem para Meta.

português: as construções com V2 e V1^{ne}, em que o sujeito se posiciona imediatamente antes do verbo e o objeto (quando há) depois dele, caracterizando a ordem SV(O) e possibilitando classificar tipologicamente o português como língua nominativa; as construções com V1e, cujo único argumento se posiciona depois do verbo - ordem VS, possibilita atribuir ao português o status de língua ergativa, já que o sujeito é marcado como inativo, pois a causa do evento é inteiramente externa a ele. A coexistência desses padrões alternativos permitiu-nos classificar o português como um sistema de ergatividade cindida.

Nas seções subseqüentes mostraremos que cada padrão seqüencial corresponde a uma escolha do falante em termos de uma distribuição funcional de ponto de partida e objetivo da comunicação, segundo Weil (1844).

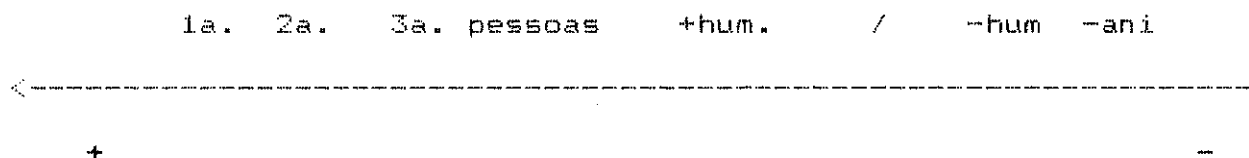
2. Uma explicação funcional para a ordem SV(O)

A ordem SV(O) indica eventos que começam linearmente num ponto do espaço e subseqüentemente terminam num outro. E, com efeito, o fluxo de atenção lingüístico não-marcado vai da Origem para a Meta, entendendo-se por Origem, o hiperpapel ativo, que inclui o agente, o experienciador e o beneficiário, e por Meta, o hiperpapel inativo, que implica no paciente, especificador, resultativo e receptivo.

Em sentenças de dois argumentos, um SN é ordinariamente selecionado para constituir ao mesmo tempo o ponto de vista e o ponto de partida do fluxo de atenção; essa dupla representação é

um aspecto fundamental da categoria de sujeito. Assim o agente, o doador/beneficiário e o experienciador, papéis comumente desempenhados por entidades humanas e animadas que ocupam, por isso mesmo, alta posição na hierarquia de animacidade, são geralmente selecionados para a função de sujeito, obedecendo à ordem natural do fluxo de atenção.

A escala de animacidade situa no extremo esquerdo os elementos mais altos da hierarquia, que decresce regularmente à medida que se aproxima do extremo direito, em que se encontram os elementos de pouca ou nenhuma animacidade:



As línguas utilizam diferentes pontos para marcar a natureza de seus SNs. Algumas distinguem morfologicamente SNs de primeira e segunda pessoa dos de terceira pessoa, outras utilizam o traço animado. O marco divisório para determinar a ordem no português na escala de animacidade é, como já observado, os traços não-humano e não-animado, já que o argumento anteposto ao verbo é predominantemente humano e animado (ativo), enquanto o posposto é não-humano e não-animado (inativo).

A ordem SVO representa assim a ordem natural de colocação dos constituintes na sentença, uma vez que apresenta o ponto de partida da comunicação (o ponto de partida do fluxo de atenção natural (Origem) coincidindo com o lingüístico (tópico) e com o ponto de vista (posição mais à esquerda na escala de animacidade)), e o objetivo do discurso.

Essa ordem manifesta tipicamente também a clássica divisão da oração em sujeito e predicado, em que aquele acumula ordinariamente o papel de ponto de vista e ponto de partida lingüísticos, controla a concordância verbal e se posiciona no início da oração. O predicado, por sua vez, é a informação que deve ser partilhada com o ouvinte - o comentário. Nessa estrutura, então, a relação tradicional sujeito/predicado coincide com a relação, em termos informacionais, tópico/comentário. (1) abaixo é uma sentença SVO em que a estrutura lingüística recapitula a estrutura perceptual, no sentido de que o evento se inicia num ponto, o agente-Origem, e termina num outro, o paciente-Meta. Observa-se, relativamente ao ponto de vista, que tomou-se o do falante, como bem o indica o pronome possessivo de primeira pessoa, localizando-se, então, mais à esquerda na escala de animacidade.

(1) *minha senhora / chamou / a mãe*

tópico / comentário

sujeito / predicado

St V O

Na sentença possessiva abaixo, o SN selecionado como ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico exerce o papel semântico de beneficiário, e manifesta também o ponto de partida natural (Origem). Este coincide com o ponto de vista, também natural, já que o SN *o estudante*, marcado pelo traço [+hum] situa-se à esquerda na hierarquia de animacidade, ao contrário do SN *muita oportunidade*, marcado pelo traço [-ani].

(2) *o estudante / tem / muita oportunidade*

tópico / comentário

sujeito / predicado

St V O

Na sentença (3), o ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico (tópico) recapitula o ponto de vista natural na medida em que, iniciando-se no experienciador (Origem), o processo termina num obliquo (Meta). O ponto de vista coincide com o ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico.

(3) *as moças / reparam mais / nas moças*

tópico / comentário

sujeito / predicado

Si V obliquo

Considerando agora a sentença intransitiva (4) abaixo, vê-se que a posição do SN em relação ao predicado coincide também com o ponto de partida do fluxo de atenção natural e lingüístico, uma vez que o único argumento é animado, humano e agente (Origem).

(4) *o comerciante / protela*

tópico / comentário

sujeito / predicado

Si V

O exame desses exemplos mostra haver correspondência estrita entre fluxo de atenção natural e lingüístico e o ponto de vista. São, portanto, não-marcadas em português, as estruturas cuja ordem de constituintes nucleares é SV(O), pois apresentam o

ponto de partida que se desenvolve para o objetivo do discurso, ou que, em outras palavras, traduzem o padrão nominativo.

3. Uma explicação funcional para a ordem VS

Estruturas sentenciais de ordem VS servem comumente para indicar a existência ou a emergência de uma entidade referencial no discurso, através de um verbo apresentacional. São, por isso, denominadas construções existenciais (ou ergativas).

O capítulo anterior mostra que essa ordem tem como único argumento um inativo, que não se constitui na Origem do evento, pelo contrário, traduz o ponto final, a Meta, pois é paciente ou neutro. Considerando-se que o fluxo de atenção lingüístico parte da Origem para a Meta, deduz-se que também VS constitui uma ordem natural pois não ocorre inversão Meta para Origem; ao contrário, há manutenção da ordem natural, cujo ponto final é a Meta. A sentença apresenta, nesses casos, somente o fim do evento, não havendo, além disso, nenhum fluxo de atenção não natural Meta-Origem.

Nas construções existenciais, o verbo e seu único argumento nuclear constituem uma unidade fechada que, ao descrever uma situação, não especifica qualquer elemento como ponto de partida e ponto de vista. A informação é dada globalmente, como um todo; o processo é apresentado em si mesmo, independente de um ser que lhe sirva de marco ou referência. Tais estruturas apresentam, portanto, só o objetivo do discurso, o comentário.

Considerando-se o sujeito como o ponto de partida coincidindo com o ponto de vista, verifica-se que a ordem VS configura sentenças absolutamente destituídas de sujeito. São, na realidade, sentenças constituídas só de predicado, ou, mais especificamente, frases-comentário. Não é possível, portanto, detectar nela a correspondência da relação sujeito/predicado com a relação tópico/comentário, como na estrutura SVO; ao contrário desta, apresenta só o ponto final, o predicado ou comentário.

Do conjunto de traços que caracteriza o sujeito em todas as línguas, sugerido por Keenan (1976)³, o português elege três deles para configurar o sujeito prototípico: o traço semântico - ser ativo - e dois traços sintáticos - estar na posição pré-verbal e ser controlador da concordância verbal. Como se pode observar, entretanto, o argumento nuclear de estruturas VS não dispõe dessas características; ao contrário, é paciente ou neutro (inativo), ocupa a posição pós-verbal e nem sempre controla a concordância, mesmo na variedade culta. Esses são traços que o identificam mais com o objeto de verbos transitivos (O). Confirmam-na as sentenças extraídas do *corpus*:

(5) *existe leis aí*

(6) *falta elementos técnicos*

(7) *bateu seis horas*

(8) *mas tem elementos que abalam muito*

(9) *sai as brigas em família*

³ Segundo Keenan, o status de sujeito é gradual. Pode-se pensar assim que há sujeitos prototípicos, que têm maior número de traços, e sujeitos menos típicos. A esse propósito ver também Pontes (1986, p.170).

Esse argumento não é intuitivamente considerado sujeito pelo falante justamente por não possuir suas características prototípicas: atividade, posição e controle de concordância verbal, e nem é nunca o ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico, o tópico. Nós o incluímos na categoria S, porque como único argumento nuclear de um V1, deve, segundo Dixon (1979), pertencer a ela, não obstante ser desprovido dos traços próprios do sujeito, sejam eles gramaticais ou funcionais, como ponto de partida do fluxo de atenção e ponto de vista.

As sentenças (10) a (13) abaixo ilustram a estruturação da ordem VS ou frase-comentário:

(10) / falta / elementos técnicos
 tópico / comentário
 / predicado
 V Si

(11) / há / o requeijão
 tópico / comentário
 predicado
 V Si

(12) / é / uma luta tremenda
 tópico / comentário
 predicado
 V / Si

(13) / acontece / uma série de coisas
 tópico / comentário
 predicado
 V Si

Vê-se então que as duas ordens predominantes, SV(O) e VS, correspondem a duas construções diferentes no sentido de que a primeira tem, por um lado, um ponto de partida e um ponto de vista claros, assim como um ponto de chegada; a segunda, por outro lado, possui apenas o ponto de chegada. A escolha de um V2 ou V1^{te} revela que o falante tem necessidade de construir uma oração em que um argumento seja selecionado como ponto de partida e ponto de vista, caracterizando o sujeito gramatical, e interpretado como tópico, e o predicado (o verbo mais seu complemento, quando há) como comentário. Recairá a escolha sobre um V1^{te}, se é intenção do falante veicular uma informação globalmente, numa única unidade entonacional, sem ponto de partida e nem ponto de vista, escolha que dispensa o sujeito e seu papel de tópico. As duas ordens, SVO e VS, são naturais e correspondem a padrões de sentenças não-marcadas do português. Falar-se, então, que a ordem VS é uma ordem invertida e marcada não tem nenhuma evidência empírica.

Os dados aqui discutidos não sustentam o postulado de que, ao contrário da oração declarativa, neutra ou não-marcada, a construção apresentacional, com verbo existencial, representa uma forma marcada. E preciso acrescentar que por trás dessa conceituação acha-se uma perspectiva transformacionalista tardia que pressupõe uma estrutura básica, subjacente que deslocaria o cons-

tituinte sujeito para a direita.

4. Ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico ou Tópico

Há situações em que, no entanto, parece ser lícito falar em termos de sentença marcada. São casos em que a ordem natural do fluxo de atenção não coincide necessariamente nem com a ordem lingüística, nem com o ponto de vista, havendo aí uma desarticulação entre esses elementos. Essa desarticulação existe em função de mecanismos que, tendo por objetivo controlar o fluxo de atenção, acabam por representar alterações de ordem dos elementos da sentença, alterações de voz e topicalização.

A propriedade gramatical essencial do ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico é ocupar sempre a posição mais à esquerda da sentença, estabelecendo, assim, um esquema dentro do qual a predicação se mantém, sendo, por isso, também denominado tópico da sentença. A inserção de qualquer elemento nessa posição, mesmo não havendo coincidência com o ponto de partida do fluxo de atenção natural (Origem), fará com que esse elemento se torne o ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico, o tópico. Nesse caso, os pontos de partida do fluxo de atenção natural e lingüístico se desarticulam: o ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico fica sozinho no início da sentença e o ponto de partida do fluxo de atenção natural une-se ao ponto de vista lingüístico, como se pode verificar na sentença abaixo:

(14) *esse (filme) eu não vi*

O objeto da percepção (Meta) toma posição no início da sentença, tornando-se o ponto de partida. Há, nesse caso, reversão na ordem natural e lingüística Origem-Meta para Meta-Origem. Meta passa a ser o ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico, mas não representa o ponto de partida natural localizado na Origem (experienciador), que coincide também com o ponto de vista (1a. pessoa).

O tópico não tem necessariamente uma função sintática dentro da sentença, já que é uma função pragmática externa à predicação. Qualquer elemento, com qualquer valor semântico, pode ser tomado como ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico. Não há restrição de natureza semântica para esse ponto de partida, que pode vir a não ter papel semântico na sentença. Assim, pode-se tomar como ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico tanto Origem como Meta, Locativo ou qualquer outro elemento que denote tempo. Passando a ocupar a posição mais à esquerda da sentença, esse constituinte desarticula-se do ponto de vista, que continuará ocupando a posição imediatamente anterior ao verbo, do que resultam estruturas como a que segue:

- (15) o esquema em si / ele / funciona / bem
 tópico / comentário
 / sujeito / predicado
 Si / V / obliquo

Como vimos no capítulo 1, essas sentenças, para Chafe (1976), representam casos de *tópico como sujeito prematuro*, entendendo-se que, quando o falante enuncia verbalmente o que tem em mente, deve escolher uma estrutura de caso para a sentença e o

nome a ser incluído nessa estrutura de caso como sujeito da sentença. Essas escolhas ele as faz mais ou menos simultaneamente, de modo a haver uma interação necessária entre elas. O falante é assim capaz de pensar simultaneamente na estrutura de caso mais efetiva para expressar o que tem em mente e o modo mais efetivo para embalá-lo lingüisticamente. Assim, muitas vezes, escolhe o sujeito antes de o esquema de caso ter sido escolhido, gerando sentenças do tipo acima.

Braga (1986) considera, nesses casos, que o sujeito é o primeiro elemento - o *esquema em si* - devendo-se a presença do pronome correferencial a fatores psicolingüísticos, tais como número de sílaba do SN sujeito, presença de elemento interferente e de elementos pós-verbais; fatores semânticos, como animacidade e "humanidade" e fatores discursivos como *status* informacional e menção do referente do SN sujeito no discurso. O pronome correferencial tem função de facilitar o processamento da informação e os constituintes pós-verbais, de garantir o equilíbrio sintagmático da sentença. Representa assim a condição ideal para o aparecimento de um pronome correferencial a ocorrência de sujeito longo, discursivamente importante, com material interferente entre ele e o predicado, marcado com o traço semântico [+ani] e introduzindo informação nova ou evocada.

Nossa visão, no entanto, diverge da de Braga, uma vez que o tópico, ou o ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico, é o elemento mais à esquerda na sentença, sendo sujeito o elemento que se coloca imediatamente antes do verbo, e que assim representa o ponto de partida do fluxo de atenção natural e o ponto de vista. No exemplo acima, o tópico é o *esquema em si* e o

sujeito, *ele*. O fato de haver correferencialidade entre o tópico e o ponto de vista (sujeito) é que permite a pronominalização do sujeito.

Na sentença (16), considera-se que Meta foi tomada como ponto de partida lingüístico, e o agente, como ponto de vista e ponto de partida natural, não havendo aí correferencialidade entre Meta e Origem.

(16) *isso / muitos / no interior / fazem / assim*
 tópico (Meta) / comentário
 objeto / sujeito / predicado
 O / St / obliquo / V / obliquo

Já na sentença (17), é uma circunstância temporal que serve à função de tópico e o agente à de sujeito:

(17) *no sábado à noite, / nós / jogamos / boliche*
 tópico (Tempo) / comentário
 adj. adv. / suj. / predicado
 obliquo / St V / O

Na oração (18) não há atribuição de qualquer função sintática ou semântica ao ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico. Nesse caso, ele apenas estabelece um esquema individual dentro do qual a sentença se mantém.

(18) *filme / eu / gosto mais / de comédia*
 tópico (O) / comentário
 / Suj / predicado
 / St / V / obliquo

Configura-se nesse caso o chamado tópico do tipo chinês, descrito por Chafe (1976), que se caracteriza por limitar a aplicabilidade da predicação principal a certo domínio restrito. Tais estruturas são também denominadas construções de "duplo sujeito".

Observou-se anteriormente que a ordem VS não dispõe de um argumento para representar, ao mesmo tempo, o ponto de vista e o ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico, fato absolutamente normal em português. Nada impede, entretanto, que tal construção disponha de ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico (tópico) e não disponha de ponto de vista. Apresentará, nesse caso, a relação tópico/comentário, mas não a sujeito/predicado. Observem-se as sentenças (19) - (21) abaixo:

(19) *Iá em casa / entra / muita história em quadrinho*

tópico (Loc) / comentário

adj. adv. / predicado

obliquo / V / Si

(20) *a telenovela / há / uma grandeza dentro dela*

tópico (Ø) / comentário

/ predicado

/ V / Si

(21) *em São Paulo / tinha / uns cinemas ótimos*

tópico (Loc)/ comentário

adj. adv. / predicado

obliquo / V Si

Observa-se similarmente que, quando o Si de um Vie está anteposto, a frase deixa de representar apenas o comentário, pas-

sando a apresentar tanto ponto de partida quanto ponto de vista. Significa, em outros termos, que passa a contar com a presença do sujeito e que representa explicitamente a relação tópico/comentário. Inverte-se, nesses casos, a ordem do fluxo de atenção natural Origem-Meta, já que o argumento inativo (Meta) passa a ser o ponto de partida e o ponto de vista. E, verdadeiramente então, uma sentença não-natural e, portanto, marcada. Há, assim, no *corpus*, ocorrências paralelas do tipo:

(22)a. *existe um controle* (natural, não-marcada)

b. *um controle existe* (não-natural, marcada)

A sentença (22)b não é existencial, no sentido de que não apresenta uma nova entidade, ao contrário, tem função dialógica explícita de ratificar o discurso do interlocutor. Para melhor esclarecimento observe-se o contexto em que ela aparece.

(23) L2 *então eles têm um certo controle sobre você certo?...*

L1 *é um controle existe*

5. O antitópico e o fluxo de atenção

Há ainda uma estrutura relativamente freqüente no português do Brasil, em que se inverte a relação tópico/comentário. Suas ocorrências são consideradas tradicionalmente casos de posposição de sujeito, como as que seguem:

(24) *seria o ideal isso*

(25) *mas diz que é uma barbaridade o preço que o indivíduo paga entende?*

(26) *mas é esta a minha impressão*

(27) *nem sempre é uma coisa agradável a busca de um contato por telefone*

(28) *evoluiu muito o teatro principalmente no Brasil*

(29) *tira o contexto de humano essa comunicação*

(30) *deu sucesso Cangaceiro*

Tarallo e Kato (1989) consideram-nas como inversão livre ou *afterthought*: movimento do sujeito para uma posição não-argumental, adjunta a S, isto é, para a posição de antitópico, simétrica à de tópico. O antitópico é, em geral, um elemento definido, e constitui no discurso um pensamento ulterior, ou construção *a posteriori*. Numa visão interpretativista, esses SNs já são gerados como antitópicos e os sujeitos nulos ou pronominais, quando há, são interpretados como correferentes seus. Entre o sintagma grifado e o restante da oração, nos exemplos acima, existe uma pausa e é mais acentuada a entonação do último elemento do predicado, decaindo sensivelmente na enunciação do antitópico.

O antitópico desempenha função semelhante à da anteposição do adjetivo. Azevedo (1987) demonstra que um sintagma do tipo *malvada mãe* intensifica a contradição entre o nome e o adjetivo, já que, para a nossa cultura, a imagem de mãe é ser carinhosa, bondosa etc. Nesse caso o foco é apresentado como informação secundária: *carinhosa mãe* é o esperado, sendo informação secundária o adjetivo e foco, o substantivo; *mãe carinhosa* tem *mãe* como informação secundária e *carinhosa* como foco; em *malvada mãe*, a posição, normalmente ocupada por um elemento secundário, é preenchida por um elemento que se deseja destacar, criando um efeito

inusitado, que se acentua ainda mais, se se desloca o acento prosódico para o adjetivo, de maneira a realçar o contraste entre a sua posição e o seu valor informativo.

Pode-se explicar similarmente as construções com antitópico. Firbas (1974) e Chafe (1976) afirmam, como se viu, que o primeiro elemento da oração carrega a informação velha, em outras palavras, é o ponto de partida do fluxo de atenção, ficando a informação nova representada pelos constituintes mais à direita. Assim, coloca-se a informação secundária no início da oração, que é a posição do dado, e depois a informação principal, o foco ou o novo. Desse modo, nas construções com antitópico, insere-se na posição secundária o elemento que se quer destacar (o comentário) com acento prosódico próprio; realçando-se, assim, o contraste criado em função do choque entre a posição ocupada (de elemento dado, secundário) com o valor informativo (de novo, foco). Da mesma forma, o elemento dado passa para a posição de foco, acompanhado de pausa e acento prosódico baixo. É função do antitópico, portanto, ressaltar o comentário, focalizá-lo, dar-lhe maior realce, contrastando aí posição e valor informativo (cf. Azevedo, 1987).

Inverte-se, nesse caso, a relação tópico/comentário: primeiramente enuncia-se o objetivo do discurso, o elemento principal, que se deseja chamar a atenção e só depois é que se coloca o que deveria ser o ponto de partida do fluxo de atenção, como um pensamento *a posteriori*, para lembrar o interlocutor ou não deixar-lhe dúvidas sobre o elemento a que se refere a predicação.

O antitópico é, por conseguinte, o tópico da comunicação que tem como contrapartida o comentário enunciado antecipada-

mente. Há, nesse caso, a relação tópico/comentário invertida.

(31) *seria / o ideal / isso*

comentário / antitópico

predicado /

(32) *tira / o contexto de humano / essa comunicação*

comentário / antitópico

predicado

V / O

6. Frases-comentário

Além das construções existenciais-VS, são comuns no português estruturas com valor de comentário, que se caracterizam, como vimos, por apresentar o verbo no início da oração e por nenhum argumento representar, ao mesmo tempo, o ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico e o ponto de vista.

Um caso típico é o da *posposição de sujeito* com *V1^{ve}*, em que o verbo e o argumento são enunciados de uma só vez, constituindo um todo informacional, como se esses dois elementos estivessem fundidos, de modo que o argumento agente passa a ser naturalmente interpretado como parte do predicado da sentença. Tarallo e Kato (1989) os consideram como um fenômeno de anteposição do verbo (*V-fronting*), que tem sempre como desencadeador um elemento em COMP que pode ser um pronome interrogativo, um advérbio em foco e até mesmo a flexão. Comparem-se as sentenças:

(33) *vão dois para a escola*

(34) *vai milhões para o mar*

(35) *aumenta o controle*

Nesses casos, o argumento tem uma dependência muito grande do verbo, estando ali praticamente para preencher uma posição estrutural que não pode ficar vazia. Apesar de não se tratar de verbo existencial, a função da oração é a mesma: indica uma informação global, emitida de uma só vez. E também, portanto, uma frase-comentário, sem ponto de partida ou ponto de vista. Nas orações (33) e (34), embora os argumentos sejam agentes, não se reverte a ordem do fluxo de atenção, já que a Meta (locativo de Meta), *para a escola e para o mar*, continua como ponto final do fluxo de atenção. Na sentença (35), também não há reversão, pois o argumento é um paciente (Meta).

Apesar de considerar o sujeito como "termo essencial da oração", a Gramática Tradicional admite construções sem sujeito como os casos de verbos e expressões que denotam fenômenos da natureza; do verbo *haver* no sentido de *existir*; *fazer*, *andar*, *ir* e *haver* indicando tempo decorrido e o verbo *ser* indicando tempo em geral. Com exceção do verbo *haver* no sentido de *existir*, essas estruturas são, na verdade, comentários de ambientes, afirmações sobre tempo, hora, fenômenos atmosféricos, expressas através de predicação descritiva. A descrição fica ancorada numa circunstância - tempo ou lugar do discurso - sem necessidade de um ponto de partida e um ponto de vista lingüísticos, o sujeito. O ambiente todo é comentado e não um indivíduo ou um grupo de indivíduos específicos. Tais estruturas nada mais são que frases-comentário, ou melhor, orações que contêm apenas o objetivo do discurso.

Outro caso de frase-comentário são as estruturas tradicionalmente denominadas **sujeito indeterminado**, mecanismo muito empregado para anular o agente ou, pelo menos, enfraquecê-lo. É uma construção análoga às construções impessoais do hebreu investigadas por Berman (1980) (v. capítulo 2), que apresentam o verbo inicial na 3a. pessoa do plural - o português emprega ainda o verbo na 3a. pessoa do singular mais *se* - que além de não estar associado a nenhum SN como ponto de partida do fluxo de atenção e ponto de vista, apresentam ainda as seguintes propriedades:

a. não admitem correferência com um pronome referente **eles**;

b. o apagamento do pronome em orações encaixadas gera ambigüidade, se o verbo estiver na terceira pessoa:

Eles sabem que (?) mataram João;

c. não controlam reflexivos;

d. têm sempre domínio humano, sendo o evento imputado a um grupo não específico de pessoas. Acentuam a agentividade como tal, pois implicam que existe um referente humano responsável pela ação do verbo, mas não o especificam, porque 1) o contexto pode indicá-lo (por exemplo: *tomam muita cerveja em Rio Preto*); 2) infere-se a identidade dos agentes a partir de um conhecimento extralingüístico (por exemplo: *superexploraram aqueles filmes*); 3) o falante deliberadamente escolhe não especificar quem de fato perpetró a ação (por exemplo: *até que nos indicaram o Hotel Chile*). Apresentam também só o ponto final do fluxo de atenção. Não há aqui reversão da ordem natural e lingüística do fluxo de atenção.

A passiva pronominal é também uma outra construção em que se indetermina o agente e se coloca o verbo no início da oração. Assemelha-se à passiva impessoal do hebreu que se caracteriza por ter um verbo passivo na 3a. pessoa do singular, que não concorda com o nominal em gênero e número, e inicia a sentença. No português, observa-se o uso da passiva sintética sem a concordância em número com o nominal, exigida pelos gramáticos. Assim é comum encontrarem-se construções como:

(36) *vende-se carros*

(37) *tomou-se muitas resoluções na reunião*

Também é a passiva pronominal uma estrutura constituída só de comentário, sem ponto de vista ou ponto de partida do fluxo de atenção, apenas o ponto final. A ordem do fluxo de atenção é a natural, uma vez que se mantém a Meta, paciente, como ponto de chegada.

Construções com verbo inicial, sentenças existenciais, possessivas, impessoais e comentários de ambientes que caracterizam as sentenças sem sujeito do hebreu, assim como o uso pouco freqüente de passiva e muitas construções de topicalização e deslocamento à esquerda, permitiram a Berman classificá-lo como língua com proeminência de tópico, segundo a tipologia de Li e Thompson (1976) (v. capítulo 2).

Parece-nos que tais características estão relacionadas ao caráter ergativo das línguas, pois, já se notou aqui, que línguas ergativas pouca importância dão à categoria sujeito. O pivô de operações sintáticas é o absolutivo, independentemente de sua função sintática.

Se atentarmos para seu caráter ergativo, verificaremos que o português falado, tal como o hebreu, compartilha das características de língua com proeminência de tópico, segundo Li e Thompson, pois apresenta:

1. construções com verbo inicial, ou seja, as frases-comentário, que podem ser entendidas como estruturas sem sujeito, entendendo-se tal categoria como o ponto de vista da sentença. Construções com verbo inicial caracterizam estrutura VS, sujeito indeterminado, passiva pronominal e comentários de ambiente, tratadas neste capítulo;

2. codificação para tópico: posição mais à esquerda na sentença;

3. nenhuma restrição para esse constituinte, ou seja, qualquer elemento pode ser tomado como tópico independentemente de sua função sintática ou semântica;

4. uso pouco freqüente de passiva analítica, conforme demonstrado no capítulo 4, p.125;

5. ausência de sujeito postíço;

6. construções de duplo sujeito, conforme se pode verificar em sentenças como (18), que repetimos aqui: *filme, eu gosto mais de comédia.*

Se atentarmos, porém, para o caráter nominativo, verificaremos que o português pode também ser classificado como língua com proeminência de sujeito, pois:

1. essa função desempenha papel proeminente em processos gramaticais como reflexivização, passivização, apagamento de elementos correferenciais, etc;

2. há a tendência crescente de preenchimento de sujeito, conforme demonstrado por Oliveira (1986) (cf. capítulo 4);

3. o verbo se coloca em posição medial, ou seja, entre seus dois argumentos.

Se quisermos, portanto, enquadrar o português falado na tipologia de Li e Thompson, não hesitaremos em dizer que pertence ao terceiro tipo proposto pelos autores: língua com proeminência de sujeito e de tópico.

Nossos resultados confirmam empiricamente, então, a afirmação intuitiva⁴ de Pontes (1987, p.39) segundo a qual o português é no mínimo uma língua do terceiro tipo, em que as duas noções são proeminentes.

4. Citamos literalmente também: *Em minha observação diária da língua coloquial, tenho observado que a incidência das construções de tópico é enorme, a tal ponto que deixei de coletar exemplos, tal a sua abundância. Tenho a impressão de que, no mínimo, ela é tão freqüente quanto a construção sem tópico. Resta fazer estudos de freqüência, através de gravações, para se determinar tal fato* (Pontes, 1987, p. 39).

CAPITULO 6

A ORDEM DOS CONSTITUINTES E A RELAÇÃO FIGURA/FUNDO

1. A relação figura/fundo e o conceito de transitividade

Guillaume (1966) afirma que nenhum pensamento, nenhuma ação seria possível, se a percepção apresentasse todas as estruturas possíveis no mesmo plano, sem relevo psíquico, com a mesma realidade e a mesma diferenciação. Só há percepção de objeto se existirem diferenças de intensidade entre as excitações provenientes de diversas partes do campo. Figuras coloridas apresentadas contra fundo de cor muito diferente, mas de igual claridade, são pouco visíveis, com limites flutuantes: tudo parece em movimento. Ao contrário, mesmo com tinta de cor uniforme, uma leve diferença de claridade entre figura e fundo basta para estabilizar a percepção. Todo objeto sensível não existe senão em relação a um fundo, afirmação essa que se aplica não somente às coisas visíveis, mas a toda espécie de objeto ou de fato sensível: um som destaca-se de um fundo constituído por outros sons ou ruídos, ou de um fundo de silêncio, do mesmo modo que um objeto se destaca de um fundo luminoso ou escuro. O fundo, como o objeto, pode ser constituído por excitações complexas e heterogêneas. A parte que se destaca de um fundo é chamada figura.

O fundo não tem contornos próprios, possui caráter indefinido, informe, é uma continuidade amorfa, inorgânica, que se estende sob a figura. Ela tem, por sua vez, uma forma, um contorno, uma organização, oferecendo, por isso, mais estabilidade, mais resistência à variação. Quando a figura é mais complicada,

permanece uma unidade, um todo, mas um todo articulado, composto de partes ou membros que são unidades secundárias e têm, mesmo na percepção global, não analítica, existência psicológica real; não são fragmentos recortados arbitrariamente, mas sua existência e seus limites naturais são dados como os do todo e com eles.

Nenhum pensamento, nenhuma ação seria possível, se a percepção apresentasse no mesmo plano, sem relevo psíquico, com a mesma realidade e a mesma diferenciação, todas as estruturas possíveis. Desse modo, o pensamento e a comunicação humana registram o universo individual como uma hierarquia de graus de centralidade/perifericidade a fim de facilitar tanto a representação interna, quanto sua exteriorização para as pessoas. Os usuários da língua constroem, assim, as sentenças de acordo com seus objetivos comunicativos e com sua percepção das necessidades do ouvinte. Ou seja, em qualquer situação de fala, algumas partes do que se diz são mais relevantes que outras, destacam-se de um fundo que lhes dá sustentação. Essa parte do discurso que não contribui imediata e crucialmente para os objetivos do falante, mas que apenas sustentam, ampliam ou comentam o aspecto principal são chamadas *fundo* (*background*). Em contraste, o material que fornece os pontos principais do discurso, a linha mor da comunicação chama-se *figura* (*foreground*).

A porção de figura compreende o esqueleto do texto, constitui a estrutura básica, e faz o discurso progredir, enquanto a porção de fundo coloca carne no esqueleto, mas não faz parte da coerência estrutural e nem contribui para a progressão discursiva.

As línguas possuem recursos morfológicos e sintáticos que refletem o relevo discursivo; apresentam, em outros termos, indícios que denotam se uma sentença é figura ou fundo. Esses recursos variam desde partículas discursivas, colocadas em pontos estratégicos para prevenir o ouvinte de que a oração corrente ou subsequente é fundo ou figura, até a elaboração de paradigmas verbais (tempo e aspecto) especializados para essa distinção. Hopper e Thompson (1980) consideram que, no inglês, não é apenas um traço o responsável pela distinção figura/fundo, mas é um conjunto deles que determina a altura da sentença na escala de transitividade: tanto mais uma sentença será figura, quanto mais alto for seu grau de transitividade. Há, para eles, uma alta correlação entre relevo e o grau de transitividade da sentença. ¹

A transitividade é tradicionalmente entendida como uma propriedade global da oração inteira, de tal modo que se carrega ou se transfere uma atividade de um agente para um paciente. Assim, do ponto de vista tradicional, implica necessariamente a existência de pelo menos dois participantes e uma ação, de algum modo tipicamente efetiva. Hopper e Thompson (1980) isolam os tra-

¹ Fillmore (1977) conceitua a dicotomia figura/fundo de um ponto de vista diferente. Conforme mencionamos no capítulo 3, os significados, para Fillmore, relativizam-se em cenas. Se, por exemplo, alguém diz que passou certo tempo "em terra", sabe-se que a seleção se operou por contraste com "ao mar" e que, por conseguinte, os termos desse paradigma requerem um cenário de fundo envolvendo uma viagem marítima. E como se a descrição do significado de unidades lingüísticas devesse identificar simultaneamente figura e fundo. A escolha de uma expressão ativa a cena toda (fundo) mas apresenta em perspectiva somente um aspecto ou parte de toda cena (figura). Não é exatamente nesse sentido que se trata, neste trabalho, dos conceitos de figura e fundo que, derivados da Gestalt, distinguem aquilo que o falante codifica como essencial do que considera acessório (cf. Hopper, 1979 e também Hopper & Thompson, 1980).

ços componentes da transitividade, examinando o modo como as línguas os codificam. Identificam os seguintes parâmetros de transitividade cujo arranjo fornece uma escala em que as orações podem ser classificadas:

	ALTA	BAIXA
A. <i>participantes</i>	2 ou mais, A e O ²	apenas 1
B. <i>cinese</i>	ação	não-ação
C. <i>aspecto</i>	télico	atélico
D. <i>punctualidade</i>	punctual	não-punctual
E. <i>volitividade</i>	volitivo	não-volitivo
F. <i>afirmação</i>	afirmativo	negativo
G. <i>modo</i>	real	irreal
H. <i>agentividade</i>	A alto em potência	A baixo em potência
I. <i>afetabilidade de O</i>	O total/e afetado	O não afetado
J. <i>individação de O</i>	O alta/e individuado	O não individuado

Esses parâmetros se caracterizam a partir dos seguintes princípios definidores:

(A) *participantes*: para ser efetivamente transferida, uma ação deve ter no mínimo dois participantes envolvidos;

(B) *cinese*: essa propriedade implica que somente ações podem ser transferidas de um participante para outro; não estados;

² Silveira (1989, 1992) interpreta equivocadamente os traços A e O do parâmetro participantes como agente e objeto, usados por Hopper e Thompson em referência aos dois participantes de uma oração de dois argumentos, no sentido de Dixon (1979). Se A e O fossem entendidos necessariamente como agente e paciente, não haveria necessidade dos parâmetros agentividade e afetabilidade de O. Devemos lembrar que, para Dixon, A e O são respectivamente sujeito e objeto de verbo transitivo, e não agente e paciente.

(C) *aspecto*: esse traço indica que a ação é vista de seu ponto final; uma ação télica (perfectiva) é mais efetivamente transferida para o objeto que as atéticas (imperfectivas);

(D) *punctualidade*: por esse traço entende-se que a ação, transferida sem nenhuma fase transicional óbvia entre início e fim, é expressa por verbos punctuais, tendo efeito mais marcado sobre o objeto que ações inerentemente processivas;

(E) *volitividade*: essa propriedade pressupõe que o efeito sobre o objeto é tipicamente mais aparente quando o agente é apresentado exercendo seu papel consciente e voluntariamente;

(F) *polaridade*: essa propriedade se refere à distinção entre afirmação e negação, sendo mais efetiva aquela do que esta;

(G) *modalidade*: por modalidade, entende-se a distinção entre uma codificação real e irreal do evento; uma ação ocorrendo num mundo irreal é obviamente menos efetiva do que outra ocorrendo no real;

(H) *agentividade*: por esse traço entende-se que participantes com alto grau de agentividade podem efetuar a transferência de uma ação enquanto os de grau baixo não podem fazê-lo.

(I) *afetamento de O e individuação* referem-se especificamente ao participante O. Por afetamento do objeto entende-se o efeito que a ação produz sobre o objeto, e individuação implica os traços definido e referencial, entendendo-se que, quanto mais individuado for o objeto maior, será o efeito da ação sobre ele.

Ainda que retrito ao seu modo mais convencional e tradicional possível, o conceito de transitividade pode, então, ser dividido em traços constituintes, cada qual focalizando um diferente aspecto de sua transferência em diferentes partes da ora-

ção.

Com base nessas propriedades e em seus traços constituintes, Hopper e Thompson formulam a Hipótese da Transitividade nos seguintes termos: Se duas orações (a) e (b) de uma língua diferem no sentido de que (a) apresenta alto grau de transitividade de acordo com qualquer um dos traços 1A-3, então, se uma diferença gramatical ou semântica concomitante aparece em algum outro lugar da oração, tal diferença mostrará correlativamente que (a) tem grau mais alto de transitividade que (b).

Línguas que distinguem morfologicamente orações transitivas de intransitivas e O definido de indefinido têm tendência para associar O indefinido não-marcado a orações intransitivas. O objeto indefinido não é realmente O, mas uma parte de um complexo em que é a raiz verbal o núcleo (em outros termos, o objeto incorpora-se ao verbo). Os indefinidos ou não-referenciais mostram-se correlatos à morfologia verbal, à marcação de caso e à ordem de palavras das orações intransitivas. Essa correlação sugere que a marcação especial sobre objetos definidos é mais bem interpretada funcionalmente como índice de alta transitividade da oração como um todo, que um recurso para distinguir O de St.

A presença de um O manifesto é somente um traço da oração transitiva; essa propriedade coexiste com outras, como agentividade, cinese. Há, assim, tanto sentenças de alto grau de transitividade (*Susana saiu*) com um único participante, quanto sentenças de baixo grau de transitividade com dois participantes (*Jeremias ama Sofia*). Orações do tipo *Me gusta la cerveza* e construções de antipassiva e incorporação de O têm a função de codificar orações tão baixas em transitividade quanto as intransiti-

vas. A transitividade não é, como se vê, dicotômica mas um contínuum; por isso orações sem O manifesto podem situar-se em algum lugar da linha contínua e não necessariamente no extremo intransitivo.

As línguas possuem universalmente estruturas morfossintáticas que refletem o grau de transitividade de uma oração. A difusão desses recursos e sua similaridade ao longo de línguas diferentes parecem demandar alto nível funcional. Em outros termos, um universal lingüístico origina-se de uma função pragmática geral e somente pode ser explicado, se a função for isolada e relacionada ao universal. Sem conexão com a função discursiva, os componentes de transitividade têm, separadamente, somente um relacionamento arbitrário entre si. A função discursiva de cada componente da transitividade está relacionada ao relevo discursivo.

Examina-se, a seguir, a contribuição que cada uma dessas propriedades, caracterizadoras da transitividade, fornece à função de determinar o relevo discursivo.

Observemos inicialmente a propriedade participante. Há uma tendência para fundo estar associado a um único argumento e figura a mais de um, pois as partes do discurso que constituem o cenário e outros detalhes a ele subordinados tendem a ser expressas através de formas verbais que denotam estados, não havendo movimento da ação de um participante a outro. Orações reduzidas, ainda que constituídas de verbos de ação, não apresentam o Agente, sendo, por isso, fundo; se houver necessidade de explicitá-lo, deve-se alterar a forma gramatical do verbo. Isso contrasta com sentenças de anáfora zero em que não há necessidade de alte-

rar a forma do verbo, se se quiser explicitar o agente, sendo, por isso, figura.

Quanto à **cinese**, observa-se que orações de figura narram tipicamente eventos, isto é, indicam mudança de lugar ou condição, ao contrário de orações de fundo cujo verbo é não-cinético.

O **aspecto** se refere à telecidade da ação do predicado. Um predicado que especifica um ponto final ou um limite conceitual é considerado télico. Predicados télicos são geralmente figura, já que orações de figura recontam tipicamente seqüências de eventos que imitam sua ordem cronológica, como supostamente ocorreram. Cada evento é visto, então, em sua totalidade; do ponto de vista do discurso acha-se ligado, a seu começo, pelo término do evento precedente e, a seu fim, pelo início do próximo. As fronteiras criadas pela progressão discursiva têm uma correspondência natural, no nível da gramática da sentença, com as várias estratégias empregadas para limitar uma ação - incluindo aí a morfologia aspectual e os advérbios de tempo, que dão um limite explicito à ação. Em fundo, entretanto, eventos e situações não são limitados pelo discurso: são apresentados como progressivos, repetidos, ou simultâneos aos eventos de figura.

O traço **punctualidade** se refere ao inesperado de uma ação, ou à ausência de uma clara fase transicional entre início e completude. Verbos punctuais contrastam com iterativos e durativos, denotando geralmente eventos discursivos que ocorrem em figura.

Os fatores **volitividade** e **agentividade** se referem ao grau de envolvimento do A (St) na atividade do verbo. A proemi-

nência dessas propriedades em figura deriva do fato de que ser a linha da história desenvolvida tipicamente por pessoas que desempenham ações e, especialmente, por pessoas que deliberadamente iniciam eventos. Orações de figura tendem, além disso, a ter A(St) mais à esquerda do que à direita da hierarquia de agentividade com uma topicalidade intrínseca, ou seja, são argumentos comumente definidos e referenciais.

As propriedades **modalidade e afirmação** implicam a raridade de orações negativas em figura, já que a negação implica uma digressão para um mundo possível, mas não real, enquanto eventos narrados implicam afirmação e acontecimentos reais.

As propriedades **afetabilidade e individuação** aplicam-se à natureza do argumento O. Uma vez que a afetabilidade total do objeto decorre de uma perfectividade semântica do verbo, é perfeitamente compreensível sua correlação com figura. Por O individualizado, entende-se o argumento referencial e definido. Objetos indefinidos são associados a estruturas intransitivas; isso sugere que tal argumento não constitui realmente um objeto, mas um simples acompanhamento adverbial do verbo.

2. Relevo discursivo e tipos de textos

Os estudos sobre relevo discursivo têm tomado como escopo a narrativa, uma vez que, por ser considerado um universal cultural, esse tipo de texto acha-se presente em todas as línguas. Sua extensão discursiva facilita, além disso, freqüências estatísticas, garantindo uma disponibilidade considerável de

exemplos de construções-tipo no texto.

O corpus deste trabalho constitui-se, no entanto, basicamente de diálogos, conversação. Segundo Marcuschi (1986) a conversação é a primeira das formas de manifestação lingüística a que estamos expostos e provavelmente a única de que não abdicamos jamais ao longo da existência. Além de "matriz para a aquisição da linguagem", a conversação é, em suma, o gênero básico da interação humana. Além de sugerirem que a linguagem é de natureza essencialmente dialógica, tais características realçam o princípio fundamental do caráter par da linguagem, nos termos em que a conversação se dá, normalmente, com perguntas e respostas, ou com asserções e réplicas.

A organização elementar da conversação possui, segundo Marcuschi (1986), cinco características básicas constitutivas:

- a. interação entre pelo menos dois falantes;
- b. ocorrência de pelo menos uma troca de falantes;
- c. presença de uma seqüência de ações coordenadas;
- d. execução numa identidade temporal;
- e. envolvimento numa interação contrada.

Tais características permitem-nos considerar a conversação como uma interação verbal centrada, que se desenvolve durante o tempo em que dois ou mais interlocutores voltam sua atenção visual e cognitiva para uma tarefa comum.

Iniciar uma interação significa, num primeiro momento, abrir-se para um evento cujas expectativas mútuas serão montadas. Em certos casos há alguém que inicia com um objetivo definido o tema a tratar e então supõe que o outro esteja de acordo com o tratamento do tema. Isso indica que, além do tema em mente, tem-

se também como pressuposição básica, a aceitação do tema pelo outro. Iniciada a interação, os participantes devem agir atentando tanto para o fato lingüístico, quanto para os paralingüísticos, como gestos, olhares, movimentos do corpo, e outros.

Para produzir ou sustentar uma conversação, duas pessoas devem partilhar um mínimo de conhecimentos comuns, entre os quais, a aptidão lingüística, o envolvimento cultural e o domínio de situações sociais. Dai serem críticas, por exemplo, as conversações inter-étnicas. Os esquemas comunicativos e a consecução de objetivos exigem partilhamentos e aptidões cognitivas que superam muito o simples domínio da língua em si. Apesar disso ou mesmo por isso, é tarefa árdua analisar as estruturas lingüísticas na conversação, já que tal atividade requer ainda muitos estudos por ser muito pouco o que se sabe sobre elas.

O que a literatura dispõe sobre relevo discursivo refere-se à narrativa, como já foi observado. Hopper e Thompson (1980) entendem que os fenômenos exemplificados em narrativas acham-se também presentes em outros tipos de textos e os recursos usados como figura em narrativas são também usados para enfocar os pontos principais da conversação. Acreditamos que os autores têm razão até um certo ponto, pois, como demonstraremos, tipos diferentes de textos apresentam também diferenças específicas.

Na verdade, a conversação é um gênero muito complexo. Essa complexidade não reside unicamente no fato de que se trata de uma interação verbal centrada, ocorrendo durante o tempo em que dois ou mais interlocutores voltam sua atenção visual e cognitiva para uma tarefa comum, mas reside também no fato de constituir-se de vários tipos de texto: o narrativo, o descritivo e o

dissertativo. Ora, os textos analisados neste trabalho são, geralmente, dissertativos. Embora se trate de textos em que o falante deve defender ou emitir sua opinião sobre determinado assunto, isso não o impede de inserir narrações ou descrições em seu discurso, inclusive como recurso de argumentação. Como o *corpus* deste trabalho é constituído basicamente de conversação, trataremos de analisar a manifestação de relevo discursivo em cada tipo de texto.

Aproveitando o material de pesquisa já disponível sobre relevo discursivo em narrativas, caracterizaremos primeiramente as orações de figura e fundo próprias desse tipo e mostraremos posteriormente que tais conceitos podem ser estendidos aos outros dois, resguardando, todavia, as especificidades de cada um.

Narrar implica um ato discursivo em que se compromete essencialmente com o acontecimento. Através do ato de narrar, é possível expressar o dinâmico, ou a realidade em movimento. A narração constitui, então, um ato de recuperação de acontecimentos que obedecem a uma ordenação temporal real dos fatos. Há assim no discurso narrativo uma distinção entre a linha real da história e o material de suporte, constituindo a primeira as partes da narrativa que relatam eventos que pertencem ao esqueleto do discurso - a *figura*; a segunda, o *fundo*.

Nas orações de figura, os eventos sucedem-se na mesma ordem de sua sucessão no mundo real; há uma seqüenciação cronológica, uma ordem icônica, que constitui assim a linha principal da narrativa. Nas sentenças de fundo, por outro lado, os eventos não estão em seqüência; aparecem, ao contrário, simultaneamente aos eventos de figura, ampliando ou comentando os eventos da linha da

história.

As orações de fundo representam alta possibilidade de introdução de informação nova e mudança de tópico, enquanto as de figura introduzem o material novo no predicado (no verbo ou na combinação verbo+complemento), pois o sujeito de tais orações é geralmente pressuposto, veiculando, portanto, informação velha.

As sentenças de figura incluem geralmente verbos punctuais e aspecto perfectivo, já que a narração representa a ocorrência de eventos. Nas de fundo, os verbos são durativos, iterativos ou estativos, e o aspecto é imperfectivo, uma vez que é mais baixo o grau de afirmação, por apresentar muitas formas como irreais: subjuntivas, optativas, modais e de negação. A completude da ação ou acontecimento, em fundo, não é necessária para o acontecimento subsequente, enquanto, nas orações de figura, a completude do evento é um pré-requisito para o evento subsequente.

Outra característica das sentenças de figura é a permanência do mesmo sujeito em cada episódio discreto, contrastando com as de fundo que apresentam mudanças freqüentes de sujeito. Naquelas, o tópico coincide com o sujeito e é geralmente humano; nestas, há já variedade de tópico, incluindo aí fenômenos naturais.

Podem-se observar essas características no seguinte trecho narrativo extraído do corpus, atentando-se ao fato de que estão em *itálico* as orações de figura:

- (1) L₁ aqui existia um su/um:: um lutador::... chamavam Maciste... era um sujeito::...hercúleo...homem de... de::...de cem quilos cento e vinte

quilos...(se)apANHOU a griPE foi::...quarenta e oito horas estava morto... quanto mais forte mais ela derrubava...e assim morreu um colosso de gente aqui em São Paulo nessa ocasião que foi...()

(D2, no.396, p.216)

O locutor está falando sobre um tópico maior, a gripe de 1919 que dizimou muitas pessoas e, para justificar a gravidade do fato, insere uma narrativa. Pode-se observar que a primeira oração de fundo é apresentacional, introduz o elemento novo, o subtópico o lutador, e tem a ordem VS e grau dois de transitividade. As outras orações de fundo não representam uma sequência temporal, apenas descrevem o elemento novo; os verbos são geralmente estativos e é três o grau de transitividade. Nas orações de figura, os eventos se sucedem, de modo que a completude de um evento é pré-requisito para o seguinte, constituindo assim a linha principal da narrativa; o material novo está no predicado, já que o sujeito é pressuposto e elidido; caso não o fosse, teria a ordem SV; o aspecto é perfectivo e o verbo punctual, apesar de, na segunda oração, estar no adjunto adverbial o aspecto e a punctualidade. A primeira apresenta grau oito de transitividade e a segunda, quatro. Observa-se ainda que a oração que finaliza o discurso *morreu um colosso de gente aqui em São Paulo nessa ocasião* e que apresenta a ordem VS é uma parte periférica do discurso, pois fornece material de suporte para o falante argumentar, justificando seu ponto de vista. *Morreu* não é uma fatia de informação sobre determinado grupo humano, mas é a oração inteira uma expressão do estado de coisas (cf. Anexo I).

A descrição é uma espécie de pintura por palavras, uma representação verbal que se faz da sequência de aspectos para evocar ou imaginar seres e ambientes. Ao contrário da narração, a descrição tenta captar o estático da realidade, fixando um momento particular das coisas. Ao descrever, o falante se serve sobretudo de verbos cujo valor semântico marca a existência de algo ou verbos através dos quais atribui qualidade ou estado às coisas. Já se nota por aí a dificuldade de determinar quais orações são fundo ou figura na descrição. A princípio tudo parece ser fundo, devido ao carácter de instauração do estático, próprio desse tipo de discurso. No entanto, quando a descrição fixa um momento particular das coisas pode captar várias formas de movimento dentro dela. O que não há é a progressão de acontecimentos, no sentido da mutação, ou metamorfose da realidade, mas um mecanismo de estruturação: a um tema introdutor – apresentação do objeto novo ao receptor – deve seguir a exploração do objeto, através da introdução de subtemas e predicados (ou atribuições). É possível traçar, então, uma linha contínua principal de descrição (figura) que se destaca de um fundo. A figura destaca-se do fundo indiferenciado que a envolve, e possui também uma organização interna. O texto descritivo retirado do *corpus* permitirá maior compreensão do que são orações de figura e de fundo na descrição. (As orações em itálico são figura).

(2) *Doc.* e tem diferença isso na criação?

Inf. tem...tem uma diferença vamos dizer grande...
 porque o gado de leite *ele é muito mais delicado...* como ::...o animal é um animal mais sensi-

vel vamos dizer... e precisa ser tratado... ele é:: praticamente::... estabulado todos os dias... quer dizer todos os... todos os dias...se tira o leite...então é um é um gado manso pra tratar... e que precisa de tratamento...e são raças também especiais... holandesa...ahn:: holandesa vamos dizer a ra/ a raça... base... progado de leite...agora há outras...como:: jersey...suiço...caracu... que costuma se misturar... na verdade o gado é mestiço... mas a base essencial do gado de leite... é o:: holandês...

(D1D, no.18, p.28)

O tópico principal aqui trata da criação de gado. Nesse segmento pergunta-se ao informante se há diferença entre a criação de gado de leite e gado de corte. Como é possível observar, o falante inicia o discurso com uma oração VS, com grau dois de transitividade, repetindo o tópico proposto pelo Documentador - *tem diferença* - e insere o subtópico - o gado de leite - através da topicalização, passando então à exploração do objeto com a introdução de subtópicos: delicadeza, mansidão e raça próprias do animal. Essa é a linha mestra da descrição; subjaz a tudo isso como pano de fundo, o material que de algum modo é relevante, talvez mesmo necessário, mas que, em si, não constitui a comunicação central, não move o discurso para a frente. Deve-se notar ainda que um subtópico ou um elemento novo é geralmente apresentado com verbo existencial e ordem VS, conforme se verifica em *são raças também especiais*. Já as orações de figura têm sempre a

ordem SV, podendo o sujeito estar elíptico, já que é característica das orações de figura a topicalidade intrínseca do sujeito. Terminada a descrição do gado de leite, o falante passa a descrever o gado de corte, seguindo a mesma estruturação: não necessidade de cuidados por ser uma animal mais forte e tipos de raças.

Na descrição, o aspecto perfectivo/imperfectivo não distingue orações de figura e de fundo uma vez que, como podemos notar pelo exemplo acima, todas as sentenças apresentam o aspecto imperfectivo. Os verbos não são punctuais, mas durativos. O que diferencia as orações de figura das de fundo é a estruturação gramatical: as de figura têm a ordem SV (Sujeito+lig+predicativo) e o grau de transitividade mais alto (três) enquanto as de fundo apresentam frequentemente a ordem VS ou uma construção passiva, que, como se viu no capítulo anterior, conserva a ordem normal do fluxo de atenção Origem-Meta, já que apresenta o argumento absoluto na sua posição normal, pós-verbal. Apresenta também, de certo modo, a ordem VS (verbo-argumento) (cf. Anexo 2).

Outro tipo de texto que cabe analisar é o dissertativo. Mediante esse tipo de discurso procede-se a reflexões sobre coisas, explicitam-se opiniões, e se manifesta sobretudo intenção de fazer com que o interlocutor acate opiniões, pondo-se, desse modo, a favor das considerações argumentadas. Comentar sobre algo significa, de alguma maneira, enunciar juízos de valor, para atingir com isso o interlocutor. A correta apresentação de idéias e conclusões, a progressão entre as premissas que fundamentam o argumento e a conclusão são fatores decisivos do texto dissertativo. Na construção de um discurso desse tipo, o sujeito deve ad-

mitir, em princípio, uma premissa ou uma afirmação da qual também compartilha o interlocutor, com consolidada aceitabilidade. Dessa afirmação o locutor passa a construir o seu raciocínio, que, evidentemente, deve mostrar os passos lógicos, isto é, bem argumentados e fundamentados, e chegar à conclusão final com a qual deve concordar o interlocutor. A dissertação converte para a atemporalidade porque é um discurso de reflexão sobre coisas, acontecimentos ou fatos. Em contraste com o narrativo, em que há progressão de eventos, e com o descritivo, em que a progressão é de predicados, o texto dissertativo progride através da apresentação de idéias, que dão a linha mestra, constituindo assim a porção de figura, sendo o restante fundo, o material que substantia o discurso.

A título de exemplificação, observe-se o seguinte trecho dissertativo, em que se destacam orações de figura em *italico*:

(3) *Doc.* e você acha que o teatro atualmente é bem aceito?... pra que tipo de público caso ele seja?

Int. olha o negócio é o seguinte teatro... é e não é bem aceito... depende... éh:: por exemplo... tem peças...que são autênticas PORcarias... éh lixos do do do teatro de todo mundo são apresentados aqui *fazem sucesso e agradam...* outras ao contrário fazem um sucesso... enorme em tudo quanto é capital da::...da Europa::... faz sucesso na América... em tudo quanto é canto do mundo e *chega aqui no Brasil...* não

agrada ou então:: sei lá::: depende do público da das pessoas que estão assistindo

(DID, no.161, p.44)

A linha discursiva é no *Brasil*, *lixos fazem sucesso e agradam enquanto outras peças boas não agradam*. Para construir seu discurso, o falante parte do pressuposto de que o sucesso das peças de teatro é relativo. Isso ele coloca usando uma passiva - *teatro é e não é bem aceito*. Introduz um subtópico utilizando uma oração existencial - *tem peças que são autênticas porcarias* - e só avança o discurso com orações transitivas - *fazem sucesso* - ou intransitivas não-existenciais - *chegam aqui no Brasil, agradam e não agradam*. Outras informações contidas nas demais orações são suporte para a linha discursiva que enriquecem a argumentação, mas não movem o discurso para a frente.

O recurso utilizado para distinguir aqui orações de figura e fundo não é a ordem cronológica real dos eventos, mas o grau de transitividade das orações. As orações mais transitivas (grau quatro para a primeira e três para as outras) compõem figura e as menos transitivas (variando entre um e três graus na escala) constituem fundo. Os fatores pertinentes são: número de participantes e cinese, não sendo decisivos aspecto e punctualidade (cf. Anexo 3).

Vejamos um outro exemplo:

(4) L₁ ai o sistema que faz a raça humana se desenvolver né? é muito perfeito... não porque você percebe esses sistemas noutras espécies e raças né?

L₂ ahn

L₁ você já leu alguma vez que tem aquela ()

L₂ lemingue?

L₁ é está muito sujo... muita população... vai milhões para o mar e::

L₂ se joga todo mundo

L₁ morre afogado... então é o esquema... de... sobrevivência da espécie no fundo né? automático... . sei lá como é que se dá talvez por seleção natural né?

L₂ uhn uhn

L₁ então os homens ainda estão num esquema bem bo-lado... que não foram eles que criaram mas... deixa eles irem para a frente...

(D₂, no.343, p.52)

O falante, nesse exemplo, toma por pressuposto o fato de que o sistema humano é perfeito, havendo, todavia, outras espécies que também têm um sistema assim. Sua linha argumentativa é *há outras espécies com sistema perfeito*, constituindo o restante do texto puro suporte para seu argumento. Inclusive a narrativa apresentada funciona como fundo para a argumentação, ainda que ela própria contenha orações em função de figura e fundo. O locutor inicia, introduzindo o tópico através de uma oração estativa com verbo *ser* - *aí o sistema que faz a raça humana se desenvolver né? é muito perfeito* - e fecha o discurso com uma outra estativa com verbo *estar* - *então os homens ainda estão num esquema bem bo-lado*. A oração de figura, por seu lado, é constituída por um verbo de processo e tem a ordem SVO (sujeito-verbo-objeto).

Aqui também o aspecto e a punctualidade do verbo não contribuem para distinguir figura e fundo, função exercida por

outros parâmetros definidores do grau de transitividade: as de figura variam entre três e seis, o que implica o grau mais alto de transitividade no texto, enquanto as de fundo ficam entre um e quatro, o grau mais baixo de transitividade (cf. Anexo 4).

A análise dos dados indicam que Hopper e Thompson (1980) têm razão de sobra por considerarem que um traço apenas não responde pela distinção figura/fundo, mas um conjunto deles. É esse conjunto de traços que determina também o grau relativo da sentença na escala de transitividade: quanto mais alto o grau de uma sentença na escala de transitividade, tanto mais será figura. Além disso, o grau mais alto de transitividade num texto será o de um oração de figura, de modo que nenhuma sentença de fundo a sobrepuje. Há realmente, como se vê, uma alta correlação entre relevo e grau de transitividade de uma sentença.

Sentenças de figura não precisam necessariamente ter alto grau de transitividade; o que realmente define sua função é o grau relativo de transitividade. A narrativa caracteriza-se, assim, por ter sentenças altamente transitivas, com variação entre três e oito graus na escala. Já a descrição, por sua própria natureza, contém sentenças de baixa transitividade, com graus entre dois e três, e a dissertação, entre um e cinco. (cf. anexos 1, 2, 3 e 4). Quer-se chamar a atenção aqui é para o fato de que, na narração, as sentenças de figura são as mais altas, não tendo nenhuma de fundo que as ultrapasse; na descrição, apesar da baixa transitividade, as sentenças de figura são também as mais altas (três), não havendo nenhuma de fundo com grau acima; o mesmo se pode observar na dissertação, as de figura variam de quatro a seis e as de fundo, de dois a três. Assim, qualquer que seja o

grau relativo de transitividade das sentenças nos três tipos de textos analisados - narrativo, descritivo e dissertativo - as sentenças de figura representam sempre grau maior que as de fundo. Queramos deixar claro com isso que, apesar das diferenças, é possível detectar as características específicas de cada gênero em termos de relevo discursivo.

A análise do relevo discursivo mostra que, além do grau de transitividade, a distribuição de orações de figura/fundo está obviamente relacionada ao tipo de verbo. Com verbos de dois lugares (V2) predominam, assim, orações de figura (66,6%), com os verbos de um lugar não-existencial (V1~e), predominam, por pequena margem (52,2%), sentenças de figura e, nos de um lugar existencial (V1e), predominam as de fundo (80,2%), conforme mostra a tabela abaixo:

	Ordem	Figura	Fundo
V2	SV0	66,6%	33,4%
V1~e	SV	52,2%	47,7%
V1e	VS	19,7%	80,2%

Tabela 6.1 - Tipo de verbo, ordem e relação figura/fundo

Como ficou demonstrado no capítulo 2, V2 e V1~e constituem estrutura de ordem SV(0) e V1e, de ordem VS, cada qual configurando respectivamente os padrões acusativo e ergativo do português. O capítulo anterior mostra que estruturas sentenciais de ordem VS constituem unicamente comentário. Estruturas sentenciais

de ordem SV(O) apresentam, por outro lado, relação tópico/comentário estável, um sujeito (o ponto de partida do fluxo de atenção e o ponto de vista lingüísticos), e um predicado.

Postulamos, conseqüentemente, que no português a ordem dos argumentos nucleares do verbo, sintetizando um conjunto de traços, constitui um dos recursos gramaticais utilizados para indicar o relevo discursivo.

De acordo com os objetivos deste trabalho, consideramos como porção de **figura** as orações que apresentam as seguintes características: 1. constituem a linha principal de progressão do discurso, apresentando, então, uma ordem lógica, não necessariamente cronológica, como na narrativa; 2. conservam o mesmo sujeito, introduzindo material novo no predicado; 3. mantêm a continuidade de tópico; 4. mostram dinamicidade; 4. apresentam normalmente a ordem SV(O). Como porção de **fundo** entendem-se as sentenças com as seguintes características: 1. podem estar em qualquer lugar do discurso, sem obedecer a uma ordem lógica; 2. contribuem para a montagem do cenário, ou melhor, dão suporte para o desenvolvimento discursivo, ampliando ou comentando sua linha principal; 3. possibilitam mudança de tópico e introdução de informação nova, assim como alterações freqüentes de sujeito; 4. indicam situações descritivas e estáticas e aspecto imperfectivo; 5. muito freqüentemente, apresentam a ordem VS; 6. indicam, enfim, estado ou situação necessários para o entendimento de motivos e atitudes do falante.

3. A função da ordem SV(O) na estruturação do discurso

Em virtude de apresentar tanto o ponto de partida, o tópico, a informação velha quanto o comentário, a informação nova, a ordem SV(O) contribui para a progressão do discurso: fornecendo-lhe a linha principal de desenvolvimento, move-o para a frente. E, mais empregado, portanto, na porção de figura do discurso. Um exemplo claro do papel de figura que desempenha a ordem SVO é o seguinte:

(5) Inf. ... foi perdido...o pouco de café que nós tínhamos... o mato já tinha tomado conta... então:: *o velho se aborreceu...e:: vendeu a fazenda nessa ocasião quando então ele mudou-se para Santos... onde vive até hoje...*

(DID, no. 208, p.92)

Nesse texto, em que o falante narra uma parte da sua vida, observa-se que, para fazer progredir o discurso, usa três orações com a ordem SV(O), conservando o mesmo sujeito/tópico (o velho), e como fundo, ele emprega a voz passiva - *foi perdido o pouco de café que nós tínhamos* - e uma oração imperfectiva, com outro sujeito - *o mato já tinha tomado conta*.

A ordem SVO apresenta sempre um sujeito que, se não é agente, é pelo menos humano ou animado e, por isso mesmo, é o tópico, o pressuposto. Dificilmente é o sujeito o elemento novo da sentença, já que discursos tendem a falar sobre seres humanos - de acordo com a tendência antropocêntrica do homem. O grau mínimo de transitividade que apresenta é três, numa escala de zero a dez.

As sentenças SV(O) possíveis, em função de fundo, apresentam alguns dos seguintes traços ou confluência deles: o verbo é de estado, o argumento é não-agente, o aspecto é imperfectivo e/ou iterativo, o acontecimento é negado ou ainda irreal ou possível. Em suma, quando apresentar mais características de sentença não-transitiva, ou seja, com grau baixo de transitividade, essa estrutura será fundo.

(6) Li ...certo *você faz uma coisa não sabe fazer outra a outra ... o outro não sabe fazer essa coisa... e não sabe fazer outra...* mas todo mundo estando ligado funciona... agora pifa uma máquina... uma peça que *você não sabe repor... não sabe trocar...* Como é que fica?

(D₂, no.343, p.40)

As orações em itálico representam fundo, mas como é possível notar, apesar de o verbo ser de ação e o argumento agente, o aspecto é, em todas, imperfectivo, a punctualidade é zero, a polaridade é negativa na maioria delas, e os Os são não-individuados e não-afetados. Essas propriedades causam baixo grau de transitividade, entre quatro e cinco.

4. A função da ordem VS na estruturação do discurso

Conforme já foi demonstrado no capítulo anterior, a ordem VS não define um ponto de partida lingüístico coincidindo com o ponto de vista, ou seja, não dispõe de sujeito. Pode dispor, entretanto, de um tópico sentencial explícito (o ponto de partida

do fluxo de atenção lingüístico) como também constituir sentença de tópico discursivo ou extralingüístico. O tópico discursivo pode ser do tipo catafórico com frase-comentário de natureza apresentacional, por introduzir um novo tópico - função já muito discutida na literatura (cf. Votre & Naro, 1986). Pode ser do tipo anafórico³, em casos restritos de orações existenciais com verbo *ser*. Essas construções nem sempre são apresentacionais, exercendo aí uma outra função, que discutiremos mais adiante.

Quando apresentacionais, as construções VS introduzem um novo tópico ou elemento novo no discurso, que pode tanto fornecer material de suporte, quanto ser abandonado, servindo meramente para montar o cenário para o desenvolvimento do discurso. Para ilustrar o primeiro caso, observe-se o seguinte texto:

(7) *existe uma ... retenção de moeda uma demanda de moeda por motivo transação ... existe uma demanda de moeda por motivo precaução...* esses dois tipos de demanda de moeda já foram discutidos pelos clássicos pelos economistas clássicos.

(EF, no.338, p.28)

As duas sentenças com *existir* exercem a função de apresentar o novo tópico - os dois tipos de retenção de moeda - que passará a ser discutido pelo falante.

Já o exemplo seguinte mostra o uso da ordem VS como mera parte do cenário discursivo:

³ Entende-se aqui por catafórico o elemento referencial que remete ao que segue e, por anafórico, o elemento referencial que remete ao que precede.

- (8) L₁ ...e:: eu não fiz por falta de tempo porque eu me casei no:: tercei/ no no terceiro ano...de faculdade e daí logo vieram as gêmeas e eu não:: ...fiz...a Orientação no quarto ano porque a carga horária era muito grande...sabe? então eu ...

(D₂, no.360, p.176)

Nesse caso, deve-se interpretar a oração VS como um tipo de comentário marginal em relação ao fluxo principal do discurso, razão por que é logo abandonada a entidade por ela introduzida - as gêmeas - servindo apenas como pano de fundo para a linha principal do discurso.

Enfocando as orações apresentacionais/existenciais com *ter* e *ser*, afirma Ferrari (1990) que essas construções são funcionalmente motivadas, já que introduzem sempre uma informação nova no discurso. As orações existenciais com *ter* introduzem novos membros de uma dada classe, enquanto as com *ser* apresentam novas propriedades de dados membros/classes. *Ser* também é escolhido quando se indicam novas propriedades qualitativas ou quando relaciona algum efeito produzido pelo dado membro/classe. Cita o seguinte exemplo de *ter* apresentacional:

- (9) *tem falta tem pênalti tem lateral*

Como exemplo do primeiro caso de *ser*, coloca:

- (10) *Aí cê dá a comidinha pra quem?*
pra boneca lá que minha irmã tem
é uma boneca de olhos azuis, lourinha

e do segundo caso:

- (11) *na hora que ele roi chutar.*

*ele errou a bola,
a bola foi pra trás,
aí foi gol*

Há, no corpus analisado, exemplos de *ser* existencial com valor apresentacional, indicando novas propriedades qualitativas:

- (12) Inf. uhn:: não me lembro viu?...não me lembro...
agora...o::também houve uma época em que se
costumava fazer... plantar árvores que::enco-
brissessem o café...então era o:: chamado café
coberto...plantar por exemplo...ingá...prá
cobrir o café porque...

(DID, no.18, p.20)

- (13) Inf....o pessoal assiste televisão... você vê co-
mentado os programas de domingo... em todos os
locais...é o Fantástico é o Silvio Santos e
Todo mundo assiste...e o pessoal diz...

(DID, no.234, p.116)

As orações existenciais com verbo *ser* nem sempre são apresentacionais, nos termos da função já mencionada de introduzir informação nova no discurso. Podem, ao contrário, ter por função finalizar um tópico, indicando que o discurso acabou e que o interlocutor pode, por sua vez, assumir o turno conversacional. Têm, portanto, função de coda, conforme mencionada primeiramente por Labov (1978, p.365): *There are also free clauses to be found at the ends of narratives; (...) This clause forms the coda. It is one of the many options open to the narrator for signalling*

that the narrative is finished. (...) Coda may also contain general observations or show the effects of the events on the narrator (...).

A coda geralmente indica o fim de um turno de fala, ela dá ao ouvinte uma sensação de satisfação e completude, ou seja, indica que o tópico ou subtópico está encerrado. Tem ainda a propriedade de fazer a ligação entre o momento do início e fim da narrativa e o presente da enunciação, trazendo narrador e ouvinte de volta ao ponto de início da narrativa. Observe-se, a título de exemplificação, a seguinte narrativa extraída do corpus:

- (14) Inf ...por exemplo uma hora deu um tumulto no aeroporto...porque nós precisávamos dum ônibus urbano para fazer uma das cenas do filme...e pedimos começamos a pe/ a pegar pessoas da rua::a...que estavam ali no momento...pra participarem da cena dentro dum ônibus que nós havíamos conseguido da empresa...e todo mundo queria participar daquele jeito o ônibus ia ficar MAIS que superlotado porque todo mundo queria aparecer((riu))...e o pior não é isso o pior é que todo mundo queria aparecer na janelinha fazendo tchau e alô papai alô mamãe o que o que era pior ainda né?... então tem esses problemas que nós tínhamos que enfrentar que o cinema profissional não tinha... mas valeu porque::foi uma diversão fora do comum um negócio muito bacana....

A frase grifada é uma sentença independente que fecha o tópico do discurso, encerra a narração e indica que o interlocutor pode assumir a palavra, já que ambos os participantes estão de volta ao ponto de início da narrativa.

Ao tratar da ordem VS, Pontes (1982, p. 108) aborda casos com verbo *ser*, considerando haver omissão de um pronome anafórico que se refere a fatos narrados no discurso antecedente. Embora não haja qualquer pronome antes, a sentença se refere, mesmo assim, ao discurso anterior. Nesses casos, segundo a autora, para entender a que se referem as orações iniciadas pelo verbo *ser*, é necessário reportar-se às sentenças ou parágrafos anteriores. E não há nenhum substantivo ou pronome explícito que possa ter sido suprimido. É difícil portanto falar em elipse do sujeito, pelo menos do ponto de vista sintático. São casos como esses que tornam impossível separar sintaxe e discurso. A interpretação das sentenças é nitidamente condicionada pelo contexto pragmático ou discursivo e não apenas por fatores de natureza semântica e sintática. Como exemplo coloca os seguintes entre outros:

(15) Era sem dúvida um progresso.

(16) E foi (isso) exatamente o que o presidente J.F. começou a fazer.

(17) É um bom negócio

(18) (estas) São manifestações encorajadoras

Todos os exemplos citados por Pontes nada mais são que frases existenciais com verbo *ser*, em função de coda, com todas as características mencionadas por Labov.

Ao tratar das sentenças clivadas no português falado do Brasil, Braga (1989) observa que algumas delas exercem essa função ao fechar um subtópico, conforme o exemplo abaixo:

(19) I: O que você quer?

E: O que eu quero? Eu quero continuar estudando, sabe? Se der pra me formar, tudo bem, né? Se não der, eu ir arranjar uma coisa melhor pra mim viver minha vida, eu sozinha sabe? Sem tá~~ sem ter que morar na casa dos outros. É isso que eu quero .

E: [hmm]

E: Os homens são sempre machões?

Está claro que sentenças que exercem essa função constituem uma subclasse das construções existenciais de que vem tratando este trabalho. E, com efeito, a análise do corpus do Projeto da Norma Urbana Culta de São Paulo, mostra haver alguns casos de coda que encerram não narrativas propriamente ditas, mas subtópicos discursivos, observáveis nos exemplos abaixo:

(20) L1 é uma coisa e outra... e agora vão dois para a escola mas... têm atividades extras...

L2 uhn uhn

L1 então é um corre corre realmente não é?

(D2, no.360, p.140)

Nesse diálogo, a frase em *itálico* indica o fechamento do sub-tópico - a atividade diária do falante -, mostrando que, tendo-se esgotado o assunto, o falante considera encerrado o dis-

curso, ritual comum de troca de turno conversacional.

- (21) Inf....aquilo deve ser cansativo horroROso depois quando vai (a/ a/) encenar eu acho que o pessoal já está sabendo mais do que de cor eu tenho a impressão que é um trabalho árduo é uma luta tremenda né?

(D1D, no.234, p.108)

O falante encerra, nesse caso, discussão sobre a elaboração de uma peça de teatro, emitindo, com a coda, sua opinião.

- (22) Inf. PReferivelmente batatas fritas né?...ou então pode ser também::o bife::a cavalo com ovo né?...ou então...o bife com::salada...são os três tipos...de acompanhamento para o meu coitado do meu bife((riu))...

(D1D, no.235, p.132)

Aqui o locutor, com a sentença em itálico, finaliza a descrição do subtópico - acompanhamentos de seu bife - questionado pelo documentador, passando-lhe, então, o turno conversacional.

A função de introduzir ou encerrar tópicos, própria da ordem VS, dá ao falante material para sustentar, ampliar ou comentar a linha principal do discurso. Tais orações constituem, em outros termos, orações de fundo, cujo grau de transitividade é, no máximo, três. Contribuem para a descrição ou montagem do cenário com base no qual se elabora o discurso.

A ordem VS exibe sempre um argumento neutro ou paciente, geralmente terceira pessoa, não-humano e novo, apresentando, por isso, sempre variação de tópico. O grau máximo de transitividade que apresenta é três numa escala de zero a dez.

Observações anteriores já demonstraram que orações VS representam fundo em 80,2% das ocorrências, restando apenas 19,7% para representar figura. Todos os exemplos acima correspondem a orações de fundo uma vez que, apresentando ou encerrando um tópico, não contribuem para a progressão discursiva, apenas o suprem com novas informações.

Curiosamente há casos em que, ao invés de dar suporte à linha do discurso, as orações existenciais contribuem para seu desenvolvimento progressivo.

(23) *Inf. evoluir evoluiu...evoluiu muito o teatro principalmente no Brasil... mas::s ainda falta muita coisa... tem muita coisa a desejar... primeiro...primeiro passo existem pouQUÍ::ssímos teatros... principalmente em São Paulo mas pouQUÍ::ssímos mesmo...*

(DID, no.161, p.52)

A função não natural de representar figura, na sentença destacada em itálico, foi possível graças ao recurso próprio também do português, de inserir um elemento que previne o interlocutor de que é figura a sentença seguinte. Esse elemento, no caso em questão, é introdutor de itens, como *primeiro passo*, que dá ao interlocutor a certeza de que haverá outros, ou seja, previne-o de que a sentença seguinte é figura. As outras orações existenciais do exemplo exercem a função normal de fundo - *ainda falta*

muita coisa e tem muita coisa a desejar - somente aquela se torna figura, por ser introduzida por um elemento específico.

5. A função da frase-comentário na estruturação do discurso

Nos capítulos anteriores mostrou-se que há outras construções em português com as mesmas características das construções existenciais, seja em relação à estrutura gramatical - verbos periféricos e presença do argumento absolutivo, em prejuízo do sujeito ativo - ou em relação ao fluxo de atenção - orações constituídas só de comentário. São construções que recebem diversas denominações, desde as mais tradicionais, como sentenças com sujeito indeterminado e passiva sintética, quanto as mais modernas, como comentário de ambientes (cf. Berman, 1980) e anteposição do verbo (V-fronting) (cf. Tarallo e Kato, 1989).

A análise de tais estruturas, em termos de relevo discursivo, demonstra que desempenham inevitavelmente o mesmo papel discursivo das construções existenciais, qual seja, fundo.

As construções de sujeito indeterminado revelam uma frequência percentual de 11,1% de orações de figura e 88,8% orações de fundo. Confira o exemplo:

- (24) *1.2 eu estou brigado com o telefone porque eu estou há um ano que eu me mudei... e até agora não consegui a transferência do telefone para minha casa...já me prometeram para maio para julho para agosto... agora está prometido para março...*

A oração em itálico é fundo, ou melhor, complementa, comenta a informação emitida pela oração de figura - e até agora não consegui a transferência do telefone para minha casa. Essa é a função da maioria das orações com sujeito indeterminado que, pressupondo sempre o fato de não ser o agente responsável pela ação expressa no predicado o mesmo da oração anterior, rompem, assim, a continuidade tópica, que caracteriza as orações de figura.

Outra estrutura semelhante às existenciais é a passiva pronominal que, constituída somente de argumento absolutivo e verbo em posição inicial, caracteriza-se como frase-comentário, por apresentar só o ponto final do fluxo de atenção. Tais orações são figura em 43,4% das ocorrências e 56,5%, fundo. Sua função natural, não-marcada é fundo, como podemos notar no exemplo seguinte:

- (25) *Inf. ... quer dizer há línguas semitas que têm uma outra estrutura uma estrutura em que há ... ahn... formas vazias triliterais...são sempre consoantes... e as vogais são representadas por pontos... vocês sabem que ninguém conhece o nome de Deus... diz-se...Iavé... Jeová... mas é o correspondente ao... na nossa ...no nosso alfabeto a um i...ao h e a um v...*

(EF, no.124, p.66)

A oração em itálico é apenas um comentário suplementar, uma informação secundária que, embora enriqueça o discurso, em nada contribui para sua progressão. É essa a principal função da passiva pronominal. O exemplo a seguir dessa estrutura funcionan-

do como figura mostra que ela constitui realmente um caso especial, numa situação discursiva muito específica:

(26) L1 ...então pegava-se uma...uma placa ali daquela casimira da mesma cor... adaptava-se perfeitamente...por baixo o desenho com desenho...e comprava-se uma tela de borracha...que era p/impermeabilizar para impermeabilizar a rerida...

Doc sei...

L1 então...cortava-se um pedaço dessa bo/dessa tela de borracha do mesmo tamanho do remendo... e fazia-se um furo correspondente ao furo da::...

L2 do rasgão

L1 o furo do rasgão...BEH exatamente... e punha-se o ferro quente em cima...então aquilo colava... e não aparecia o remendo...

(D2, no.396, p.224)

O locutor descreve, nesse texto, como se fazia antigamente para recuperar uma roupa rasgada. O que se tem aí é uma narração, já que há recuperação de um evento numa ordenação temporal. Como, no entanto, o falante pretende descrever uma série de ações efetuadas no passado, desenvolve a recuperação no aspecto imperfectivo, ou mais especificamente, no iterativo, tempo que exerce comumente essa função aspectual. As orações de figura apresentam, desse modo, tanto características de figura como de fundo, e, ao exhibir, no máximo, transitividade de grau cinco, situam-se exatamente no meio da escala. É esse um uso não natural da passiva pronominal.

Os casos de anteposição de verbo, denominados também *V-Fronting*, pelos formalistas, desempenham a função de fundo discursivo, com uma frequência de 76,9% , sendo a minoria, 23%, figura. Apesar de o argumento não ser paciente ou neutro (Meta), ele constitui com o verbo uma unidade, como se estivessem fundidos, o que leva o argumento não-paciente a ser naturalmente interpretado como parte do predicado. Essa unidade complexa constitui um todo informacional, sendo, denominada, por isso, frase-comentário, com função de fundo discursivo, como atesta o exemplo seguinte:

(27) L₂ ...ela estava contando assim...que uma vez um dos médicos ficou com uma dor no não sei do quê...dor de estômago e tal...falou "ah vamos chamar os pajés né?" aí vieram três pajés e ficaram duas horas suan::ido ali em cima... mas fazendo os maiores estardalha::ços e tal acabaram tirando::...(acho que) uma pena uma pena de passarinho uma galinha...um negócio assim...pronto sarou...

(D2, no.130, p.36)

A oração em itálico é um comentário adicional, que não contribui para a progressão do discurso, tarefa própria das orações de figura que compõem a linha narrativa: o *médico ficou doente, chamaram os pajés, eles tiraram uma pena de galinha e o médico sarou*. Dizer que os pajés vieram é somente armar o cenário para continuar a narrativa.

Há que se observar, no entanto que, tendo grau de transitividade superior a três, a sentença constitui figura e não

fundo, como indica o seguinte exemplo:

(28) L₁ você já leu alguma vez que tem aquela ()

L₂ lemingue?

L₁ é está muito sujo... muita população... vai milhões para o mar e::

L₂ se joga todo mundo

L₁ morre afogado... então é o esquema... de... sobrevivência da espécie no fundo né? automático... sei lá como é que se dê talvez por seleção natural né?

(D2, no.343, p.52)

As sentenças *vai milhões para o mar* e *se joga todo mundo* são estruturas VS em função de figura, nem por isso, entretanto, deixam de ser frase-comentário, já que não havendo relação sujeito/predicado explícita, a informação é dada globalmente. O alto grau de transitividade para uma sentença VS (cinco), justifica-se no fato de não haver aqui orações com verbo existencial, predominando verbo de movimento e argumento posposto ou, nos termos de Tarallo e Kato, antecipação do verbo.

Para concluir, uma linha horizontal permite visualizar mais adequadamente a relação que existe entre ordem dos constituintes e relevo. À esquerda encontram-se as orações de figura e à direita as de fundo. Observa-se uma clara correlação entre figura, alto grau de transitividade, ordem SVO, topicalidade e agentividade/humanidade, por um lado e, fundo, baixa transitividade, ordem VS, novidade e não animacidade, por outro:

1a. 2a. 3a. pessoas	+hum	+ani	-hum	-ani	concreto	abstrato
+ topicalidade						-topicalidade
+ transitividade						-transitividade
SV(0)						VS
figura						fundo

Pode-se afirmar, conclusivamente, que o esquema acima de distribuição de funções e propriedades só vem confirmar, com um dado adicional, referente ao português falado, a Hipótese da Transitividade de Hopper & Thompson (1980), aplicável a uma grande diversidade de outras línguas do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das propostas mais significativas deste trabalho foi empreender uma descrição mais adequada da questão da ordem de constituintes na estrutura sentencial do português falado, relacionando dados empíricos a bases teóricas de natureza funcionalista, tendo sempre em mira os níveis pragmático, semântico e gramatical que constituem as três dimensões necessárias no processo de produção e interpretação da linguagem.

No nível gramatical, demonstramos a inadequação dos estudos de ordem disponíveis, principalmente os que abordam a sequência VS, por não considerarem uma distinção relevante entre os verbos de um único argumento. Incluí-los numa única classe conduz a descrições pouco condizentes com os dados reais e a afirmações equivocadas, como a de que a ordem VS é uma ordem marcada e pouco freqüente. Há, na verdade, três classes de verbos nucleares no português: verbos de dois lugares, ou seja, verbos com dois argumentos nucleares (V2), que podem ser de ação, processo e estado; verbos de um único argumento nuclear não-existenciais (V1^{ne}) de ação, processo ou estado; e verbos de um único lugar existenciais (V1^e), de estado ou processo, que indicam a existência positiva ou negativa de uma entidade. E, conseqüentemente, equivocado classificar o português como uma língua SV(0), pois os dados empíricos mostram haver duas ordens predominantes de acordo com o tipo de verbo: SV(0), com verbos transitivos e intransitivos não existenciais, e VS, com intransitivos existenciais. A cada uma dessas seqüências corresponde um padrão de construção: a ordem

SV(U) marca o padrão nominativo, enquanto a VS indica o ergativo, tendo cada um funções específicas dentro da língua.

Semanticamente, no padrão nominativo, a categoria S dos verbos de dois lugares e dos verbos não-existenciais (St e Sipré) é representada por um argumento ativo, no sentido de que participa de alguma forma da atividade verbal, ocupando geralmente uma posição alta na escala de animacidade; é anteposto ao verbo e, normalmente, o tópico da comunicação. O objeto, por sua vez, é o elemento inativo ou afetado pela atividade verbal, ocupando, por isso mesmo, posição baixa na escala de animacidade; coloca-se depois do verbo, introduzindo o elemento novo. O padrão ergativo caracteriza-se por ter o único argumento do verbo intransitivo existencial, o SiPós, com os mesmos traços do objeto transitivo, com o qual constitui a classe dos absolutivos. Além dessas construções ergativas, de base paradigmático-identificacional, o português apresenta construções também sintagmaticamente ergativas, em que o argumento sujeito, apesar da posição pré-verbal, é um absolutivo, já que é inativo (paciente ou neutro).

De uma perspectiva pragmática, cada um desses padrões apresenta diferentes características funcionais dentro da sentença. O nominativo, ou SV(U), representa um fluxo de atenção que se desenvolve de um ponto de partida e de um ponto de vista (sujeito) para um ponto de chegada (objeto). Apresenta um tópico e um comentário bem nitidos, que coincidem com o sujeito e o predicado. Essa estrutura contribui para a continuidade tópica, pois retém o tópico, sendo a progressão discursiva efetivada mediante o predicado. Já a estrutura VS, ou ergativa, não apresenta um ponto de vista (sujeito), mas somente o predicado, representando a in-

formação que deve ser partilhada com o interlocutor. Constitui uma frase-comentário que não apresenta continuidade tópica; pelo contrário, essa estrutura tem geralmente função apresentacional, e mais restritamente de coda.

O tópico deve ser definido como o ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico, sendo sempre, por isso, o elemento mais à esquerda da oração, que pode ou não coincidir com o sujeito nas estruturas SV(O). Nas estruturas VS não há nunca coincidência entre tópico e o SN posposto. O tópico é uma função discursiva pura, que coincide, algumas vezes, com algum elemento que tem função gramatical.

Além da relação tópico/comentário, há outra função discursiva, representada pelo antitópico, que é semelhante ao tópico, no sentido de que estabelece um esquema dentro do qual a predicação principal se mantém, mas dele se diferencia, no sentido de que não sendo o ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico, não se coloca à esquerda da sentença; coloca-se, ao contrário, sempre à direita da oração, com a função de esclarecer a que se refere a predicação principal.

A importância das duas ordens e dos dois padrões descritos do português não fica restrita ao nível da descrição sentencial. Essas construções têm papéis bem definidos na estruturação do discurso. A ordem SV(O), ou construção nominativa, é responsável pela progressão discursiva, uma vez que, mantendo o mesmo tópico, faz o discurso progredir com as informações novas colocadas no predicado. Normalmente são, portanto, orações de figura, já que referenciam objetivamente os fatos que compõem o evento. A função discursiva da ordem VS, ou padrão ergativo, por

outro lado, é montar o cenário para o desenvolvimento do discurso, seja apresentando elementos novos ou "cerrando a cortina", quando o falante dá por terminado o discurso (função de coda). Constituem, desse modo, orações de fundo. São também frequentemente orações de fundo as construções que compartilham com a estrutura VS a posição inicial do verbo: sujeito indeterminado, passiva sintética, comentários de ambientes e estruturas V-*fronting*.

Há, por conseguinte, uma correlação bem explícita na escala hierárquica de animacidade entre, por um lado, as propriedades agentividade, transitividade, topicalidade, figuratividade e ordem SV(O) e, por outro, entre as propriedades não-animacidade, intransitividade, não-topicalidade, orações de fundo e ordem VS. Essa proporcionalidade correlacional fornece evidência para a hipótese da transitividade de Hopper & Thompson (1980), nos dados do português falado.

A nominatividade e a ergatividade não são fenômenos únicos e alternativos das línguas, ou dito em outros termos, uma língua não é necessariamente nominativa ou ergativa, mas todas possuem ambos os tipos de construções, cada qual servindo a propósitos definidos e distintos. Esse é, porém, um aspecto que merece estudos posteriores mais aprofundados que visem a demonstrar as similaridades e as diferenças entre os sistemas lingüísticos diversos.

A presente investigação cumpre, por assim dizer, seu programa teórico-metodológico, ajustando-se aos três princípios de adequação explanatória que, segundo Dik (1981), devem permear uma gramática de enfoque funcionalista - a adequação pragmática,

a psicológica e a tipológica.

Ajusta-se ao princípio da adequação pragmática, por um lado, porque revelou as propriedades das expressões lingüísticas em relação à descrição das regras que regem a interação verbal, demonstrando como o falante acomoda sua fala aos estados mentais do ouvinte, ou seja, como efetua o empacotamento da mensagem: essas regras de base discursiva se evidenciaram nas categorias de tópico, antitópico e nos aspectos funcionais vinculados à seleção de determinada estrutura sentencial em detrimento de outra. Ajusta-se a esse princípio, por outro lado, porque a descrição priorizou sempre o nível pragmático em relação ao semântico e ao sintático.

Ajusta-se ao princípio da adequação psicológica, porque demonstra a compatibilidade entre a descrição gramatical e hipóteses psicológicas do processamento lingüístico, em termos de princípios e estratégias que determinam a maneira como as expressões lingüísticas são percebidas, interpretadas, processadas, armazenadas, recuperadas e produzidas. Conceitos aqui desenvolvidos, como tópico e antitópico, têm muito a ver com o processamento mental de informação verbal e a recuperação de elementos, posteriormente julgadas imprescindíveis para o processo de comunicação. Acima de tudo, porém, a adequação psicológica ficou bem evidenciada na relação entre a estruturação estritamente sintático-semântica e o modo como a mente percebe e processa as unidades informacionais, e lhes dá relevância no processo de interação, sob a forma de figura e de fundo.

Ajusta-se, finalmente, ao princípio da adequação tipológica na medida em que procurou sempre explicar as similaridades

e diferenças que o português apresenta com outras línguas não indo-europeias como as línguas morfologicamente ergativas, assumindo, sobretudo, como um desafio, uma classificação tipológica inovadora para o português, que a inclui no rol das línguas de ergatividade cindida. Fica por fazer uma previsão diacrônica de natureza prospectiva: estaria o português passando por um processo francamente evolutivo em direção de um sistema ergativo? Nesse caso, a evolução apenas se completaria, considerando o fato de ter o português herdado inicialmente o sistema nominativo-acusativo do latim.

Entendemos ainda que os aspectos descritivos e funcionais do português, aqui apresentados, podem contribuir para a elaboração de uma gramática mais adequada da língua portuguesa, na medida em que esta seja capaz de estabelecer a relação necessária entre forma e significado, levando em conta categorias não exclusivamente sintáticas, nem exclusivamente sintático-semânticas, mas venha a correlacionar harmoniosamente as três dimensões constitutivas da linguagem. Acreditamos que, ao detectar duas formas sentenciais básicas do português e mostrar o relacionamento delas com seu significado semântico (verbos existenciais e não-existenciais, argumentos ativos e inativos, etc.) e pragmático/discursivo (estruturas de tópico/comentário e figura versus estruturas de comentário e fundo) este trabalho representa, no mínimo, uma tentativa bem intencionada de vincular a pesquisa científica a práticas de elaboração de gramáticas, tarefas até aqui realizadas sem muito diálogo entre gramáticos e pesquisadores.

Na medida em que forneça subsídios para a elaboração de uma gramática, o presente trabalho significa ainda uma contribuição, por modesta que seja, para a árdua tarefa de ensino do vernáculo, na medida em que simplifica e esclarece o emprego de cada estrutura. Tendo conhecimento do uso específico de cada construção e sua constituição, ao mesmo tempo categórica e funcional, o professor terá melhor condição e maior desenvoltura para ensiná-las. Esperamos ter demonstrado ainda que deve ser revista a gramática do português, ensinada nas escolas. Considerar apenas duas classes de verbos - transitivos e intransitivos - não permite uma descrição adequada da língua portuguesa, é preciso considerar os três tipos de verbos descritos. Além disso, considerar estruturas como *Vende-se alface* como passiva, sendo sujeito o argumento posposto, é violentar a concepção de sujeito dos falantes, já que esse argumento é caracteristicamente um absolutivo. O mesmo se pode dizer das construções ergativas com verbos existenciais.

Além de tudo isso, o ensino da língua materna, considerada em suas formas mais variadas de manifestação, pressupõe atividades de gramática derivadas do conhecimento intuitivo de que já se acha dotado o aluno. Algumas das formas mais elaboradas da modalidade escrita só são adquiridas se contrastadas com variantes orais próprias do aprendiz. Por conseguinte, mesmo o ensino da variedade padrão, em sua modalidade escrita, implica um conhecimento adequado das estruturas gramaticais próprias da modalidade escrita.

Acima de tudo, a pedagogia da língua materna deve levar em consideração ainda o nível discursivo, pois, como ficou demonstrado, as três dimensões da linguagem, gramatical, semântica

e pragmático/discursiva, estão estreitamente vinculadas, sendo mesmo, por vezes, inseparáveis. Tendo claramente em vista que as estruturas sintáticas desempenham funções específicas no discurso, sendo, por isso, marcadas por um conjunto determinado de características gramaticais, semânticas e discursivas, o professor poderá mostrá-las a seus alunos e detectar também suas dificuldades no uso de cada uma.

Silveira (1992) demonstra que o discurso veiculado na escola de 1o. e 2o. graus, produzido por falantes com formação de 3o. grau, que empregam com maior frequência orações de fundo, é dirigido a falantes cujo discurso se caracteriza, por sua vez, por uma frequência maior de orações de figura. Essa defasagem provoca mais uma falta de sintonia entre o discurso do professor e o dos alunos, principalmente, os de 1o. grau, de que resultam problemas tanto na recepção quanto na produção de textos. Na recepção, as dificuldades que ocorrem é a incompreensão dos enunciados de exercícios e de avaliações formais, da fala do professor e dos textos didáticos utilizados na escola. Na produção escrita, os problemas que ocorrem são de estruturação textual, devido à aquisição assistemática de estruturas lingüísticas específicas de fundo e o acoplamento delas ao eixo da figura.

Tendo definido, desse modo, as estruturas de frase mais frequentes no português e o papel de cada uma na constituição do discurso, este estudo contribui para o desenvolvimento em bases mais adequadas do ensino de língua portuguesa, na medida em que, tendo conhecimento do que seja relevo discursivo e de qual estrutura é mais propícia para funcionar como figura ou fundo, o aluno terá também maiores condições para produção e recepção de

texto, ou seja, terá um melhor desempenho lingüístico.

Há, ainda, uma última consideração para finalizar. Ao assumirmos o enfoque funcionalista para tratar do tema proposto, assumimos simultaneamente uma atitude nem discriminatória, nem excludente em relação a outros enfoques. Assumir o relativismo epistemológico significou considerar complementares, não alternativas, as diferentes abordagens do sistema lingüístico. Esse relativismo não isenta de possíveis críticas este trabalho. Muito pelo contrário, consideramos que defender uma idéia representa, para nós, abrir uma discussão em torno do objeto de estudo e criar, assim, um clima, sempre salutar, de debate, mola propulsora da atividade científica. Debate implica desacordo e, quando todos os pesquisadores concordarem plenamente a respeito dos múltiplos aspectos de sua atividade, então haverá um indício certo de que não vale mais a pena fazer ciência. Se atingimos, com este trabalho, um nível satisfatório de coerência entre teoria, dados empíricos e metodologia, acreditamos ter contribuído para o progresso dos estudos lingüísticos.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ANDRADE, Rosane de. Variação de ordem de constituintes em sentenças do português. *Estudos Lingüísticos* (GEL) (Campinas), v. 14, p.57-73, 1987.
- AZEVEDO, Milton. A ordem no sintagma nominal. Texto mimeografado, 1987.
- BARBOSA, Jerônimo Soares (1803). *Gramática filosofica da lingua portugueza*. 2. ed. Lisboa: Acad. Real de Sciencias, 1830.
- BENTIVOGLIO, Paola e BRAGA, Maria Luiza. Espanhol, Português e ordem de palavras. *Delta* (São Paulo), v. 4, n. 2, p.163-82, 1988.
- BERMAN, Ruth A. The case of an (S)VO language: subjectless constructions in modern hebrew. *Language* (Baltimore), v. 56, n. 4, p. 759-75, 1980.
- BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos lingüísticos*. São Paulo: Nacional, 1984.
- BORBA, Francisco da Silva (Coord.). *Dicionário Gramatical de verbos*. São Paulo: UNESP, 1990.
- BRAGA, Maria Luiza. Tópico e ordem vocabular. *Abralin*. v.6, p.174-88, 1984.
- _____. Construções de tópico e coesão. *Estudos Lingüísticos* (Araraquara) v. 13, p. 49-55, 1986a.
- _____. Construções de tópico de discurso. Relatório final do projeto subsidios sociolingüísticos do projeto censo à educação (FINEP). Rio de Janeiro, 1986b.

- _____. Ordem de palavras, status informacional e caráter definido do SN. *Estudos Lingüísticos* (Santos), v. 15, p.7-18, 1987.
- _____. Sentenças clivadas no português falado. (Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - UNESP - Campus de São José do Rio Preto . Comunicação no II Seminário Regional de Estudos Lingüísticos, 1989.
- CAMARA JUNIOR., Joaquim Mattoso. *Princípios de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Padrão, 1980.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira e PRETI, Dino (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. (Projeto NURC). São Paulo: T.A. Queiroz, 1986. v. I, II e III.
- CHAFE, Wallace L. Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics and point of view In: LI, Charles N. *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976.
- _____. *Significado e estrutura linguística*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos, 1979.
- CHAVES, Arlete Saddi. A ordem VS no português da fronteira. In: TARALLO, F. (Org.). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes, 1989. p. 65-79.
- COMRIE, Bernard. Review to Klimov's. Outline of a general theory of ergativity. *Lingua* (Amsterdam), v. 3, p.252-60, 1976.
- _____.Ergativity. In: LEHMANN, W.P. (ed.). *Syntactic Typology*. Austin: TX: University of Texas Press, 1978.

- COOREMAN, A., FOX, B. e GIVON, T. The discourse definition of ergativity. *Studies in Language* (Amsterdam/Philadelphia), v. 8, n. 1, p.1-34, 1984.
- DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Concordância Verbal, topicalização e posposição do sujeito. *Ensaaios de Linguística*. Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura. Fac. de Letras da UFMG. (Belo Horizonte) v. 5, n. 9, p. 9-48, 1983.
-
- _____. Construções de Tópicos em Português: uma abordagem diacrônica à luz do encaixamento no sistema pronominal: In: TARALLO, Fernando (Org.). *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas: Pontes, 1989.
- DE LANCEY, Scott. An interpretation of split ergativity and related patterns. *Language* (Baltimore), v. 57, n.3, p.626-57, 1981
- DIK, Simon C. *Functional Grammar*. Dordrecht/Cinnaminson: Foris Publications, 1981.
- DILLINGER, Mike. Forma e Função na lingüística. *Delta* (São Paulo), v.7, n. 1, p. 395-407, 1991.
- DIRVEN, René, FRIED, Vilén (Ed.). *Functionalism in linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987.
- DIXON, R.M.W. Ergativity. *Language* (Baltimore) v. 55, n. 1. p. 59-138, 1979.
-
- _____. Studies in ergativity, Introduction. *Lingua* (Amsterdam), v. 71, n. 1-4, 1987.
- DRYER, Matthew. SVO languages and the OV:VO typology. *J. Linguistics* (Great Britain), v. 27, p.443-82, 1991.

- DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- DU BOIS, John W. The discourse basis of ergativity. *Language* (Baltimore), v. 63, p.805-55, 1987.
- DUTRA, Rosália. The hybrid S-category in Brazilian portuguese: some implications for word order: *Studies in Language* (Philadelphia), v.11, n. 1, p. 163-80, 1987
- FERRARI, Lilian V. Distribution and function of word order variation in brazilian portuguese. *Journal of Pragmatics* (Noth-Holland) v. 14, p. 649-66, 1990.
- FILLMORE, Charles J. The case for case. In: BACH, E., HARMS, R.T. (Ed.) *Universals in linguistic theory*. New York: Holt, 1968, p. 1-88.
-
- _____ The case for case reopened. In COLE, Peter e SADOCK, J. M. *Syntax and Semantics*. v. 8. New York: Academic Press, 1977.
- FIRBAS, Jan - Some aspects of the czechoslovak approach to problems of functional sentence perspective. In: DANES, F. (Ed.) *Papers on Functional Sentence Perspective*. Prague: Academia Publishing House of the Czechoslovak Academy of Sciences, 1974.
- FRANCHI, Regina Céli Moraes Whitaker. *As construções ergativas: um estudo semântico e sintático*. Campinas, 1989. Dissertação (Mestrado em Lingüística)- Instituto de Estudos de Linguagem, UNICAMP.
- GIVON, Talmy. Topic, Pronoun and Grammatical Agreement. In: LI, Charles N. (Ed.) *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976.

- GREENBERG, Joseph H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: _____, (ed.). *Universals of language*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1963.
- GRUBER, Jeffrey S. *Lexical structures in syntax and semantics*. Amsterdam, North-Holland, 1976.
- GUILLAUME, Paul. *Psicologia da forma*. São Paulo: Nacional, 1966.
- HALLIDAY, M. A. K. Notes on transitivity and theme in English. Part I. *Journal of linguistics*, v.3, n. 1, p. 37-81, 1967; Part II. *Journal of linguistics*, v. 3, n. 1, p. 199-244, 1967
- _____. The place of "Functional Sentence Perspective" in the System of Linguistic description". In: DANES, F. (Ed.) *Papers on Functional Sentence Perspective*. Prague: Academia - Publishing House of the Czechoslovak Academy of Sciences, 1974.
- HOLISKY, Ann. The case of the intransitive subject in tsova-tush (Batisbi). *Lingua* (North-Holland), v. 71, p. 103-132, 1987.
- HOPPER, Paul. Aspect and foregrounding in discourse. In *Syntax and semantics*, v. 12: Discourse and syntax. GIVON, T.(Ed.), New York: Academic Press, 1979.
- HOPPER P.J., THOMPSON, S.A. Transitivity in grammar and discourse. *Language* (Baltimore), v. 56, n. 2, p. 251-99, 1980.
- JACKENDOFF, Ray. *Semantic interpretation in generative grammar*. Cambridge: The MIT Press, 1972.

KEENAN, Edward L. Towards a universal definition of "subject". In: LI, Charles N. (Org.) Subject and Topic . New York: Academic Press, 1976.

_____. Semantic correlates of the ergative/absolutive distinction. Linguistics (Amsterdam), v. 22, p. 197-223, 1984.

KIBRIK, A.E. As línguas semanticamente ergativas na perspectiva da tipologia sintática geral. Cadernos de estudos lingüísticos. (Campinas) n. 18, p. 15-36, 1990.

KOCH, Ingedore G. V., TRAVAGLIA, L. C. Texto e coerência. São Paulo: Cortez, 1989.

LABOV, William. Language in the inner city : Studies in the BLACK English vernacular. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1978.

_____. The overestimation of functionalism. In: DIRVEN, R., VILEM, F. (Ed.) Functionalism in linguistics. Amsterdam/Philadelphia: J.Benjamins Publishing Co., 1987, p. 311-32.

LEHMAN, Winfred P. (ed.). Syntactic Typology. Sussex: The Harvester Press, 1978.

LI, Charles N., THOMPSON, Sandra A. Subject and Topic: a new typology of Language. In: LI, Charles (Org). Subject and Topic. New York: Academic Press, 1976.

LIMA, Maria Cecília Pires Barbosa. A transitividade: contribuição para uma tipologia oracional. Araraquara, 1985. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP.

- LIRA, Solange de Azambuja. Subject postposition in Portuguese. *Delta*, v. 2, n. 1, p. 17-36, 1986.
- LOBATO, Maria Lúcia Pinheiro. *Sintaxe gerativa do português da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.
- LOPES, Doraci Kalvon. O papel da inversão sujeito-predicado na percepção de sentenças. *Estudos Lingüísticos* (Araraquara), n. 4, p.71-89, 1981.
- LYONS, John. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: EDUSP/Nacional, 1979.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. São Paulo: Atica, 1986.
- MARTINET, A. *Elementos de lingüística geral*. Lisboa, Sá da Costa, 1972.
- MORAVCSIK, Edith A. On the distribution of ergative and accusative patterns. *Lingua* (North-Hollands), v. 45, p.233-79, 1978.
- NASCIMENTO, Milton do. *Sur la posposition du sujet dans le Portugais du Brésil*. Paris, 1984. Tese de doutorado. Université de Paris VIII.
- _____. Teoria gramatical e "Mecanismos funcionais do uso da língua". *Delta* (São Paulo), v.6, n.1, p.83-98, 1990.
- OLIVEIRA, Dercir Pedro de. Sujeito in praesentia e objeto in absentia: balanceamento sintático no eixo do verbo. *Estudos Lingüísticos* (Araraquara), v. 13, p.301-8, 1986.
- _____. O preenchimento, a supressão e a ordem do sujeito e do objeto em sentenças do português do

- Brasil: em estudo quantitativo. In: TARALLO, Fernando (Org.). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989.
- PADUA, Maria da Piedade Canaes e Mariz de. *A ordem de palavras no português arcaico*. Coimbra: Instituto de Estudos Românicos, 1960.
- PAK, Ty. Ross on the order of sentence constituents. *Lingua* (North-Holland), v. 32, n. 4, p. 325-32, 1973.
- PALA, Karel. Semantic classes of verbs and FSP. In: DANES, F. (Ed.). *Papers on functional sentence perspective*. Prague: Academia - Publishing House of the Czechoslovak Academy of Sciences, 1974.
- PERINI, Mário A.. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Atica, 1985.
- PLANK, Frans (ed). *Ergativity, syntactic typology and universal grammar: some past and present viewpoints*. In: _____ (Ed.) *Ergativity*. London: Academic Press, 1979.
- PONTES, Eunice. A ordem VS em português. *Ensaio de lingüística - Cadernos de lingüística e teoria literária* (Belo Horizonte), v. 7, p. 90-137, 1982.
- _____. Sujeito e tópico do discurso. *Delta* (São Paulo), v.1, n. 1 e 2, 1985.
- _____. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Atica, 1986.
- _____. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.

PULLUM, Geoffrey K. Word order universal and Grammatical relations. In: COLE, P., SADOCK, J. (Ed.), v. 8. *Syntax and Semantics*. New York: Academic Press, 1977.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Proposta Curricular para o ensino de língua portuguesa; 1o. grau. 3. ed.* São Paulo, SE/CENP, 1988.

SAPIR, Edward. *A linguagem*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

SILVEIRA, Elizabeth Santos da. Análise da transitividade em narrativas. *Letras e Letras (Uberlândia)*, v. 5, n. 1 e 2, p. 145-77, 1989.

_____. Relevância discursiva. *Letras de Hoje (Porto Alegre)*, v. 27, n. 2, p. 49-64, 1992.

SOUZA E SILVA, Maria Cecília Pérez. Sintagmas nominais post-postos: sujeitos ou objetos diretos? *Estudos Lingüísticos (Araraquara)*, v.4, p. 334-46, 1981.

SVOBODA, Ales. On two communicative dynamisms. In: DANES, F. (Ed.) *Papers on functional sentence perspective*. Prague: Academia Publishing House of the Sciences, 1974.

TARALLO, Fernando, KATO, Mary. *Harmonia Trans-sistêmica: Variação inter - e intra-lingüística. Preedição - 5*. Campinas: RG, 1989.

TARALLO, Fernando. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Atica, 1990.

URBANO, Hudinilson. A ordem do sujeito no português falado. *Estudos Lingüísticos (Campinas)*, v. 14, p. 41-56, 1987.

VAN VALIN JR., Robert D. On distribution of passive and antipassive constructions in universal grammar. *Lingua*

(North-Holland), v. 50, p. 303-27, 1980.

VIDOS, B. E. Manual de lingüística românica. Madrid: Aguillar, 1967.

VOTRE, Sebastião, NARD, Antony. Emergência da sintaxe como efeito discursivo. Relatório final de subsídios sociolinguísticos do projeto censo à educação (FINEP). Rio de Janeiro, 1986.

. Mecanismos funcionais do uso da língua. Delta (São Paulo), v. 5, n. 2, 1989.

WOLFRAM, Walt e FASOLD, W. Ralph. The Study of social dialects in american english. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, Inc. 1974.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANDERSON, Stephen. On the notion of subject in ergative languages In: LI, Charles N. (Ed.) Subject and Topic. New York: Academic Press, 1976.

ARRAIS, Telmo Correia. Sintaxe-semântica das construções estativas em português. Alfa (São Paulo), v.28, p.71-84, 1984.

BACH, E., HARMS, R.T. (Ed.). Universals of linguistic theory. New York: Holt, 1968.

BRAGA, Maria Luíza. Ordem de palavras, status informacional e caráter definido do SN. Estudos Lingüísticos (Santos), v. 15, p.7-18, 1987.

- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. História e estrutura da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- CASTILHO, Ataliba (org.). Gramática do português falado: a ordem. Campinas: Ed. da UNICAMP/FAPESP, 1990.
- COMBETTES, Bernard. Ordre des elements e la phrase et linguistique du texte. Pratiques (Testes Linguistique). v. 13, p. 91-101, 1977.
- COMRIE, Bernard. The ergative variations on a theme. Lingua (Amsterdam), v. 32, p.239-53, 1973.
- CONTRERAS, Heles - El orden de palabras en español. Madrid: Cátedra, 1978.
- DANES, F.(Ed.). Papers on Functional Sentence Perspective. Prague: Academia Publishing House of Czechoslovak Academy of Sciences, 1974.
- DIRVEN, René, FRIED, Vilém (Ed.). Functionalism in linguistics. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987.
- GREENBERG, Joseph H. (Ed.). Universals of language. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1963.
- HALE, Kenneth. The passive and ergative in language change: the australian case. Pacific Linguistics (Camberra), v. 13, p.757-81, 1970.
- HANNAY, Mike. Pragmatic function assignment and word order variation in a functional grammar of English. Journal of Pragmatics (North-Holland), v.16, p.131-55, 1991.
- ILARI, Rodolfo. Perspectiva funcional da frase portuguesa. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986.
- KLAIMAN, M. H. Mecanisms of ergativity in South Asia. Lingua (North-Holland), v.71, n. 1-4, p.61-102, 1987.

- KLIMOV, G. A. On the character of languages of active typology. *Linguistics* (Amsterdam), n. 131, 1974.
- KLIMOV, G. A. On the position of the ergative type in typological classification. In PLANK, Frans.(Ed.) *Ergativity. Towards a theory of grammatical relations*. New York: Academic Press, 1979.
- LEHMAN, W.P. (Ed.). *Syntactic Typology*. Austin: TX: University of Texas Press, 1978.
- LI, Charles (ed.). *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976.
- LYONS, John (org.). *Novos horizontes em lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- NEVES, Maria Helena de Moura. A questão da ordem na gramática tradicional. In: CASTILHO, Ataliba (Org.). *Gramática do português falado: a ordem*. Campinas: Ed. da UNICAMP/FAPESP, 1990.
- _____. *Gramática na escola*. São Paulo: Contexto, 1990.
- PLANK, Frans (Org.). *Ergativity. Towards a theory of grammatical relations*. New York: Academic Press, 1979.
- PRINCE, Ellen F. On the given/new distinction. *Papers from the fifteenth regional meeting, CLS*, 1979.
- RED, Micaela Carrera de la . El orden de palabras en un texto latino alto-medieval. Posible conexión con algunas teorías de la lingüística histórica. *Revista Española de lingüística* (Madrid), v. 13, n. 1, 1983.
- SILVA, Vera Paredes. Ausência de sujeitos de 1a. e 2a. pessoa e pressões informacionais do discurso. *Estudos Lin-*

- güísticos (Santos), v. 15, p.28-37, 1987.
- SOUZA, Maria Suely Crocci. Estudos de alguns efeitos do mecanismo da topicalização: gramática e estilística. Araraquara, 1989. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP.
- TARALLO, Fernando (org.). Fotografias Sociolingüísticas. São Paulo: Pontes, 1989.
- TAYLOR, Alan. Ergative - based or transitive-based? Foundations of Language: International Journal of Language and Philosophy (Dordrecht-Holland/Boston - USA) v. 14, p. 1-17, 1976.
- TEIXEIRA, Raquel Figueiredo Alessandri. Fillmore: a relativização dos casos. SériEncontros - Publicação do Curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa (Araraquara) v.1. n. 1., 1987.
- TRASK, R. L. On the origins of ergativity. In: PLANK, Frans. Ergativity. Towards a theory of grammatical relations. New York: Academic Press, 1979.
- VOTRE, Sebastião. Efeito dos fatores discursivos. Estudos Lingüísticos (Santos), v. 15, p. 19-27, 1987.
- WALTERS, Amparo Morales de. La posición de sujeto en el español de Puerto Rico a la luz de la clase semantica verbal, la oposición tema-remata y el tópico oracional. Lingüística Española Actual (Madrid), v.4, n. 1, p. 23-37, 1982.

ANEXO 1

NARRAÇÃO (D2. no. 396, p. 216)

Fa Ci Asp Punc Vol Pol Mod Ag D+A D+I Trans Rel

aqui existia um

lutador	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	3	Fu
---------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

chamavam Maciste

chamavam Maciste	0	1	0	0	0	1	1	0	0	1	4	Fu
------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

era um sujeito

hercúleo	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	3	Fu
----------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

apanhou a gripe

apanhou a gripe	1	0	1	1	0	1	1	1	0	1	7	Fi
-----------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

48 horas estava

morto	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	4	Fi
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

quanto mais forte

quanto mais forte	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2	Fu
-------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

mais ela derrubava

mais ela derrubava	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0	4	Fu
--------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

morreu um colosso

de gente	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	3	Fu
----------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

ANEXO 2

DESCRIÇÃO (DID, no. 18, p. 28)

	Fa	Ci	Asp	Punc	Vol	Pol	Mod	Ag	O+A	O+I	Trans	Rel
tem uma diferença grande	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	Fu
o gado de leite ele é delicado	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	3	Fi
o animal é um animal mais sensível	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	3	Fu
precisa ser tratado	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	3	Fu
ele é praticamente estabulado todos os dias	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	3	Fu
todos os dias se tira o leite	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	3	Fu
é um gado manso	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	3	Fi
para tratar	0	1	0	0	0	1	0				2	Fu
precisa de tratamento	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	3	Fu
são raças também especiais	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	Fu
a holandesa (é) a raça base	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	Fi
há outras	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	Fu
costumam se misturar	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	Fu
o gado é mestiço	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	3	Fu
a base é o holandês	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	Fu

ANEXO 3
DISSERTAÇÃO (DID, no. 161, p. 44)

	Pa	Di	Asp	Punc	Vol	Pol	Mod	Ag	O+A	O+I	Trans	Rel
o negócio é o seguinte	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	Fu
teatro é (bem aceito)	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	Fu
(teatro) não é bem aceito	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	Fu
depende	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	Fu
tem peças	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	Fu
que são autênticas porcarrias	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	Fu
lixos são apresentados aqui	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	3	Fu
fazem sucesso	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	4	Fi
agradam	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	3	Fi
outras fazem um sucesso enorme	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	4	Fi
fazem sucesso na América	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	4	Fi
chega aqui no Brasil	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0	4	Fi
não agrada	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	3	Fi
depende do público	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	Fu

ANEXO 4

DISSERTAÇÃO (DID, no. 343, p. 52)

	Pa	Di	Asp	Punc	Vol	Pol	Mod	Ag	D+A	Q+I	Trans	Rel
o sistema é perfeito	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	Fu
que faz a raça humana	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	4	Fi
se desenvolver	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2	Fu
você percebe esses sistemas noutras espécies e raças	1	0	0	0	1	1	1	1	0	1	6	Fi
você já leu alguma vez que...	0	1	1	0	1	0	0	1	0	0	4	Fu
está muito sujo	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	Fu
vai milhões para o mar	0	1	0	0	1	1	1	1	0	0	5	Fi
se joga todo mundo	0	1	0	0	1	1	1	1	0	0	5	Fi
morre afogado	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	3	Fi
é o esquema de sobrevivência	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	Fu
sei lá	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	3	Fu
como é que se dê	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	Fu
os homens estão num esquema	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	3	Fu
não foram eles que criaram	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	3	Fu
deixa	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	Fu
eles irem para a frente	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	3	Fu

ANEXO 5

NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO

(Seqüência para a leitura: sinais > ocorrências > exemplificação)

() = Incompreensão de palavras ou segmentos: *do nível de renda...*
 () *nível de renda nominal...*

(hipótese) = Hipótese do que se ouviu: *(estou)meio preocupado*
(com o gravador)

/ = Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre): *e comé/ e reinicia*

maiúsculas = Entoação enfática: *porque as pessoas reTEM moeda*

:: podendo aumentar para :::: ou mais = Prolongamento de vogal e consoante (como s,r): *ao emprestarem os::... éh:::: ...o dinheiro*

- = silabação: *por motivo de tran-sa-ção*

? = Interrogação: *e o Banco... Central... certo?*

... = qualquer pausa: *são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma... retenção*

((minúsculas)) = Comentários descritivos do transcritor: *((fos-siu))*

-- -- = Comentários que quebram a seqüência temática da exposição; desvio temático: *... a demanda da moeda -- vamos dar essa notação -- demanda de moeda por motivo*

[ligando as linhas = Superposição, simultaneidade de vozes:

A. na [casa da sua irmã

B. [sexta feira?

A. fizeram [lá...

E. [cozinharão lá?

ANEXO 5 - CONTINUAÇÃO)

...) = Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.: (...) nós vimos *ue existem...*

' " = Citações literais ou leitura de textos, durante a gravação: *Pedro Lima... ah escreve na ocasião... "O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma barreira entre nós" ...*

OBSERVAÇÕES:

1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc.)
2. Fáticos: *ah, éh, eh, ahn, ehn, uhn, tá* (não por *está: tá?* você está brava?
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.
4. Números: por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa).
6. Não se anota o cadenciamento da frase.
7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: *oh:::...* (alongamento e pausa)
8. Não se utilizam sinais de pausa, típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa.

(Cf. Castilho & Preti, 1986, p.15-6)